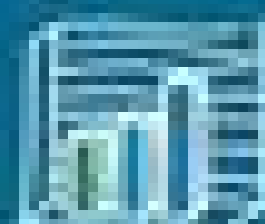
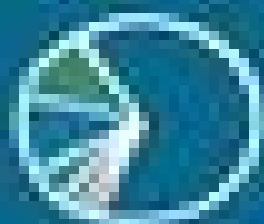
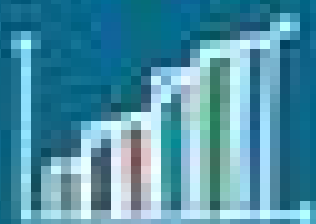


YANIS VAROUFAKIS

EX-MINISTRO DE FINANÇAS DA GREGA

CONVERSANDO SOBRE
ECONOMIA
COM A
MINHA FILHA



 Planeta

CONVERSANDO SOBRE
ECONOMIA
COM A
MINHA FILHA

YANIS VAROUFAKIS

EX-MINISTRO DE FINANÇAS DA GRÉCIA

CONVERSANDO SOBRE
ECONOMIA
COM A
MINHA FILHA

Tradução
Maria Andréa e Paulo Ramos

 Planeta

Copyright © S. Patakis S.A. & Yanis Varoufakis, Atenas, 2013
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2015
Título original: *Μιλώντας στην κόρη μου για την οικονομία*
Todos os direitos reservados.

Adaptação de texto: Silvana Salerno
Preparação: Marina Vargas
Revisão: Fernanda Iema e Maurício Katayama
Diagramação: Vivian Oliveira
Capa: Desenho Editorial
Adaptação para eBook: [Hondana](#)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V433c

Varoufakis, Yanis

Conversando sobre economia com a minha filha / Yanis Varoufakis; tradução Maria Andréa e Paulo Ramos. – 1. ed. -- São Paulo : Planeta., 2015.

Tradução de: *Μιλώντας στην κόρη μου για την οικονομία*
ISBN 978-85-422-0608-1

1. Economia social. I. Título.
15-25746

CDD: 334
CDU: 334

2015
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Padre João Manoel, 100 – 21º andar
Edifício Horsa II – Cerqueira César
01411-000 – São Paulo – SP
www.planetadelivros.com.br
atendimento@editoraplaneta.com.br

Sumário

[Introdução](#)

- [1. Por que tanta desigualdade?](#)
- [2. Preço *versus* valor](#)
- [3. Dívida, lucro, riqueza](#)
- [4. Confiança, crise, Estado](#)
- [5. Máquinas enfeitadas](#)
- [6. Dois mercados edipianos](#)
- [7. Vírus idiotas?](#)
- [8. Dinheiro](#)

[Epílogo](#)

Introdução



Este livro nasceu de um convite da editora Elena Pataki para que eu escrevesse um texto sobre economia destinado a jovens.

Sempre pensei que, se não podemos explicar as grandes questões econômicas de maneira que os jovens compreendam, é porque nem sequer nós as entendemos. A proposta era especialmente tentadora tendo em conta que, hoje em dia, a crise fez da economia um tema central das nossas conversas e é uma das principais preocupações que dividem a nossa sociedade. “Vou conseguir escrever este livro?”, eu me perguntei. “E, se conseguir, será que vai ser útil aos leitores, incluindo Danae Stratou, minha mulher, e seus filhos Nicolás e Esmeralda Momferratou, que eu gostaria que o lessem?” As páginas seguintes vão demonstrar se consegui o que pretendia.

Também decidi aceitar a proposta de Elena por outro motivo: minha filha. É nela que penso a seguir, pois sinto a sua falta como se fosse algo quase permanente. Ela mora na Austrália, de maneira que ou não estamos juntos e contamos os dias que faltam para nos encontrarmos, ou estamos juntos e então contamos os dias que ainda nos restam até a próxima despedida. Assim, enquanto escrevia, estava sempre pensando nas reações da minha filha, e isso fazia com que me sentisse mais próximo dela. Espero que o fato de ser a mais exigente das minhas leitoras tenha me ajudado a escrever de maneira mais clara e direta.

Quanto ao conteúdo, decidi não me concentrar na realidade grega dos últimos tristes anos — nos memorandos, na pobreza, na falta de dignidade com que vivemos desde 2010 —, e sim dar mais importância aos grandes assuntos da economia social que nos afetam a todos e em toda a parte. Desse modo, os leitores poderão utilizar este livro para ver com outros olhos o colapso recente da nossa economia social, assim como as razões pelas quais aqueles que detêm o poder se recusam obstinadamente a tomar as decisões que conduziriam à salvação das nossas sociedades na Grécia, na Europa e em todo o mundo.^[1]

**Por que tanta
desigualdade?**



Por que os aborígenes australianos não invadiram a Inglaterra?

Todos os bebês nascem iguais: nus. No entanto, alguns são rapidamente vestidos com roupa caríssima, comprada nas melhores lojas, ao passo que a maior parte é vestida com farrapos. Quando crescem um pouco, os primeiros fazem cara feia quando os familiares ou os amigos lhes oferecem mais roupa — pois prefeririam outro tipo de presente —, e os segundos sonham com o dia em que poderão ir para a escola com sapatos que não estejam esburacados.

Essa é uma das faces da desigualdade que define o nosso mundo. Você pode ouvir falar dessa desigualdade, mas não a vê porque — sejamos sinceros — na sua escola não existem crianças condenadas a uma vida de carências, e inclusive de violência, como é a vida da esmagadora maioria das crianças do mundo. Pelo menos em teoria, sei que você tem consciência de que a maior parte das crianças do mundo não é como você nem como os seus colegas de turma. Recentemente, você me perguntou: “Por que existe tanta desigualdade?”. A resposta que dei não deixou satisfeito nem a mim. Por isso, espero que você permita que eu lhe responda novamente, mas desta vez deixando que formule a minha própria pergunta.

Como você vive e está crescendo na Austrália, na sua escola em Sidney assistiu a atividades e cursos sobre os aborígenes e, portanto, conhece as injustiças cometidas contra eles e contra a sua cultura — que os colonizadores britânicos oprimiram durante dois séculos —, assim como a pobreza escandalosa em que vivem ainda hoje. No entanto, alguma vez você pensou por que foram os britânicos que invadiram a Austrália e roubaram — porque lhes deu vontade — a terra aos aborígenes — na verdade, os exterminaram —, em vez de ter acontecido o contrário? Por que não foram os aborígenes que desembarcaram em Dover e avançaram rapidamente até Londres, matando todos os ingleses que ousassem opor-lhes resistência? Aposto que na sua escola nenhum professor se atreveu sequer a colocar essa questão.

No entanto, essa pergunta é importante. Se não a respondermos, corremos o risco de admitir, sem refletir, que, no fim das contas, os europeus foram mais rápidos e mais eficazes. O argumento contrário, o de que os aborígenes eram pessoas melhores e, por isso, não foram colonizadores, não convence, pois só poderia ser aceito se eles tivessem construído grandes embarcações capazes de atravessar os oceanos, tivessem armas e poder para chegar até as costas da Inglaterra e pôr em debandada o exército inglês e, apesar disso, tivessem decidido não escravizar os ingleses nem sequer saquear as suas terras em Sussex, Surrey ou Kent.

A pergunta continua a ser pertinente: por que tanta desigualdade entre os povos? Por acaso alguns são mais preparados do que outros? Ou talvez seja algo diferente, algo que nada tem a ver com a origem ou com o DNA das pessoas, o que explica que pelas ruas da sua cidade você nunca tenha visto a pobreza que observou quando esteve na Tailândia?

Uma coisa são os mercados, outra coisa é a economia

A sociedade em que você vive promove a ideia errada de que economia é a mesma coisa que mercado. O que é exatamente um mercado? O mercado é a esfera das trocas. No supermercado “trocamos” o nosso dinheiro pelos produtos com os quais enchemos o carrinho. Por sua vez, quem cobra esse dinheiro — ou seja, o proprietário ou o empregado do supermercado, cujo salário é pago com parte do dinheiro que deixamos no caixa — troca-o por outras coisas. Se o dinheiro não existisse, daríamos ao vendedor outros bens que ele desejasse. É por isso que digo que o mercado é o lugar onde se fazem as trocas. Na verdade, hoje, este lugar pode ser virtual (lembra-se de quando me pede para comprar *apps* pelo iTunes ou livros no site da Amazon?).

Explico essas coisas porque já tínhamos mercados mesmo quando vivíamos nas árvores, antes de aprendermos a cultivar a terra. Quando um dos nossos antepassados oferecia uma banana e pedia uma maçã a outro, tínhamos uma forma de troca; um mercado rudimentar no qual o preço de uma maçã era

uma banana, e vice-versa. No entanto, isso não é uma verdadeira economia. Para que surgisse uma verdadeira economia faltava mais alguma coisa: faltava alguém começar a produzir, em vez de se limitar a caçar animais, pescar ou colher bananas.

Dois grandes saltos: linguagem e superávit

Há cerca de oitenta e dois mil anos, os seres humanos deram o Primeiro Grande Salto: conseguiram utilizar as cordas vocais para emitir não apenas sons ininteligíveis, mas palavras. Setenta mil anos depois — ou seja, há mais ou menos doze milênios —, deram o Segundo Grande Salto: aprenderam a cultivar a terra. A linguagem e a possibilidade de produzir comida, em vez de gritar e comer aquilo que a natureza lhes proporcionava (caça e frutos), criaram aquilo a que chamamos economia.

Hoje, doze mil anos depois de o ser humano ter descoberto a possibilidade de cultivar a terra, podemos considerar que aquele momento foi verdadeiramente histórico: pela primeira vez, o ser humano deixou de depender da generosidade da natureza e aprendeu a trabalhá-la com esforço para produzir bens para si próprio. Foi um momento de alegria e grandeza? De maneira nenhuma! A única razão pela qual os seres humanos aprenderam a cultivar a terra foi porque tinham fome. Tendo exterminado a maior parte da caça, graças à habilidade com que caçavam, e tendo-se multiplicado tanto que os frutos das árvores já não eram suficientes para todos, a fome obrigou o ser humano a inventar métodos de cultivo.

Tal como todas as outras revoluções tecnológicas, esta também... não foi uma escolha nossa. A tecnologia da agricultura, da economia agrícola... simplesmente apareceu! E, ainda que não o pretendesse, a verdade é que acabou por mudar a sociedade humana. Pela primeira vez, a produção agrícola criou o elemento básico de uma verdadeira economia: o superávit. O que é isso? É quando um produto da terra não só é suficiente para nos alimentar e para substituir as sementes utilizadas durante o ano — que, por sua vez, tínhamos “poupado” no ano anterior —, como também sobra, o que nos permite acumular para utilizar no futuro. Por exemplo, os cereais que são guardados para um momento de necessidade — como a destruição de uma colheita por causa de uma geada — ou para serem plantados no ano seguinte, aumentando o superávit futuro.

Chegando a este ponto, devemos prestar atenção a duas coisas: primeiro, que é difícil a caça, a pesca e a coleta de frutos gerarem superávit, uma vez que os peixes, os coelhos e as bananas têm uma duração limitada — ao contrário dos cereais, do milho, do arroz ou da cevada, que se conservam; segundo, que a produção de superávit agrícola deu origem aos seguintes “milagres” da sociedade: escrita, dívida, dinheiro, Estados, exércitos, clero, burocracia, tecnologia e até a primeira forma de guerra bioquímica. Vejamos todos eles, um a um...

Escrita

Os arqueólogos nos dizem que a primeira forma de escrita apareceu na Mesopotâmia. Para que servia? Para registrar a quantidade de cereais que cada agricultor depositava no celeiro comum. É lógico: como era difícil que cada agricultor construísse o seu próprio celeiro para poder guardar o seu superávit, era mais simples haver um celeiro comum, controlado por um guardião, no qual cada agricultor guardava a sua colheita. No entanto, esse tipo de organização requeria um registro de que, por exemplo, o senhor Nabuj “depositara” cem quilos de cereal no celeiro. Com efeito, a primeira forma de escrita apareceu para que se pudesse escrever esse tipo de recibo, para que cada um pudesse provar quanto tinha depositado no celeiro comum. Não foi por acaso que as sociedades que não precisaram desenvolver a agricultura, porque a caça e os frutos eram mais do que suficientes — por exemplo, as sociedades de aborígenes australianos e de indígenas americanos —, se contentaram com a pintura e com a música, e nunca inventaram a escrita!

Dívida e dinheiro

O registro das quantidades de produtos, como os cereais que pertenciam ao nosso amigo, o senhor Nabuj, esteve na origem da criação da dívida e do dinheiro. É, de novo, por meio de descobertas arqueológicas que sabemos que muitos dos trabalhadores cobravam com conchas, nas quais se escreviam os números que representavam os quilos de trigo que o senhor lhes devia pelo trabalho prestado nas suas terras. Uma vez que o trigo a que os números se referiam talvez ainda nem sequer tivesse sido produzido, essas conchas eram uma forma de dívida do senhor com o trabalhador. Ao mesmo tempo, eram uma modalidade de dinheiro, uma vez que os trabalhadores as utilizavam para comprar produtos.

Não obstante, a descoberta mais interessante tem a ver com a criação do dinheiro metálico. São muitos aqueles que acreditam que as moedas de metal foram inventadas para serem utilizadas nas transações, passando de mão em mão. Ora, não foi bem assim. Pelo menos na Mesopotâmia, as moedas de metal eram utilizadas para registrar a distribuição do superávit agrícola muito antes de lhes ser dado o seu uso atual! Temos provas de que, em um dado momento, o registro de direitos de propriedade sobre os cereais que eram guardados nos celeiros comunitários se fazia em função de moedas de metal virtuais. Virtuais? Sim, virtuais! Por exemplo, no livro de contabilidade escrevia-se: “O sr. Nabuj receberá cereais no valor de três moedas de metal”.

O mais divertido é que essas moedas nem sequer existiam — ou seja, só foram cunhadas centenas de anos mais tarde —, ou então existiam em pequena quantidade, mas eram demasiado pesadas para poderem circular. Desse modo, as transações sobre a parte do superávit realizavam-se em função de unidades monetárias virtuais. Contudo, um sistema assim exigia aquilo a que chamamos “crer” — em latim, *credere* e, em inglês, *credit*: a crença ou confiança de que essas unidades virtuais tinham valor de troca e que, por isso, valia a pena trabalhar para recebê-las.

Para que essa confiança existisse, porém, era necessário que houvesse algo parecido com aquilo a que chamamos Estado: uma instituição coletiva que sobrevivesse à morte do senhor e na qual as pessoas pudessem confiar que, a seu tempo, lhes daria a parte do superávit que lhes pertencia.

Estado, burocracia e exércitos

Assim, dívida, dinheiro, confiança e Estado andaram sempre de mãos dadas. Sem dívida não haveria uma maneira fácil de gerir o superávit agrícola. Logo que a dívida nasceu, surgiu o dinheiro. Mas, para ter valor, o dinheiro exigia uma entidade coletiva — o Estado — que o tornasse fidedigno. É impossível que um Estado exista sem superávit, pois precisa de burocratas que administrem os assuntos públicos (por exemplo, tribunais que façam as vezes de árbitros no caso de conflitos por divergência a respeito do que é devido a cada um), polícias que defendam os direitos de propriedade e, como é evidente, governantes que ambicionem, com ou sem razão, um elevado nível de vida. Não é possível manter nada disso sem um superávit considerável, com o qual todos esses agentes possam viver sem que necessitem trabalhar no campo. Ao mesmo tempo, sem superávit também não pode existir um exército organizado. E, sem exército organizado, o poder do governante, e do Estado em geral, não consegue se impor, ao mesmo tempo que o superávit da sociedade se torna vulnerável aos ataques externos.

Clero

Se analisarmos a questão do ponto de vista histórico, veremos que todos os Estados que surgiram das sociedades agrícolas distribuíram o superávit de uma maneira tremendamente injusta, em benefício daqueles que eram social, política e militarmente poderosos. No entanto, por mais poderosos que fossem os governantes, nunca teriam sido poderosos o suficiente para enfrentar a grande maioria de camponeses sem poder que, se tivessem se aliado, teriam sido capazes de derrubar em poucas horas o regime que os explorava.

Então, como os governantes conseguiam manter o seu poder e continuar a distribuir o superávit a seu bel-prazer, sem que a maioria da população os incomodasse? A resposta é: inculcando nas pessoas uma ideologia legitimadora, que convencia a maioria de que os governantes assim o eram por direito. De que era assim que as coisas deviam ser. De que deles tinham sangue azul. De que o seu direito à soberania

derivava de um poder superior. De que as coisas eram como eram pela vontade de Deus.

Sem essa ideologia legitimadora e dominante, o poder do Estado e do soberano não teria tido futuro. Alguém tinha de ajudá-los. Estar ao lado do governante como o representante na Terra de uma autoridade “superior” e abençoar o seu poder. Desde logo, não podia ser apenas uma pessoa, como acontecia nas tribos antes da “invenção” das economias agrícolas; nessas tribos, o superávit complicava a organização social e burocrática da sociedade. Tal como o Estado, que devia ter uma continuidade e sobreviver após a morte do governante, a legitimação ideológica do poder estatal também devia ser estabelecida por meio do clero, que “inventava” e determinava os rituais que, antes de tudo, legalizavam o próprio clero, aproveitando as superstições das pessoas, que tinham medo da morte, e em seguida o poder estatal do soberano. No entanto, sem superávit não teria existido motivo para criar as complexas figuras da classe sacerdotal, e elas nem sequer teriam conseguido manter-se, uma vez que os seus membros nada produziam.

Tecnologia

A inteligência humana conseguiu levar a cabo revoluções tecnológicas muito antes de a terra ser cultivada — por exemplo, utilizando os metais e o fogo. O superávit agrícola, contudo, impulsionou a tecnologia de uma maneira assombrosa. Era lógico. Em primeiro lugar, libertou os melhores “inventores” da necessidade de caçar para se alimentar. A partir do momento em que começou a haver procura pelos seus inventos — por exemplo, ferramentas úteis para o campo, armas para o exército, joias para o soberano —, eles passaram a receber parte do superávit agrícola em troca dos seus produtos. Além disso, a própria economia agrícola criava necessidades tecnológicas que não existiam no passado — por exemplo, arados ou sistemas de canais de irrigação.

Guerra bioquímica

O superávit criou bactérias mortais. Quando, pela primeira vez, se amontoaram toneladas de trigo nos celeiros comunitários, e em volta deles se reuniu um elevado número de pessoas em aldeias e cidades, acompanhadas pelos animais de que precisavam — para produzir leite, por exemplo —, essa biomassa hiperconcentrada constituiu um imenso laboratório bioquímico no interior do qual as bactérias rapidamente evoluíram, multiplicaram-se, transformaram-se e converteram-se em monstros — pelo menos quando comparadas àquilo que as pessoas encontravam até então no campo.

Surgiram novas doenças perigosas e destruidoras que causaram grandes mortandades.

No entanto, pouco a pouco, os indivíduos das sociedades agrícolas começaram a desenvolver uma tolerância às bactérias da cólera e do tifo e ao vírus da gripe e tornaram-se portadores sãos. Os seus habitantes carregavam milhões desses micro-organismos assassinos sem serem afetados. Por esse motivo, quando chegavam a regiões habitadas por povos que não tinham desenvolvido a agricultura, não era preciso sequer empunharem as espadas para conquistá-los: um aperto de mãos era suficiente para dizimar grande parte deles.

Com efeito, tanto na Austrália como nos Estados Unidos, muito mais indígenas morreram devido ao contato com as bactérias que os invasores europeus levavam do que por causa de tiros de canhão, balas e punhaladas. Em alguns casos, os europeus utilizaram essa guerra bioquímica com conhecimento de causa. Por exemplo, há provas de que, nos Estados Unidos, uma tribo de índios foi exterminada quando uma delegação de colonos europeus lhes ofereceu mantas deliberadamente infectadas com a bactéria do tifo.

Voltemos à pergunta: por que os britânicos colonizaram os aborígenes, e não o contrário?

Chegou o momento de retomar a pergunta complicada com a qual comecei: por que os britânicos invadiram a Austrália, em vez de os aborígenes terem invadido a Inglaterra? Em termos gerais: por que as superpotências imperialistas surgiram na Eurásia e, mais recentemente, por que os Estados Unidos se tornaram uma delas (a partir do “gérmen” que para lá imigrou vindo da Europa)? Por que não surgiu uma superpotência na África ou na Austrália? Será por causa do DNA dos seus habitantes? Claro que não! A resposta está no que acabo de explicar.

Vimos que na origem de tudo está o superávit. O superávit agrícola foi o detonador da criação dos exércitos, dos Estados opressores, da escrita, da tecnologia, da pólvora, dos bancos internacionais etc.

Vimos, inclusive, como as economias agrícolas desenvolveram armas bioquímicas capazes de dizimar sociedades não agrícolas, como a dos aborígenes australianos.

Também vimos que em países como a Austrália, onde não havia escassez de alimentos (entre três e quatro milhões de pessoas, em perfeita “cooperação” com a natureza, tinham acesso exclusivo à fauna e à flora de um continente do tamanho da Europa), não havia razão para criar a tecnologia agrícola que permitisse a acumulação de um superávit.

Pelo que sabemos hoje — algo que você, pelo menos, conhece muito bem —, os aborígenes tinham poesia e música, assim como uma mitologia de grande valor cultural. No entanto, careciam de meios para atacar outros povos ou para se defender deles. Em contrapartida, os ingleses, que faziam parte da realidade euroasiática, estavam de fato obrigados a gerar superávit e tudo o que isso implicava: desde barcos transatlânticos até armas de guerra bioquímicas. Assim, quando chegaram às costas da Austrália, os aborígenes não tiveram nenhuma chance de salvação.

E a África?

“E os africanos?”, você vai me perguntar, com toda a lógica. “Por que não houve pelo menos um poder africano forte que ameaçasse a Europa? Por que o tráfico de escravos foi tão... unilateral? Por acaso os negros não eram tão capazes quanto os europeus?”

Nada disso tem validade. Dê uma olhada no mapa da África e compare a sua forma com a da Eurásia. A primeira coisa que salta à vista é que a África tem uma forma oblonga. Começa no mar Mediterrâneo, estende-se para o sul até a linha do equador e continua até chegar aos climas amenos do hemisfério Sul. Em outras palavras, na África encontram-se muitas zonas climáticas diferentes: desde o deserto do Saara e da região subtropical subsaariana, passando por climas puramente tropicais, até a amena África do Sul. Agora observe a Europa. Ao contrário da África, que se estende de norte a sul, a Eurásia começa no oceano Atlântico e estende-se para leste até a costa da China e do Vietnã, no Pacífico: ou seja, é mais larga do que comprida.

O que isso significa? Significa que podemos atravessar a Eurásia, desde o oceano Pacífico até o oceano Atlântico, encontrando, na verdade, poucas alterações no clima — ao contrário do que acontece na África, onde, para ir de Johannesburgo ao Egito, é preciso atravessar mil zonas climáticas. Ora, por que isso é importante? Pela simples razão de que as sociedades africanas que desenvolveram economias agrícolas — por exemplo, aquela que ocupou o atual território do Zimbábue — não tinham possibilidade de se estender até a Europa, uma vez que os produtos que cultivavam não se aclimatavam mais ao norte, no equador ou no Saara. Em contrapartida, os povos da Eurásia, depois de descobrirem a agricultura, tiveram a possibilidade de se estender para leste e para oeste à vontade, invadindo outras regiões, usurpando os superávits e também a cultura das sociedades que punham em fuga, copiando a sua tecnologia e construindo verdadeiros impérios. Em resumo, foram as condições geográficas e, sobretudo, climáticas que permitiram movimentações populacionais que não foram possíveis na África.

Então, por que tanta desigualdade?

No que diz respeito à distribuição mundial de bens, o fato de a África, a Austrália e a América terem sido escravizadas pelos europeus fica amplamente explicado por aquilo que expus acerca das condições geográficas objetivas que levaram de maneira determinista à situação em que vivem atualmente os

aborígenes da Austrália, os indígenas da América e a maior parte dos africanos. Como você viu, não tem nada a ver com o DNA das pessoas, sejam elas brancas, negras, amarelas ou vermelhas. A chave está exclusivamente na acumulação do superávit agrícola e na relativa facilidade, ou dificuldade, de expansão do cultivo dos produtos, de maneira que:

- a) a acumulação de superávit; e
- b) a criação de grandes entidades estatais expansionistas (imperialistas, como diríamos em outros tempos!) que se alimentam mutuamente.

No entanto, a desigualdade também é observável entre as sociedades desenvolvidas. Como dizia quando me referi ao Estado e ao clero que criaram o superávit agrícola, a acumulação do superávit exigiu a hiperconcentração do poder e, portanto, da riqueza nas mãos de um número bastante reduzido de pessoas. Devido à concentração de poder político desigual que cria, a desigualdade resultante tende a se retroalimentar: reproduz-se para se tornar cada vez maior.

Com efeito, o acesso ao superávit acumulado proporciona poder econômico e político — e até cultural —, que pode ser utilizado para se receber uma porcentagem ainda maior do superávit futuro. Para explicar isso de uma maneira mais simples: é fácil conseguir um milhão de euros se você já tiver muitos milhões de euros. Em contrapartida, se não tiver nada, até mil euros podem representar um sonho inalcançável.

Em suma, a desigualdade triunfa em dois níveis: no nível internacional, o que explica por que alguns países eram paupérrimos no início dos séculos XX e XXI, ao passo que outros gozavam de todas as vantagens do poder e da riqueza, com frequência adquirida saqueando os países pobres; e no nível interno, no âmbito de cada sociedade. É comum verificarmos que, nos países mais pobres, os ricos (apesar de serem pouquíssimos) são muito mais abastados do que muitos daqueles considerados ricos nos países mais ricos.

A história que contei a você neste capítulo identifica a raiz da desigualdade na produção de superávit econômico, resultado da primeira revolução tecnológica da humanidade: o desenvolvimento da agricultura. Essa história terá continuação no capítulo seguinte, no qual demonstrarei que as desigualdades se ampliam sobretudo por causa das revoluções industriais e tecnológicas posteriores — por exemplo, a máquina a vapor e os computadores —, que contribuíram de maneira especial para a criação da sociedade em que você vive. Antes de continuar, porém, deixe-me dar-lhe um conselho: não caia na tentação de racionalizar as desigualdades que hoje, como adolescente, você considera inadmissíveis.

A desigualdade como ideologia retroalimentada

Quando me referi ao clero e ao seu papel, afirmei que, por meio de mentiras, ele legitimou uma distribuição desigual do superávit evidente aos olhos de todos: tanto dos ricos como dos pobres. Foi tão eficaz que criou um sistema de convicções, algo semelhante a uma mitologia, que ajudou tanto na perpetuação do superávit como na sua repartição desigual.

Se pensar nisso, verá que nada é mais contagiante do que a convicção de que os poderosos “merecem” tudo aquilo que têm. Desde pequena você se convence sistematicamente — como fazem todas as crianças — de que os seus brinquedos, a sua roupa, a sua casa são seus por direito. A nossa mente estabelece de maneira automática: “tenho x = mereço x”. Essa é a base psicológica sobre a qual se estabelece o processo ideológico que convence os que ostentam o poder e os ricos — que em geral são as mesmas pessoas — de que é “correto”, “apropriado” e “necessário” que eles tenham muito e os “outros” muito menos.

Não se critique por isso. É incrível a facilidade com que nos convencemos de que a distribuição da riqueza, sobretudo quando nos favorece, é “lógica”, “natural” e “justa”. Sempre que sentir que está prestes a sucumbir a esse tipo de pensamento, lembre-se do que dissemos no início: todos os bebês nascem nus, mas alguns estão predestinados a vestir roupa caríssima, ao passo que outros, a maioria, estão condenados à fome, à exploração e à pobreza. Nunca caia na tentação de aceitar essa realidade como “lógica”, “natural” e “justa”.

Preço *versus* valor



Dois tipos de valores

Estamos na Grécia, na ilha de Egina, em um final de tarde. É verão. Você está na nossa varanda e contempla o sol vermelho que se afunda no mar. Se, nesse momento, eu me aproximasse de você para falar sobre algumas das minhas ideias malucas, você se aborreceria comigo por ter estragado o pôr do sol.

Mais tarde naquele mesmo dia, jantamos com os nossos amigos em Maratona, na costa grega. O seu amigo Paris está de bom humor e as suas piadas nos fazem rir. Mesmo a você, de quem é tão difícil arrancar um sorriso.

A certa altura, o capitão Kostas, que está lançando a âncora do seu barco de pesca junto à taberna, pede-lhe um favor. A âncora encalhou no fundo e a corrente se partiu de tanto puxar.

— Como sei que gosta de mergulhar — diz ele —, pode me fazer o favor de dar um mergulho e prender este cabo à corrente da âncora? Eu podia fazer isso, mas hoje o meu reumatismo está me atormentando.

— É para já! — Você responde, aproveitando a oportunidade de se tornar “a heroína do momento”, e mergulha muito orgulhosa.

O pôr do sol. As piadas de Paris. A alegria de ter mergulhado quando o capitão Kostas pediu. Três coisas que fizeram com que se sentisse bem. Três “bens”. Mas não três mercadorias. Qual é a diferença entre um bem e uma mercadoria? As mercadorias são bens — como, por exemplo, o seu iPad —, mas os bens não são necessariamente mercadorias. As mercadorias são bens produzidos para serem vendidos. O pôr do sol em Egina, as piadas de Paris e o banho de mar que você tomou para ajudar o capitão Kostas não foram realizados para serem vendidos.

Não sei se você reparou, mas na sociedade em que vivemos há uma tendência a confundir bens com mercadorias e a acreditar que quanto maior for o preço de um bem, mais facilmente alguém vai pagá-lo. No entanto, não é bem assim. Isso é verdade para as mercadorias: quanto mais elevado for o preço que estamos dispostos a pagar por um iPad, mais iPads a Apple estará disposta a produzir. No caso das piadas de Paris, porém, não é necessariamente assim.

Se propuséssemos a Paris pagar-lhe para nos contar mais piadas, é provável que ele achasse a proposta estranha. E, mesmo que a aceitasse, poderia achar que, só pelo fato de lhe pagarmos, as suas piadas perderiam grande parte da graça. Ou pense na sua história com o capitão Kostas: se ele lhe oferecesse dinheiro para mergulhar no mar, é provável que isso acabasse com a sua ilusão, pois se perderia parte do valor relativo à abnegação, à aventura e ao fato de ter mergulhado “simplesmente porque ele lhe pediu”.

Se Paris se tornar um comediante quando for adulto ou você decidir ser uma mergulhadora profissional, então as piadas dele e os seus mergulhos serão mercadorias que vocês passarão a oferecer por uma determinada quantia de dinheiro — terão adquirido preço de mercado. O preço de uma mercadoria reflete o valor de troca de um bem que você coloca à venda, ou seja, o valor das outras coisas que pode adquirir oferecendo em troca piadas ou mergulhos.

Por outro lado, o valor não material ou intangível de um mergulho, de um pôr do sol ou de uma piada é algo totalmente diferente. Qualquer um dos três pode ter um enorme valor intangível, mas nenhum valor de troca — por exemplo, o pôr do sol, que não está à venda. E vice-versa: você pode não sentir nenhuma satisfação em contar piadas — sobretudo em um palco —, mas poderá ganhar muito dinheiro com isso.

Estes dois valores, o intangível e o de troca, não poderiam ser mais diferentes um do outro. No entanto, nas sociedades atuais é muito frequente medirem-se todos os valores como se fossem de troca. Tudo aquilo que não tem preço, o que não se pode vender com lucro, tende a ser considerado algo sem valor. E vice-versa. Ao mesmo tempo, vivemos em sociedades que, erradamente, consideram evidente que o aumento do preço de um bem, isto é, do seu valor de troca, levará necessariamente aqueles que o possuem ou que o podem produzir a aumentar a quantidade desse bem. Como já lhe disse, é isso o que acontece com os iPads, mas não com todos os bens.

O mercado de sangue

Em muitos países, o sangue é obtido por meio de voluntários que o doam porque sentem necessidade de ajudar alguém cuja vida pode estar em perigo. No entanto, há países em que os doadores são remunerados. Onde você acha que a oferta de sangue é maior? Nos países em que as pessoas recebem pelo grande bem que oferecem, ou seja, pelo seu próprio sangue? Ou nos países onde o sangue não é pago?

Quando fiz essa pergunta a você, imaginei que adivinharia a resposta. Comprovou-se que, nos países em que a doação de sangue é remunerada, a quantidade de sangue obtida é muito inferior à quantidade obtida nos países nos quais o sangue é doado voluntariamente, sem remuneração. Aparentemente, o pagamento desanima os doadores que estão dispostos a doar o seu sangue da maneira mais desinteressada possível (como uma ação que não tem como objetivo o lucro pessoal).

Aqueles que confundem o conceito de bem com o conceito de mercadoria não conseguem entender que a doação de sangue diminui quando é oferecida aos doadores uma remuneração. Consideram, inclusive, muito estranho que possam existir doadores potenciais que resolvam não doar o seu sangue quando lhes é oferecido dinheiro em troca. Isso é típico de quem não entende que, muitas vezes, os valores imateriais se desvalorizam quando os valores de troca sobem.

O que acontece é simples e lembra o mergulho que o capitão Kostas pediu que você desse. Quando se limitou a pedir que se jogasse na água, já de noite, para ajudá-lo com a âncora, a alegria por colaborar com ele e a sensação de que era uma jovem boa e “heroica” superaram o seu medo do mar no escuro e o incômodo de ter de se trocar e depois tomar outro banho. É muito provável que, se o capitão Kostas tivesse oferecido cinco euros para que prendesse o cabo à âncora do barco dele, você não tivesse feito o que ele pedia. Inconscientemente, acharia estranho ele avaliar a sua ajuda em míseros cinco euros. É possível que cinco euros não fossem suficientes para recompensar esse trabalho, mas, acima de tudo, seriam mais do que suficientes para arruinar a sua ilusão de se lançar ao mar para ajudar o capitão Kostas sem esperar remuneração.

O mesmo acontece no caso da doação de sangue. São muito os doadores que gostam da ideia de entregar o seu sangue desinteressadamente. Contudo, quando lhes é oferecido dinheiro em troca, o que originalmente era uma ajuda voluntária converte-se em uma transação, e para eles perde o valor de uma mera colaboração. Alguns podem pensar, por exemplo, que estão oferecendo sangue em troca de dinheiro — além de que a quantia oferecida pode não ser suficiente para compensá-los pelo tempo perdido e, sobretudo, pela dor da agulha no braço.

Explicando de forma um pouco mais pormenorizada esses dois casos, o do seu mergulho para ajudar o capitão Kostas e o da doação de sangue, direi que, quando o valor de troca do bem oferecido passa de zero a um preço positivo, o seu valor intangível cai a pique. Isso acontece porque ninguém quer receber dinheiro por algo que tem todo o prazer em oferecer gratuitamente.

Oscar Wilde dizia que as pessoas cínicas são aquelas que sabem tudo acerca de preços, mas nada sobre valores. As nossas sociedades tendem a tornar todas as pessoas cínicas. E não há ninguém mais cínico do que o economista que acredita que o único valor é o valor de troca, e minimiza os valores intangíveis no seio das sociedades nas quais tudo é avaliado segundo critérios de mercado. Mas como foi que o valor de troca triunfou sobre o valor intangível?

Oiko-nomia

Imagine a seguinte cena: estamos na Semana Santa. Passamos o dia todo comendo e bebendo. Nós, os adultos, passamos dois dias preparando a comida, a casa e a mesa. No final da tarde, peço-lhe que me ajude a arrumar a casa. Você sente preguiça e me pergunta: “Pai, quanto quer para me livrar desse trabalho? Vou pegar o meu cofrinho para pagar”. Como acha que eu reagiria? Pura e simplesmente não haveria dinheiro capaz de apaziguar a minha fúria.

Em uma família, ou em um grupo de amigos, as pessoas fazem coisas em benefício umas das outras. Isso também é uma forma de troca, mas não uma troca comercial. Trocamos trabalho no âmbito da nossa

casa — *oikos*, em grego —, mas essa troca assemelha-se mais à reciprocidade das ofertas, à solidariedade, do que à compra, na qual bens e serviços são trocados de maneira impessoal, segundo o seu valor de troca.

No passado, era assim que se produzia a maior parte dos bens, fora do circuito das trocas comerciais e de uma maneira que se assemelhava mais ao funcionamento de uma família, à casa (*oikos*). Daí *oikonomia*^[1] (a gestão da casa). Uma família de camponeses produzia o seu próprio pão, queijo, conservas, carne, roupa etc. Nos anos bons, quando a colheita era generosa, trocava o que sobrava — por exemplo, tomates ou trigo de que não precisava — por bens de outros produtores que não podia produzir — foices, pêssegos etc. Em períodos de “vacas magras”, quando toda a família tinha que apertar o cinto e sofrer privações, as trocas comerciais interrompiam-se, pois não se dispunha de superávit para trocar por outros produtos.

Ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos, as nossas sociedades passaram para uma etapa diferente. Cada vez mais, um número crescente dos nossos produtos converteu-se em mercadorias, e a cada vez uma porcentagem menor dos nossos esforços produtivos tem por objetivo a produção de bens para autoconsumo, para o seu valor intangível. Se der uma olhada nos armários da cozinha, vai ver uma abundância de produtos que foram produzidos devido ao seu valor de troca e que de modo algum poderíamos ter produzido como família.

Essa comercialização, esse triunfo incessante dos valores de troca sobre os valores intangíveis, não acaba na nossa cozinha. No passado, os camponeses produziam as suas próprias matérias-primas — por exemplo, alimentos para animais, combustíveis, sementes. Hoje, compram a maior parte das matérias-primas de empresas multinacionais que têm a capacidade tecnológica para produzir rações que engordam as vacas mais depressa e de maneira mais econômica, combustíveis que podem mover os tratores de última geração e sementes que foram transformadas biologicamente para que as colheitas sejam mais resistentes às ondas de calor, às geadas e aos pesticidas que essas mesmas empresas produzem. Por sua vez, as empresas procuram consolidar os seus lucros por meio da investigação sobre matérias-primas mais eficazes. Como? Registrando legalmente os seus direitos de propriedade sobre os genes das sementes que “constroem”. Desse modo, chegamos ao ponto em que o mercado se estendeu à escala microscópica e em que os genes adquiriram valor de troca.

Pouco a pouco, a comercialização chega a toda parte: ao microcosmo, com empresas que compram e vendem a fórmula química de uma nova espécie de trigo, ou mesmo de ovelhas; e ao útero da mulher, que adquire valor de troca uma vez que pode ser “alugado” oficial e legalmente por qualquer casal que não possa ter filhos. Não falta muito para passarmos a comprar e vender asteroides no espaço sideral, estendendo o império do mercado e o domínio dos valores de troca do microcosmo ao macrocosmo.

Você percebe como, afinal, a economia nada tem a ver com a *oiko-nomia*, ou seja, com a gestão da casa? Talvez o termo mais correto seja *agoro-nomia*, isto é, a gestão do mercado — mas essa palavra é muito parecida com *agoronomia* (que significa “inspeção do mercado”) —, que é uma coisa completamente diferente, uma vez que diz respeito ao controle estatal da qualidade dos bens oferecidos.

Um mundo fora da lógica dos mercados

Como você sabe, em Homero os protagonistas da Guerra de Troia esforçavam-se, lutavam e até davam a vida em troca da glória, do *glamour*, dos favores de Agamemnon etc. Conta-nos Homero que Aquiles, aborrecido com a decisão de Agamemnon de lhe tirar o saque que ele considerava ter ganhado por direito próprio, retirou-se durante algum tempo da Guerra de Troia. Embora soubesse muito bem que precisava desesperadamente da ajuda de Aquiles, Agamemnon nem sequer pensou em propor a ele uma solução conciliadora, por exemplo, dar-lhe dinheiro como compensação pelo butim que lhe havia tirado porque “assim decidira”. No entanto, não há dúvida de que, se tivesse chegado a apresentar uma proposta dessa natureza, Aquiles teria ficado ainda mais ofendido.

Não eram apenas os poetas gregos da Antiguidade que identificavam os bens reais com bens não comercializáveis. Ovídio, poeta romano clássico, narra o confronto entre Ajax e Ulisses para ver qual dos dois deveria ficar com as armas do falecido Aquiles — armas especiais, fabricadas pelo deus Hefesto por encomenda de Tétis, mãe de Aquiles. Segundo Ovídio, os generais gregos resolveram ouvir os

argumentos dos dois guerreiros antes de decidir qual deles mereceria receber as armas do semideus morto. No fim, os argumentos de Ulisses, o engenhoso arquiteto do cavalo de Troia, triunfaram sobre os do intrépido guerreiro Ajax. Não a surpreende que ninguém tivesse pensado em fazer algo equivalente ao que se faria hoje? Atualmente, seria realizado um leilão no qual quem desse mais dinheiro ficaria com as armas de Aquiles.

Por que não pensaram em um leilão? Porque essas armas não interessavam a Ajax nem a Ulisses nem a nenhum dos generais gregos pelo seu valor de troca — ou seja, para depois as venderem por um bom preço — ou pelo seu simples valor de uso — isto é, para as utilizarem nas batalhas! Para quem conseguisse ficar com elas, o seu enorme valor era puramente simbólico.

Com efeito, na Antiguidade, eram poucos os produtos que passavam por algum mercado. No entanto, isso não significa que na Antiguidade, na Idade Média ou nas colônias europeias não houvesse mercadorias, mercados, valores de troca. Claro que havia. Fenícios, gregos, egípcios, chineses, habitantes da Melanésia etc. viajavam milhares de quilômetros para levar produtos de toda espécie de uma ponta à outra do mundo, aproveitando as desigualdades dos valores de troca de um lugar para outro. Desde os primórdios todas as sociedades desenvolveram mercados.

Tudo começou quando uma pessoa disse para outra: “Se me der uma das suas maçãs, eu lhe dou uma das minhas laranjas”. No entanto, essas não eram sociedades de mercado. Ou, para ser mais preciso, não se caracterizavam pela lógica do mercado (como sucede hoje). Eram simplesmente sociedades com mercados. Para que você entenda a diferença entre uma “sociedade *de* mercado” e uma “sociedade *com* mercados”, basta fazermos duas perguntas:

1ª pergunta:

Como se explica o êxito dos comerciantes espanhóis na América Latina e o dos britânicos e holandeses um século depois no Extremo Oriente?

2ª pergunta:

Como se explica o êxito da indústria automobilística japonesa nos Estados Unidos a partir da década de 1970?

Podemos dar uma resposta fácil e simples à primeira pergunta, tendo em vista a superioridade do armamento da Marinha espanhola e a superioridade militar dos *conquistadores* em relação aos maias no continente americano. O mesmo se deu no Extremo Oriente com os britânicos e os holandeses, cujo predomínio ficou associado à presença da sua Marinha de guerra nos oceanos Índico e Pacífico. No entanto, a segunda pergunta não pode ser respondida em termos de poder militar ou naval. Tem que ser respondida exclusivamente em termos econômicos, que estão relacionados com a estrutura da indústria japonesa, com a sua capacidade de aumentar a produção sem aumentar os gastos, com a qualidade dos seus automóveis, com as características tecnológicas etc.

Para que você entenda a questão de uma maneira mais simples: o predomínio dos comerciantes europeus no Extremo Oriente e na América antes do século XIX não exige uma análise econômica para ser explicado, pela simples razão de que, naquela época, ainda não tinham surgido economias com lógica de mercado (ou sociedades *de* mercado), mas apenas sociedades *com* mercados. O motivo por que canso você “falando de economia” é o fato de hoje as nossas sociedades serem de mercado e, portanto, a única maneira de as compreendermos é tal como elas são e em termos econômicos, uma coisa impossível há três séculos.

Agora a questão é: como e por que surgiram as sociedades *de* mercado a partir das sociedades *com* mercados?

O nascimento das sociedades de mercado

O processo de elaboração de um produto exige três elementos básicos: o trabalho humano, as ferramentas ou as máquinas que os trabalhadores manejam e a terra ou o espaço — por exemplo, uma

oficina ou uma mina — onde a produção tem lugar. Ou, dito de maneira mais simples, a produção envolve três fatores: trabalho, meios de produção — que frequentemente surgem mencionados como *capital* — e terra.

Nas sociedades mais antigas, nenhum desses “fatores de produção” era uma mercadoria. Todos eles eram bens, mas não uma mercadoria. Durante o feudalismo, os servos trabalhavam duramente, mas não vendiam — nem sequer alugavam — o seu trabalho ao senhor feudal. Era simplesmente o senhor feudal que, por meio do uso da força, ficava com uma porcentagem enorme das colheitas dos servos. No que diz respeito às ferramentas — os meios de produção —, eram os próprios servos que as produziam ou então os artesãos que trabalhavam no mesmo feudo, artesãos que os servos alimentavam em troca das ferramentas que lhes eram fornecidas — como mais ou menos se passa com a mesa familiar, para a qual cada um contribui com alguma coisa. Por último, nem sequer a terra era uma mercadoria: ou se nascia terratenente (proprietário de terra), e não passava pela cabeça de ninguém vender a terra que pertencera aos seus antepassados; ou se nascia servo, e nessa condição ficava-se condenado a *nunca* possuir terra própria.

As sociedades de mercado surgiram quando esses três fatores de produção se comercializaram. Isto é, quando adquiriram *valor de troca*. Quando começaram a ser comprados e vendidos em grandes mercados, quando os trabalhadores começaram a procurar trabalho no “mercado laboral”, quando os artesãos começaram a comercializar as ferramentas que produziam em mercados desenvolvidos de meios de produção e, por último, quando a terra adquiriu valor de troca como resultado da compra e venda e do aluguel.

Mas como esses três fatores de produção se converteram em mercadorias? O que aconteceu ao certo e como teve início a Revolução Industrial, que começou em meados do século XVIII na Grã-Bretanha, mas também na Holanda, e transformou o mundo, fazendo dele uma imensa sociedade de economia de mercado globalizada?

Como pode ver, é uma história muito comprida e, se eu tentar explicá-la em detalhes, você vai se entediar. Assim, em linhas gerais, direi que tudo começou com o desenvolvimento da construção naval na Europa, com a utilização da bússola — descoberta pelos chineses — e com um aprimoramento geral da arte da navegação. Tudo isso permitiu que os navegadores europeus (a começar pelos genoveses, venezianos, florentinos e portugueses) descobrissem novas rotas marítimas que acabaram por dar origem ao comércio global.

Comerciantes portugueses, holandeses, britânicos e espanhóis carregavam os navios com lã da Inglaterra e da Escócia, que trocavam por espadas japonesas em Yokohama. Depois voltavam para o Ocidente, mas antes faziam escala em Bombaim, na Índia, onde trocavam as espadas por especiarias, que levavam para a Europa a fim de as trocar por... quantidades de lã muito superiores às que tinham levado para o Oriente. E assim recomeçava o ciclo.

Desse modo, produtos como a lã, as especiarias, a seda e as espadas de aço tornaram-se mercadorias de valor internacional — produtos cujo valor, para o produtor, passou a ser indissociável do seu valor de troca. Qualquer comerciante ou produtor que oferecesse esses produtos nos novos mercados enriquecia em pouco tempo. A certa altura, e enquanto controlavam os seus servos das torres dos seus castelos, os senhores de terra ingleses concluíram que deviam aproveitar melhor as novas possibilidades de enriquecimento que essa nova rede do comércio internacional lhes proporcionava. “Para que queremos tantos servos que plantem cebolas e beterrabas?”, perguntaram. “Qual é o valor das beterrabas no mercado internacional? Nenhum!”.

Resolveram então que, como a lã valia mais, talvez fosse preferível substituir a imensa quantidade de servos por rebanhos de ovelhas, que, além de serem ainda mais dóceis, eram mais rentáveis! Em algumas décadas, os campos britânicos mudaram radicalmente de aspecto. A paz e a estabilidade de que os servos haviam gozado durante séculos, vivendo no mesmo lugar ao longo de gerações e gerações, às ordens do mesmo senhor e dos seus herdeiros, seguindo os mesmos costumes e fazendo o mesmo trabalho dos seus pais, acabou de repente.

Isso coincidiu com o momento em que teve início o processo de transformação da Grã-Bretanha, que passou de uma sociedade *com* mercados para uma sociedade *de* mercado. Em outras palavras, quando, sem contemplações, os senhores feudais expulsaram os servos dos campos e os substituíram por ovelhas.

Por quê?

Em primeiro lugar, porque a expulsão dos servos converteu tanto o trabalho como a terra em mercadorias.

Como?

O que você e eu faríamos se, de repente, fôssemos jogados no meio de uma rua lamacenta de um condado britânico qualquer? Provavelmente caminharíamos até a aldeia mais próxima, bateríamos à primeira porta e diríamos: “Estou disposto a trabalhar fazendo o que for necessário em troca de um pedaço de pão e de um teto”. Eis a primeira proposta de trabalho assalariado.

Foi exatamente o que aconteceu: os ex-servos passaram a vagar pelas ruas e a oferecer a única mercadoria que possuíam: a sua força de trabalho. Ao contrário dos seus pais e avós, que trabalhavam mas nunca venderam o seu trabalho — pois tinham acesso à terra e às ferramentas para trabalhar —, os ex-servos viram-se obrigados a se tornar comerciantes do trabalho... da sua própria força de trabalho. Essa tragédia se prolongou por algumas décadas, até que a sociedade de mercado começasse a funcionar. Durante esse período, essa nova forma de mercado de trabalho se caracterizou por uma imensa oferta diante de uma pequena demanda, visto que, até o surgimento das primeiras fábricas, não havia compradores capazes de absorver todo o contingente de ex-servos desempregados. O resultado dessa situação traduziu-se em fome, doenças e infelicidade.

Vejamos agora o caso do “fator terra”.

De que maneira a expulsão dos servos criou pela primeira vez um mercado de terra produtiva? Simples: ao substituir os servos por ovelhas, os proprietários perceberam que as suas terras não só adquiriram valor de uso como também valor de troca, ainda determinado de modo indireto, mas claro, pelo mercado internacional. À medida que o valor de troca da lã ia subindo no mercado globalizado, subia também o valor de um hectare de terra, no qual podia pastar um determinado número de ovelhas. Ao mesmo tempo, quanto mais abundante era o feno plantado em um terreno, mais ovelhas poderiam ser alimentadas e, portanto, mais lã poderia ser produzida.

Foi assim que o valor de troca da lã passou a estar intimamente ligado ao valor de troca da terra. De uma hora para a outra, um lord que possuía terras das quais não obtinha nenhum proveito pôde passar a alugá-las a ex-servos — de quem passou a cobrar o aluguel, ou renda. Os antigos servos, agora “empresários”, viram-se obrigados a vender a lã no mercado para poderem pagar o aluguel com os lucros obtidos.

Preste bem atenção à conversão dos servos em “comerciantes” no preciso momento em que a terra dos seus antepassados também se tornou uma mercadoria: antes da expulsão, tínhamos um regime feudal. Os servos pertenciam à terra, que, por sua vez, pertencia ao senhor. Os servos trabalhavam a terra e o proprietário desta tomava sua parte. Não havia vestígio de mercado durante o processo de produção. O produto dos servos — a terra e o seu trabalho — tinha apenas um valor intangível, partilhado pelos servos e pelo senhor feudal, que dependia apenas de este senhor ser benevolente ou tirano para com os seus vassalos.

Depois da expulsão dos servos, tudo mudou, e a maior parte deles foi obrigada a entrar em um mercado. A maioria dos servos entrou para o mercado de trabalho, no qual passou a vender a sua força de trabalho. Houve servos que começaram a trabalhar a terra dos senhores feudais, porém sob um regime totalmente diferente: como inquilinos/arrendatários, pagando um aluguel que tinha por base o preço da lã. Enquanto os seus pais tinham vivido angustiados por saber se o senhor lhes deixaria ou não uma parte suficiente da colheita para que não passassem fome no inverno, esses novos servos passaram a ter uma preocupação diferente: “Conseguiremos vender a lã no mercado por um preço suficiente para podermos pagar o aluguel ao senhor e comprar milho para dar de comer aos nossos filhos?”. Em outras palavras, preocupavam-se com o valor de troca do seu trabalho — isto é, da sua jornada —, com o valor de troca da lã que produziam como inquilinos dos senhores de terras.

Fábricas: os laboratórios cinzentos da história

Como vimos, a Grã-Bretanha passou de uma sociedade *com* mercados para uma sociedade *de* mercado. A transição terminou na segunda metade do século XVIII, quando entraram em cena edifícios cinzentos, desumanos, com chaminés altas das quais saía constantemente uma fumaça preta. Estamos falando das fábricas, onde funcionavam dia e noite as máquinas a vapor inventadas pelo escocês James Watt.

Você vai me perguntar: por que a Grã-Bretanha? Por que não houve revoluções industriais nessa mesma época na França ou na China? Por duas razões principais: primeiro, porque na Grã-Bretanha a terra estava nas mãos de um número reduzido de proprietários; segundo, porque esses proprietários não detinham muito poder militar, ao contrário dos outros senhores feudais europeus ou chineses, que comandavam grandes exércitos privados. Como não detinham poder militar, inventaram maneiras de aumentar a sua riqueza sem recorrer à violência.

Quando os navegadores descobriram as rotas marítimas que tornaram possível o comércio internacional, os senhores de terra britânicos estavam entre os primeiros a aproveitar a oportunidade de se tornarem ricos com as mercadorias que tinham acumulado e que eram muito procuradas em nível internacional. O fato de a terra estar nas mãos de um pequeno número de senhores feudais também significou que, por serem poucos, foi fácil chegarem a um acordo e aprovarem a expulsão em massa dos servos, processo fundamental para a criação da primeira sociedade de mercado.

Imagine a Grã-Bretanha como uma gigantesca panela na qual cozinham em fogo brando centenas de milhares de desempregados sem terra, enquanto não para de aumentar o dinheiro que passa pelos bancos de Londres, proveniente do comércio internacional com as colônias britânicas (sobretudo no Caribe, onde os escravos africanos trabalhavam as terras dos colonizadores britânicos). Agora, acrescente a essa panela a máquina a vapor do sr. Watt. Misture tudo. O que teremos? As fábricas! Foi nelas que, pela primeira vez na história, os descendentes dos antigos servos encontraram trabalho como operários industriais, trabalhadores que suavam ao lado das novas máquinas a vapor.

De quem foi essa ideia? Quem pensou em fundar as fábricas? Os comerciantes e os aristocratas observaram que algumas mercadorias vendiam bastante bem no mercado internacional — os produtos de lã, os têxteis, os metais. Por isso pensaram que, se as fabricassem mais depressa e com menor custo, ficariam mais ricos. Também viam milhares de antigos servos sem trabalho mendigando pelas ruas por um pedaço de pão, por um posto de trabalho, enfim, por qualquer coisa. A certa altura, ouviram dizer que um tal Watt tinha inventado uma máquina capaz de acionar mil teares ao mesmo tempo. Não foi preciso mais nada. O surgimento das primeiras fábricas foi apenas uma questão de tempo.

A Grande Contradição

O triunfo dos valores de troca sobre os valores intangíveis transformou o mundo tanto para o bem como para o mal. Ao mesmo tempo.

Por um lado, a comercialização dos bens da terra e do trabalho acabou com o feudalismo, com os preconceitos irracionais, com a teocracia e com o obscurantismo. Nasceu a ideia da liberdade, a perspectiva da abolição da escravatura, a possibilidade de a tecnologia produzir bens suficientes para todos.

Por outro lado, aumentou como nunca a infelicidade e surgiram outras formas de pobreza, novos tipos de escravidão em potencial. Com o aparecimento da sociedade de mercado, os antigos servos expulsos tornaram-se operários industriais ou camponeses que pagavam aos senhores um aluguel pelas terras. Em ambos os casos, eram produtores “livres”, porque ninguém podia obrigá-los a trabalhar à força (como acontecia durante no feudalismo). Nesse sentido, eram realmente livres. Livres para fazer o que quisessem, desde que houvesse “clientes” para o seu trabalho. Completamente “libertados” dos meios de produção, não estavam acorrentados a um lugar concreto (ou seja, estavam praticamente na rua). Ao serem expulsos do seu trabalho anterior, ficaram livres para ir para onde quisessem e, ao mesmo tempo, ainda mais pobres. Comerciantes do seu corpo e da sua mente, também se tornaram vítimas do mercado de trabalho, que dependia da oferta e da procura internacional das mercadorias.

Aqueles que não estavam desempregados trabalhavam mais de catorze horas por dia, no ambiente duríssimo das fábricas de Manchester ou das minas do País de Gales. Os jornais da época relatam que, na Inglaterra e na Escócia, crianças de dez anos viviam acorrentadas noite e dia às máquinas a vapor para trabalharem o máximo de horas possível. Mulheres grávidas trabalhavam nas minas da Cornualha e, muitas vezes, eram obrigadas a dar à luz sem nenhuma ajuda, no interior das galerias. Nessa mesma época, nas colônias (como na Jamaica, por exemplo), mas também no sul dos Estados Unidos, a produção continuava a se basear no trabalho de escravos, sequestrados na África por traficantes europeus que os vendiam pelo seu valor de troca.

Nunca tinha acontecido uma coisa semelhante em toda a história da humanidade. É possível que os seres humanos tivessem se globalizado desde muito cedo (de fato, como você sabe, somos todos africanos), mas a Revolução Industrial criou a Grande Contradição: a coexistência de uma imensa riqueza com uma enorme pobreza. Desse modo, as desigualdades provocadas pela revolução agrícola (que expliquei a você no capítulo anterior) aumentaram ainda mais quando a elas se juntaram as novas desigualdades resultantes da Revolução Industrial e do triunfo dos preços em relação aos valores.

**Dívida,
lucro, riqueza**



Dívida

“O inferno está onde eu estou...” É o que diz Mefistófeles em *A trágica história do Doutor Fausto*, a famosa obra de Christopher Marlowe. Como uma nuvem negra que o rodeia, Mefistófeles leva consigo o inferno a toda parte. “Estou dentro dele onde quer que me encontre”, explica a Fausto, que, ao ver Mefistófeles, se interroga se não chegou de repente a esse infausto lugar.

A história de Fausto, que vende a alma a Mefistófeles, é uma das que você ainda não leu. Trata-se de uma história sombria, para adultos, e não para pessoas da sua idade. Não a escondemos de você por ser aterrorizante, pois os contos dos irmãos Grimm são muito piores. Não, a razão pela qual não é indicada para os mais jovens é porque nela se aborda, essencialmente, um conceito que é ao mesmo tempo injusto e difícil de compreender: a *dívida*.

Na história de Marlowe acontece o seguinte: Mefistófeles aproxima-se do doutor Fausto para oferecer a ele praticamente todos os prazeres que quiser durante vinte anos com a condição de que Fausto lhe prometa que, passados esses vinte anos, entregará a ele a sua alma. Fausto pensa e conclui que vinte anos de felicidade são suficientes, e que não se importa com o que Mefistófeles fizer depois com a sua alma. Por isso, resolve aceitar. Mefistófeles sorri e pede a Fausto que assine um contrato, mas não com tinta, e sim com sangue, para ter mais valor simbólico.

Se observar friamente, verá que esse documento é um contrato de empréstimo que “estabelece” a dívida de Fausto com Mefistófeles: “Recebo vinte anos de felicidade e prometo-lhe que, quando o empréstimo terminar, você receberá em troca a minha alma”.

As dívidas existem desde sempre. Quando, em um momento difícil, um vizinho ajudava outro, este agradecia-lhe e dizia: “Estou em dívida com você”. Ambos sabiam, sem que para tal fosse preciso um contrato, que, se no futuro aquele que dera ajuda precisasse de qualquer coisa, o outro retribuiria a boa ação, “saldando” a sua dívida moral. No entanto, esse tipo de solidariedade distingue-se da dívida por duas coisas, pelo menos no sentido em que a compreendemos atualmente: primeiro, o contrato, segundo, o juro.

O contrato converte um acordo informal (por exemplo, “você me ajuda hoje e eu o ajudarei amanhã”) em uma obrigação formal com condições concretas que assumem a forma de valores de troca expressos em dinheiro. O desembolso de juros significa que a pessoa que dá qualquer coisa hoje receberá no futuro outra coisa de maior valor. Em outras palavras, enquanto no âmbito da solidariedade o incentivo para a ajuda é a consciência de se praticar uma boa ação, no contrato de empréstimo o incentivo é a *mais-valia*, ou seja, a obtenção, no futuro, de algo com valor de troca superior àquilo que foi dado no presente. Ou, para explicar de outra maneira, quando você é solidária com os outros e oferece a eles algo de valor, a sua recompensa tem apenas valor simbólico. No entanto, se o empréstimo é feito em uma sociedade de mercado, ou seja, na esfera dos valores de troca, a sua recompensa também tem valor de troca: o juro.

A história de Fausto e da sua dívida com Mefistófeles é importante porque reflete a ansiedade das pessoas na época em que as “sociedades *com* mercados” em que viviam se tornaram “sociedades *de* mercado”. Não foi por acaso que Marlowe escreveu a sua obra no século XVI, quando os valores de troca começavam, pouco a pouco, a se impor sobre os valores experienciais. Foi por isso que disse a você que a história de Fausto e Mefistófeles não é um conto infantil, porque explica fatos dolorosos para a humanidade.

É provável que você já tenha ouvido dizer que o islamismo proíbe a cobrança de juros. Os muçulmanos consideram inadmissível que alguém ganhe dinheiro emprestando a outra pessoa, ou seja, que lucre com a dívida do outro. O cristianismo também via as coisas dessa mesma perspectiva no tempo em que Marlowe escreveu a sua obra teatral. Os cristãos, tal como agora os muçulmanos, também consideravam que o empréstimo a juros era um pecado vergonhoso. Na verdade, há textos religiosos que descrevem “o parto de dinheiro” (em grego, τοκετόζ, que significa “parto”, de onde deriva τόκοζ, “juro”) como algo que se forma no ventre da serpente que conduziu Adão e Eva ao pecado. Isso ajuda a entender que não foi por acaso que naquela época, no século XVI, os bancos recém-fundados pertencessem a judeus, já que a religião judaica era a única que não proibia o empréstimo a juros — a usura.

Como é evidente, a passagem das sociedades *com* mercados para sociedades *de* mercado obrigou à reformulação das normas religiosas e ao levantamento da proibição legal dos juros. O fato de os juros serem malvistas tornou-se incompatível com a comercialização da terra e do trabalho, assuntos de que falamos no capítulo anterior. Isso tinha que mudar... e mudou.

O movimento protestante desempenhou um papel importante nessa mudança, ao separar-se da Igreja Católica e adotar a mentalidade dos comerciantes, aceitando o empréstimo a juros, os juros e a taxa de juros. Protestantes e católicos estiveram em guerra por pelo menos cem anos, conflito que marcou a Europa para sempre e que demonstra que as mudanças sociais não costumam ocorrer sem derramamento de sangue.

Para voltarmos um pouco ao *Doutor Fausto*, hoje a versão da obra que mais se lê e que mais se representa no teatro não é a escrita por Marlowe, mas uma mais moderna, do século XIX, de autoria do alemão Goethe. É interessante prestarmos atenção à diferença fundamental entre as duas versões. Na versão de Marlowe, passados os vinte anos, Fausto suplica a Mefistófeles que o libere do contrato e que não o leve com ele para o inferno, mas Mefistófeles não lhe dá ouvidos. Na versão de Goethe, por sua vez, Fausto acaba por se salvar do inferno no final.

Deixe-me dizer a você qual é a diferença que vejo entre os dois finais: na época de Marlowe, ter uma dívida com juros era um grande pecado, como já disse. O público do teatro queria que Fausto fosse castigado por não ter hesitado ao prometer a Mefistófeles a forma suprema de juro (a entrega da sua alma) para desfrutar de vinte anos de felicidade. No entanto, na época de Goethe, as coisas tinham mudado. Os valores de troca haviam triunfado sobre os valores intangíveis. Os juros sobre o dinheiro emprestado tinham se tornado um valor moral e politicamente aceitável: o valor de troca.

O público de Goethe, portanto, era mais compreensivo para com Fausto. Fausto era o oposto de Ebenezer Scrooge. Como você sabe, em *Um conto de Natal*, de Charles Dickens, Scrooge poupa e acumula riquezas durante toda a vida, cobrando montes de juros e gastando o mínimo possível. No entanto, no final, depois de sonhar com os fantasmas do Natal, começa a gastar desmesuradamente. Então, pela primeira vez, sabe o que é apreciar a vida.

Se prestar atenção, verá que Fausto fez precisamente o contrário. Contraiu um empréstimo no princípio para desfrutar as alegrias da vida e aceitou acabar sofrendo, pagando por isso um “juro” muito alto. Dos dois, Scrooge e Fausto, quem você acha que se encaixava melhor na nova sociedade de mercado que surgira no tempo em que Goethe escreveu? Fausto, claro. Por quê? Porque se todos fôssemos como Scrooge, ou seja, avaros que acumulam riqueza sem gastar, os mercados acabariam, porque ninguém compraria nada, as lojas e as fábricas fechariam e a sociedade de mercado afundaria em uma crise profunda.

A dívida está para as sociedades como o inferno está para o cristianismo: é uma coisa tão necessária como desagradável.

Lucro

“A culpa de tudo é do dinheiro.” Você já deve ter ouvido essa frase muitas vezes. Apesar de ser bastante cínica e tristemente pessimista para a humanidade, infelizmente talvez contenha uma grande parte de verdade. Devo dizer-lhe que, embora hoje tudo seja culpa do dinheiro, as coisas nem sempre foram assim.

É possível que seja tudo culpa do poder, da glória e até da fama após a morte (pense nas pirâmides de Egito). É possível que o dinheiro tenha sido sempre importante para se conseguir o que se quer. Mas não é verdade que o dinheiro tenha sido sempre a única coisa importante. O dinheiro, o lucro, era um dos *meios* para alcançar um objetivo. Mas não era um fim em si mesmo, como é hoje.

Nunca passaria pela cabeça de um senhor feudal vender o seu castelo, por mais dinheiro que lhe oferecessem. Ele se consideraria imoral e veria a venda do castelo da família como o maior dos pecados. E, se fosse obrigado a vendê-lo por necessidade — situação extremamente rara —, o senhor feudal se sentiria humilhado, um ser desprezível ou fracassado, mesmo que lhe pagassem uma fortuna. Em contrapartida, hoje não há castelo, quadro ou iate que não se venda desde que alguém pague por eles um bom preço. Como essa mudança aconteceu? Como o dinheiro deixou de ser um meio para se tornar um

fim em si mesmo? A resposta — não se admire! — tem a ver com o triunfo dos valores de troca sobre os valores intangíveis. Isto é, tem a ver com a passagem das sociedades *com* mercados para as sociedades *de* mercado, das quais falamos no capítulo anterior.

Para que você entenda o novo papel do dinheiro, tenho que falar de como o aparecimento das sociedades de mercado mudou o papel da dívida; de como a dívida se tornou “a matéria-prima” do lucro, e de como esse processo converteu o lucro, a rentabilidade, o dinheiro, em um fim em si mesmo.

Há cerca de três séculos, a terra e o trabalho passaram a ser mercadorias, e isso fez com que aparecessem as sociedades de mercado, lembra? Tudo aconteceu quando a dívida e o lucro se tornaram “colegas”. Vejamos como.

Durante o feudalismo, o processo de produção de superávit — que é imprescindível para a “civilização”, como vimos no [capítulo 1](#) — se dava em três etapas: produção, distribuição e dívida. Ou seja, primeiro os servos trabalhavam a terra e produziam alimentos (produção); depois o proprietário dessas terras, o senhor feudal, mandava os seus cobradores recolherem (à força, se fosse preciso) a parte que lhe era devida (distribuição do superávit entre o senhor feudal e os servos); e, por fim, o senhor feudal vendia os alimentos de que não precisava, recebia dinheiro em troca, e uma parte do que recebia ele emprestava, para exercer uma dominação sobre quem recebia o empréstimo, ou para pagar serviços a terceiros (dívida).

A partir do momento em que a terra e o trabalho passaram a ser comercializados, porém, ocorreu uma grande mudança: a distribuição do superávit deixou de acontecer depois da produção e passou a realizar-se antes mesmo de se começar a produzir. Lembro a você que, na Grã-Bretanha, os servos tinham sido expulsos da terra e o seu lugar fora ocupado por... ovelhas. Daí em diante, o senhor passou a arrendar a terra aos antigos servos, que se ocupavam da produção de lã e do cultivo da terra. Dessas atividades, os antigos servos tinham que obter lucro suficiente para pagar tanto a renda ao senhor da terra como os salários dos poucos trabalhadores que contratavam. Em outras palavras, alguns antigos servos organizavam a produção como pequenos empresários que arrendavam a terra do proprietário ou contratavam o trabalho de servos sem terra para que se encarregassem do trabalho manual.

No entanto, para que todo esse processo pudesse ter início, antes de poderem ganhar dinheiro (e obter a lã), esses pequenos empresários tinham que arranjar dinheiro onde quer que fosse a fim de poderem arrendar a terra e pagar os trabalhadores assalariados. Ou seja, a distribuição do superávit era definida antes mesmo de o superávit ser produzido, pois os ganhos dos senhores de terras, o arrendamento e os salários dos trabalhadores eram repartidos antes do início da produção.

E onde os pequenos empresários arranjavam dinheiro para pagar adiantado o “aluguel” da terra e os salários? Eles tinham de fazer empréstimos. Por exemplo, os senhores de terra lhes emprestavam dinheiro para que fosse devolvido com juros, e vários tipos de usuários emprestavam-lhes dinheiro para que pudessem pagar os salários antecipadamente. Sabe o que isso significa? Duas coisas.

Primeiro, significa que a dívida se tornou a parte mais importante do processo produtivo. As etapas de produção do superávit mudaram por completo. Onde antes tínhamos *produção-distribuição-dívida*, passamos a ter *dívida-distribuição-produção*.

Segundo, significa que o lucro se tornou o objeto de culto da nova classe empresarial. Para o pequeno empresário, o lucro passou a ser uma questão de sobrevivência: uma colheita ruim ou um produto cujo preço caísse drasticamente podia significar que ele não teria meios de pagar os empréstimos que contraíra nem os juros correspondentes. Se isso acontecesse, ele se tornava escravo da dívida. Exatamente a mesma situação de Fausto...

Riqueza

Espero ter convencido você de que o surgimento do lucro (como ponto de referência central das sociedades) está associado tanto ao triunfo dos valores de troca sobre os valores experienciais como à Grande Mudança que colocou a dívida no início da cadeia econômica e a produção no final.

É possível contar a mesma história, de um ponto de vista um pouco diferente, da seguinte maneira: as sociedades de mercado modernas surgiram graças à comercialização do trabalho e da terra. Essa comercialização criou a classe operária (começando pela expulsão dos servos da terra que pertencera aos

seus antepassados) e, ao mesmo tempo, a primeira classe empresarial nas regiões rurais da Grã-Bretanha. Para que pudessem dar início aos seus negócios, tinham que pagar previamente o aluguel e os salários aos seus trabalhadores e, para conseguir isso, se endividavam... contraindo empréstimos com usurários e proprietários de terra. Ora, diante desse quadro, a *dívida* gerou o *lucro* como fim em si mesmo; como algo necessário para que os empresários, os trabalhadores e a sociedade de mercado em geral sobrevivessem.

“Mas as coisas não foram sempre assim?”, você poderá me perguntar. Não, nem sempre foram assim. Durante o feudalismo, existiam tanto o senhor de terra como os servos. Os servos produziam por conta própria e recebiam uma parte daquilo que sobrava, do superávit, depois de o senhor de terra ter ficado com a “sua” parte. Não havia salários. Não havia lucro. A riqueza acumulava-se no castelo do senhor feudal; algumas dívidas só eram contraídas mais tarde (ou seja, quando a produção já tinha terminado e a colheita já havia sido distribuída). Nessas sociedades com mercados, o lucro não era um fim em si mesmo e a dívida não tinha importância. Aqueles que detinham poder gostavam mais de enriquecer roubando outros senhores feudais ou aldeias, conspirando para conquistar os favores do rei ou por meio de guerras e duelos. Era assim que garantiam a sua riqueza, o seu poder e a glória com que sonhavam. O lucro nem lhes passava pela cabeça. É por tudo isso que disse que as sociedades de mercado se tornaram inseparáveis da dívida, do lucro e da riqueza.

Todos sabemos que o lucro está associado à riqueza. O lucro é como a água que sai da torneira para encher a banheira. A quantidade de água que se acumula na banheira seria a riqueza. Quanto mais água corre pela torneira (lucro), mais sobe o nível da água na banheira (riqueza). Isso todos nós sabemos. O que alguns não sabem é que a riqueza das sociedades de mercado “se alimenta” da dívida. “Como é possível?”, você vai me perguntar. “A dívida não vai fazer com que acabemos como o doutor Fausto?”. E eu respondo: é muito provável que sim. No entanto, a imensa riqueza que se produziu nos últimos três séculos deve-se à dívida. Como eu dizia antes, a dívida está para as sociedades de mercado como o inferno está para o cristianismo: é algo desagradável, mas necessário.

Como a dívida pôde criar tanta riqueza e, ao mesmo tempo, tanta infelicidade? Os senhores feudais não tinham necessidade de aprimorar a sua tecnologia para produzir mais e acumular mais riqueza. A sua posição dominante estava assegurada política, legal e economicamente ou por protocolo, já que a parte do trabalho duro era garantida pelos servos. Ao contrário deles, os empresários não possuíam nenhuma garantia de sobrevivência, fosse ela política legal ou de protocolo. A única maneira de sobreviverem era... ganhando dinheiro (obtendo lucros).

Para ganhar dinheiro, tinham que continuar a ser os maestros da orquestra da produção. E isso significava dívida. Precisavam tomar empréstimos para continuar a ser... empresários. No entanto, se queriam pagar os empréstimos que contraíam — e, ainda por cima, com juros —, tinham que vender mais barato, para não perderem clientes para a concorrência. Por pior que pagassem os trabalhadores assalariados, a única maneira de garantir a sua sobrevivência era aumentar a produção do seu trabalho. Ora, a única maneira de aumentar a produção era com a ajuda da tecnologia. Foi sobretudo por esse motivo que começaram a ser utilizadas invenções como a máquina a vapor de James Watt, que transformou os laboratórios em fábricas. Não obstante, a tecnologia era cara e, para comprá-la, para “investir” nela, tiveram que contrair mais empréstimos.

Está vendo? A dívida tornou-se o “combustível”, “a máquina a vapor” da Revolução Industrial, e gerou muita riqueza, mas também muita infelicidade, como vimos no capítulo anterior.

**Confiança,
crise, Estado**



A linha do tempo

Comerciantes sempre existiram. Empresários, não. O que quero dizer com isso? Uma coisa é o proprietário de uma frota de navios que comprava lã dos senhores de terra ingleses e, pondo em risco a própria vida, a transportava para a Índia a fim de trocá-la por seda (que levava de volta à Inglaterra para vendê-la, obtendo um enorme lucro). Outra coisa é o empresário que utiliza a terra comercializada e a “combina” com trabalho comercializado (assalariado) com o objetivo de produzir e vender mercadorias. Este modelo de empresário apareceu ao mesmo tempo que a sociedade de mercado. E sabe o que é mais interessante? Que esse empresário atua como um mago da “linha do tempo”.

Imagine o empresário de pé diante de uma membrana muito fina, como uma cortina que se ergue justo por cima da “linha do tempo”; a tal membrana está pendurada na vertical e separa o presente, onde ele está, do futuro, que ele pode ver vagamente diante de si.

Em um movimento rápido, o empresário enfia a mão através da membrana. Ele continua no presente, mas a sua mão adentra o futuro. Às apalpadelas, agarra o valor de troca e o traz, de forma violenta, do futuro para o nosso lado da “linha do tempo”, o presente.

Desse modo, o empresário pode investir o valor de troca trazido do futuro em processos produtivos que vão gerar esse valor posteriormente, para que se liquide a dívida do futuro, para que se restabeleça o equilíbrio e para que se gere, por fim, uma riqueza que de outra maneira seria difícil de obter.

É essa a importância da dívida nas sociedades de mercado. Ela mobiliza os valores futuros para que... eles se produzam. Trata-se de verdadeira magia negra. Infelizmente, como em qualquer conto de fadas, logo as bruxas malvadas entram em cena. No meu “conto”, o papel das bruxas más está reservado aos banqueiros. Sem eles a história não ficaria completa. Porque, na verdade, não é o empresário quem decide que a sua mão vai atravessar a membrana para agarrar o valor futuro. A mão do empresário não tem vontade própria. É um ser à parte quem comanda a sua mão: o banqueiro.

Para pôr em andamento o processo produtivo, o empresário necessita da intervenção dessa mão direita autônoma, a do banqueiro, que se desenvolveu a partir do usurário da época feudal até se tornar o fator preponderante das sociedades de mercado.

A “mão” do banqueiro

Ao contrário do empresário, o banqueiro não organiza a produção. Então, o que faz ao certo? Por que acumula nas suas mãos tanta riqueza? Enganamo-nos se pensarmos que o banqueiro é o intermediário entre aqueles que têm excedentes de dinheiro e aqueles que desejam tomar esse dinheiro emprestado; que o banqueiro é o mediador entre prestamistas e depositantes, que paga aos depositantes um juro que é inferior àquele que cobra dos que contraem empréstimos com ele, e ganha em função dessa diferença.

Antes era assim. Há séculos. Hoje, só em raríssimas ocasiões o banqueiro tem esse papel. A partir do momento em que as sociedades de mercado atingiram o pleno desenvolvimento, a função básica do banqueiro deixou de ser a de mediador entre prestamistas e depositantes. Nas sociedades de mercado desenvolvidas, o banqueiro não obtém valor existente (dinheiro) de uns para depois o passar a outros. Ele o obtém do futuro, para que seja possível dispor dele no presente. Por quê? Porque o valor de troca que existe não é suficiente para que se ative a sociedade de mercado, que exige investimentos muito superiores aos das poupanças existentes.

Por essa razão, o banqueiro, em vez de ser a mão do empresário que se aproveita no presente do valor existente nas poupanças, funciona como a mão figurada do empresário que atravessa a linha do tempo e agarra valor do futuro, valor que ainda não foi criado, transferindo-o para o presente e emprestando-o ao empresário para que ponha a produção em marcha, para que se gere lucro, para que se pague o empréstimo ao banqueiro e para que se devolva o valor que foi “tomado” do futuro... ao futuro.

É por isso que chamo o banqueiro de “intermediário diacrônico”, ou seja, intermediário dos acontecimentos em sua evolução no tempo. Pense nele como alguém que tenha roubado uma das

máquinas do tempo de H. G. Wells e a usado para viajar no tempo e obter dinheiro, ajudando os empresários do futuro a emprestá-lo aos empresários do presente (e que esses empresários, inclusive, podem ser a mesma pessoa), ficando com a diferença do juro que paga ao empresário do futuro e o juro que cobra do empresário do presente. Trata-se de uma transação delicada, pois dela depende o “equilíbrio diacrônico”, ou seja, o equilíbrio entre o presente e o futuro.

O principal problema, e a razão pela qual comparei os banqueiros com a magia negra dos contos de fada, reside no seguinte paradoxo: quanto maior for o equilíbrio diacrônico, mais motivação a mão do banqueiro terá para tomar do futuro um valor que aumente as suas próprias porcentagens, pois os lucros do banqueiro (a diferença entre os dois juros que retém) são proporcionais ao tamanho do valor futuro que se transfere para o presente. No entanto, ao obter desse modo cada vez mais valores do futuro, o banqueiro desestabiliza o “equilíbrio diacrônico”. Ora, isso acaba provocando o... *colapso financeiro*.

Colapso financeiro

Quando “a mão” do banqueiro passa dos limites e sobrecarrega o presente com obrigações em relação ao futuro que, por mais que tente, a pessoa não poderá cumprir, acontece o *colapso financeiro*. A bancarrota. A falência. A *hybris*^[1] da mão do banqueiro é paga com uma nêmesis muito dolorosa.

Contudo, para ser menos alegórico e mais claro, quero explicar a você exatamente como os banqueiros transferem o valor de troca do futuro para o presente e qual é o mecanismo que utilizam. Só assim você poderá entender que o *colapso*, a quebra, é inevitável.

Suponhamos que Miguel fabrique bicicletas e peça ao banqueiro quinhentos mil euros para comprar uma máquina que o ajudará a produzir os quadros das bicicletas de fibra de carbono, mais leves e resistentes. Pergunta: De onde o banqueiro vai sacar essa quantia para emprestar a Miguel (com juros, é claro)?

Não se apresse em responder: “O banqueiro emprestará a Miguel o dinheiro que outros depositaram no seu banco”. Errado. A resposta correta é: “De parte nenhuma” ou “do nada”. O banqueiro simplesmente vai colocar na conta de Miguel a quantia de quinhentos mil euros. O que isso significa? Significa que, quando Miguel olhar para o saldo disponível na sua conta, verá com alegria no caixa eletrônico: “Saldo disponível: quinhentos mil euros”. Em seguida, Miguel pagará ao fabricante da máquina, transferindo quinhentos mil euros da sua conta bancária para a dele, e assim se terá criado “do nada”, “de parte nenhuma”, uma quantia de quinhentos mil euros.

Como disse um conhecido economista, o processo por meio do qual os bancos criam dinheiro do nada é tão fácil que a mente não consegue entender. No entanto, nada nasce do nada. Quando digo a você que o banqueiro cria magicamente quinhentos mil euros, que os saca de “parte nenhuma”, o que quero dizer é o que dizíamos antes: *os quinhentos mil euros vêm do futuro*. São o resultado do processo que consiste no ato de a mão do banqueiro atravessar a cortina, atravessar a “linha do tempo”, sacar o valor que ainda não foi produzido, trazê-lo para o presente, entregá-lo a Miguel (ao empresário). E todos esperamos que as novas bicicletas de Miguel, com quadro de fibra de carbono, tenham tanto valor de troca que possam ser devolvidos ao futuro os quinhentos mil euros que ele nos deu, mais o juro que lhe devemos.

Por meio de um favor do banqueiro, Miguel recebe quinhentos mil euros do nada ou, mais precisamente, do futuro. O banqueiro ganha nessa operação uma importante porcentagem de lucro: quanto mais dinheiro trouxer do futuro para emprestar aos Miguéis, maior será o seu lucro. Uma vez que não existe nenhuma limitação séria, e pode-se “criar”, ou seja, trazer do futuro, todo o dinheiro que se quiser, os períodos de estabilidade e de desenvolvimento fazem com que o banqueiro confie que, na realidade, não há limites. Portanto, ele “cria” cada vez mais dinheiro. Na verdade, saca cada vez mais valor de troca do futuro, trazendo-o para o presente.

Contudo, haverá sempre um momento em que os Miguéis do presente não conseguirão produzir todo o valor que o futuro exige. Pense que não são apenas os Miguéis, as pessoas que produzem coisas úteis, que contraem empréstimos, mas também outros, que utilizam o dinheiro emprestado para jogar (especular), comprando casas ou edifícios na esperança de que o seu preço aumente e que possam vendê-los mais caros, apesar de não terem contribuído em nada para a economia.

Na prática, chega um momento em que tanto os Miguéis como os especuladores não conseguem pagar

os empréstimos tomados do banqueiro, que, por sua vez, não consegue devolver o dinheiro ao... futuro. E, assim, empresas e lojas fecham. As pessoas perdem os seus postos de trabalho. Os preços dos imóveis caem e, desse modo, os especuladores ficam na bancarrota. As lojas e empresas que sobreviveram ao início da crise têm queda de vendas e também acabam fechando. Mais trabalhadores são despedidos. Em um curto espaço de tempo, os próprios bancos ficam com montes de empréstimos que concederam aos Miguéis e aos especuladores, empréstimos que explodem como bolhas de sabão. Os correntistas desconfiam que os bancos estão com problemas e retiram o dinheiro das suas contas bancárias. Os bancos não têm dinheiro suficiente, pois o utilizaram para os seus próprios objetivos, e são obrigados a fechar. Assim que as pessoas ficam sabendo que os bancos fecharam, entram em pânico e o colapso se generaliza.

Entende o que aconteceu? Quando o equilíbrio entre presente e futuro se mantém, tudo corre bem. Os Miguéis produzem bicicletas bonitas, os fabricantes das máquinas que os Miguéis comprou contratam mais trabalhadores, os trabalhadores compram bicicletas e outros bens, os especuladores ganham sem produzir nada. No entanto, no ventre dessa economia em desenvolvimento esconde-se a semente do mal, o embrião do monstro e a desculpa de que a magia negra (quer dizer, o sistema bancário) precisa para produzir caos, terror e infelicidade: o equilíbrio gera o desequilíbrio, a estabilidade gera a instabilidade e o desenvolvimento gera o colapso financeiro, a falência, a bancarrota. Ora, por trás dessa geração contraditória do mal, esconde-se a mão do banqueiro.

Você se lembra de quando eu disse que a dívida é necessária para as sociedades de mercado? Que sem dívida não há lucro? E que sem lucro não existe superávit? Agora, acrescento o seguinte: o mesmo processo que gera o lucro e a riqueza também gera o colapso financeiro, as falências, as crises. Quanto mais estável for o processo de desenvolvimento, mais motivos os banqueiros terão para utilizar os seus poderes mágicos. No entanto, sem que percebam, a sua magia ultrapassa os limites, transforma-se em magia negra e imediatamente vem a crise, a quebra, o colapso. Ora, o colapso nada mais é do que a desestabilização repentina do equilíbrio diacrônico (o equilíbrio dos fatos em sua evolução no tempo), uma vez que o presente tem que confessar ao futuro que não pode devolver o que lhe deve.

Estado

No momento do colapso, se a sociedade de mercado for abandonada à sua sorte, tem início uma queda generalizada e retroalimentada. Os empresários não conseguem atuar, porque estão em quebra ou à beira da falência. Os bancos estão na mesma situação. Os mercados ficam paralisados. As pessoas apertam o cinto, reduzindo as despesas o máximo que podem. Isso faz com que a procura de mercadorias, o consumo, diminua ainda mais, e o mesmo acontece com os mercados financeiros etc. Em suma, o colapso financeiro desencadeia a crise.

Quem pode parar essa queda? Quando as pessoas se veem envolvidas nessa espiral catastrófica, só o Estado pode atuar. Algo que acontece desde o século XIX. Foi nessa época que ocorreram as primeiras crises econômicas das sociedades de mercado e a pressão dos cidadãos furiosos obrigou os Estados a intervir. Como?

As primeiras intervenções políticas são feitas no sistema bancário, que é a raiz do mal. No momento em que o pânico se alastra e os bancos fecham um após o outro, a única maneira de deter a catástrofe é a intervenção do Estado no sentido de, de alguma maneira, pôr fim à reação em cadeia, ou seja, permitir que os bancos que iriam fechar se mantenham abertos. Como? Empréstando-lhes dinheiro. Mas onde o Estado encontra tanto dinheiro em tão pouco tempo?

Para que isso seja possível, o Estado é obrigado a criar um banco próprio, chamado “Banco Central”, que nos momentos difíceis empresta dinheiro aos banqueiros. De onde esse Banco Central tira o dinheiro para o empréstimo? Do nada. Simplesmente, em um mau momento, como aconteceu com o banco comercial que “criou” quinhentos mil euros para emprestar ao fabricante de bicicletas Miguel (você se lembra do exemplo anterior?), o Banco Central “cria” milhões, ou milhares de milhões, se preciso, para emprestar aos bancos comerciais. Para poder fazer uma coisa dessas, contudo, o Banco Central tem que deter o monopólio do dinheiro impresso. Foi assim que o Estado conseguiu ter o direito exclusivo de imprimir notas e gerir a moeda.

O monopólio estatal do dinheiro impresso e o papel do Banco Central como “prestamista do último momento” são necessários para limitar as crises financeiras, as bancarrotas, os colapsos financeiros, para acabar com o pânico e estabilizar de alguma maneira a economia de mercado. Todavia, isso não é suficiente. Por esse motivo, pouco a pouco, os Estados têm sido obrigados a tomar mais medidas, como, por exemplo, garantir os depósitos dos cidadãos (até certo ponto), para que não fiquem todos arruinados ao mesmo tempo sempre que um banco entrar em falência (algo inevitável). Sem essas garantias, assim que ouvissem que “há alguma coisa que não vai bem na economia”, os depositantes acorreriam aos bancos para retirar o seu dinheiro; os bancos não teriam dinheiro suficiente para entregar a todos, o que só confirmaria o temor dos depositantes de que a quebra era iminente, e assim a quebra se daria! Foi por esse motivo que os Estados se obrigaram a garantir os depósitos bancários: para não haver colapsos financeiros dia sim, dia não.

Com frequência ouvimos dizer que “o problema é o Estado” e que, “se o Estado deixasse os cidadãos em paz, sem intervir, as coisas correriam muito melhor”. Isso não faz sentido. A única razão pela qual o Estado se viu obrigado a garantir os depósitos e a ficar com o monopólio do dinheiro foi porque nos períodos em que não intervinha, e durante os quais deixava os cidadãos “em paz”, havia colapsos contínuos. Nos momentos de quebra, quando tudo entrava em colapso, os cidadãos exigiam que o Estado “fizesse alguma coisa”. Depois da crise, exigiam que o Estado impusesse normas aos banqueiros para que aquela situação não voltasse a se repetir.

Estado e banqueiros: uma relação tóxica

No entanto, temos aqui uma contradição. O Estado deveria garantir que os bancos não falissem com a chegada da crise, mas, para isso, deveria impor limites à “mão” do banqueiro, isto é, o banqueiro não deveria poder sacar do futuro mais valor do que é possível produzir no presente. Ora, acontece que esses dois objetivos são incompatíveis.

A partir do momento em que o banqueiro sabe que o Estado acorrerá para salvá-lo em uma situação difícil, deixa de ter motivos para temer, para diminuir os empréstimos. Quanto mais regras os Estados impõem aos banqueiros no sentido de limitar os empréstimos nas épocas de bonança econômica que conduzem ao colapso, maior é a tentação dos banqueiros para encontrar uma maneira de infringir essas regras, que vão contra o interesse geral.

Uma vez que os banqueiros detêm mais poder econômico do que os que ocupam cargos políticos nas instituições públicas (e que supostamente deveriam controlar e fazer com que os banqueiros lhes obedecessem) em comparação com os cidadãos anônimos, os banqueiros tendem a se aproveitar da sua posição dominante.

Na realidade, o Estado devia salvar os bancos porque, ninguém tem dúvidas, é importante que não fechem — para que não se percam os depósitos dos cidadãos e para que não desmorone o sistema de pagamentos que constitui o “sistema circulatório” da economia —, mas não para os banqueiros. O Estado deveria mandar os banqueiros para casa, sanear os bancos e, depois, se não quiser ficar com eles, vendê-los a novos proprietários. No entanto, esses novos proprietários deveriam ser avisados de que, se levarem os bancos que acabam de adquirir à falência (por exemplo, por emprestarem de maneira imprudente), ficarão sem eles.

Infelizmente, na maior parte das vezes os políticos que governam o Estado salvam os banqueiros usando o dinheiro dos cidadãos mais pobres. Em contrapartida, os banqueiros financiam as campanhas eleitorais dos políticos que os trataram tão bem. O resultado é uma relação “íntima” demais entre políticos e banqueiros, o que é prejudicial para o resto da sociedade.

Como você vê, a ideia de que o Estado é amigo dos banqueiros e acaba sempre por salvá-los faz com que estes se tornem insolentes e negligentes. Pode suceder que, após um colapso financeiro, eles se tornem um pouco mais cuidadosos, mas quando as coisas se acalmam um pouco, depois de o Estado salvá-los e restaurar a estabilidade, começam outra vez a criar dinheiro, indo buscar valores no futuro e transferindo-os para um presente que não produz esse dinheiro. O que dizíamos antes? A estabilidade conduz à instabilidade e o equilíbrio diacrônico é alterado pelas decisões desequilibradas tomadas pelos banqueiros.

Dívida pública: o fantasma do drama

Na sociedade em que vivemos acontece uma coisa surpreendente: nas épocas de bem-estar, os empresários e os banqueiros ficam contra o Estado, que acusam de ser um “obstáculo ao desenvolvimento”. Um “parasita” que chupa o sangue da “economia privada”, ou seja, deles mesmos, por meio dos impostos. Os banqueiros e empresários se opõem energicamente a qualquer medida política essencial à economia social. Por quê? Por duas razões.

Primeiro, porque temem que o Estado imponha limitações à dívida privada que os bancos podem gerar (lembre-se de que sem dívida privada não existe lucro privado). Segundo, porque não querem que o Estado tenha gastos sociais (com hospitais públicos, escolas, artes, cultura, combate à pobreza etc.), uma vez que esses gastos requerem impostos, e eles temem que sejam eles a pagá-los, pela simples razão de que, quanto mais ricos forem, mais impostos pagarão.

A quebra dos bancos e a crise que se desencadeia alteram radicalmente esse panorama: quando se inicia a reação em cadeia que leva os banqueiros à beira da falência, estes e os empresários exigem a ajuda do Estado. Querem ser salvos com dinheiro público e nem se interessam em saber onde o Estado vai buscar esse dinheiro. Isso só tem lógica para eles: querem que a sociedade os proteja nos momentos difíceis, mas, quando as coisas vão bem para eles, viram as costas para a sociedade. Os mais espertos chegam a ponto de expressar a sua posição com visões filosóficas do tipo “o conceito de sociedade não está bem definido”, ao passo que aqueles que são ainda mais “progressistas” defendem que “não existe algo que se possa chamar de sociedade”.

No entanto, pondo de lado a oratória dos poderosos, também existe a realidade. E a realidade diz que o Estado é necessário para que os cidadãos poderosos possam acumular cada vez mais superávit. Já expliquei a você que, se o Estado não criasse dinheiro para poder compensar os sobressaltos do sistema bancário, a sociedade de mercado afundaria. Essa, porém, não é a única razão pela qual o Estado é necessário para a rentabilidade e a sobrevivência dos poderosos. Existem muitas outras.

Uma delas é que, sem a violência estatal, os poderosos não poderiam enriquecer. Retomemos a história de como surgiu na Grã-Bretanha a primeira economia de mercado. Você se lembra de que contei que tudo começou quando os servos foram expulsos das terras dos seus antepassados? Como acha que os senhores de terra conseguiram expulsá-los? Recorrendo à violência estatal. O Estado ajudou os proprietários a expulsar os camponeses indignados enviando militares. E como acha que se conseguia manter a “paz social” quando uma minoria vivia na abundância e dispunha de todas as comodidades, enquanto a esmagadora maioria morria de fome nos bairros miseráveis de Manchester, Birmingham e Londres? Sob a ameaça das armas da polícia e do Exército. Para falar de maneira mais simples: sem a violência do Estado o lucro privado e a economia de mercado não poderiam existir.

Contudo, o Estado não se limitou a colocar a violência a serviço dos cidadãos poderosos. Também construiu estradas pelas quais os produtos do campo e das fábricas pudessem circular e edifícios horrorosos onde mandou internar os desempregados doentes e oprimidos, para que não vagassem pelas ruas, causando uma sensação de insegurança e de repúdio à “boa” sociedade. O Estado também mandou construir hospitais e implementou campanhas contra as epidemias que contribuíram para o milagre da Revolução Industrial. Fundou escolas nas quais os futuros operários aprenderam a ler e a escrever, para que pudessem oferecer mais valor de troca aos seus empregadores privados.

Todos esses “presentes” estatais estabilizaram a sociedade de mercado e permitiram que os cidadãos particulares, sobretudo os mais poderosos, enriquecessem. A riqueza é produzida de maneira coletiva (pelos trabalhadores, pelos funcionários do Estado), mas se acumula nas mãos dos cidadãos mais poderosos, que (a) afirmam que a riqueza se deve exclusivamente a eles e (b) reclamam contra o Estado “avarento” que tira a “sua” riqueza por meio dos impostos.

Considerando que os poderosos têm muita influência e podem pressionar o governo (para não dizer que o controlam), os impostos tendem a ser sempre baixos quando comparados com as despesas estatais. Os ricos exigem que o Estado lhes ofereça todos os serviços, mas não querem pagar os impostos correspondentes. No que diz respeito aos trabalhadores, os seus salários mal chegam para garantir a subsistência deles próprios e de seus filhos. Portanto, que impostos podem pagar? Agora você entende por que o Estado tem sistematicamente mais despesas do que receitas? O resultado é a dívida pública.

A diferença entre as despesas públicas e o que o Estado recebe de impostos chama-se déficit público. Se todos os anos o Estado tiver um euro de déficit, ao fim de dez anos terá acumulado dez euros de déficit público, mais os juros que tem de pagar. E quem empresta dinheiro ao Estado? Os particulares, mas sobretudo... os banqueiros. É assim que chegamos a situações tão surpreendentes como aquelas que descreverei a seguir:

- Os poderosos não querem pagar impostos para ajudar economicamente o Estado, que faz todo o possível para que os poderosos não percam o seu poder.
- O Estado se vê obrigado a ter déficit e a aumentar sistematicamente sua dívida.
- Os poderosos, sobretudo os banqueiros, encontram a oportunidade para se fortalecerem ainda mais, emprestando ao Estado (com juros) o dinheiro que se recusam a pagar-lhe na forma de impostos.
- Quando ocorre o colapso financeiro, o Estado corre para salvar os banqueiros com dinheiro público que em parte provém do dinheiro criado pelo Banco Central, bem como dos impostos, de cortes em programas sociais para os mais necessitados e de novos empréstimos tomados de outros poderosos (normalmente estrangeiros).

Por mais que acusem o Estado, os poderosos precisam dele, assim como dependem dos rins ou do fígado para viver. Estado e particulares são, nas sociedades de mercado, vasos comunicantes. Quanto mais os particulares endinheirados acusam o Estado, mais dependentes dele ficam, embora não queiram... pagar-lhe.

Se olhar as coisas com calma e distanciamento, você verá que a dívida pública tem um papel estabilizador. Nas “épocas boas”, quando a economia cresce, o Estado recebe empréstimos dos particulares e assume despesas que aumentam a procura de mercadorias (e, portanto, o desenvolvimento). Os bancos, por sua vez, utilizam a dívida pública como patrimônio pessoal (pois esperam receber dinheiro do Estado), a fim de também eles contraírem empréstimos de outros bancos (para emprestarem a outros particulares, empresários e famílias) etc. Quando ocorre um colapso, o Estado e a sua instituição econômica mais importante, o Banco Central, são os únicos que podem deter a catástrofe. E quando, depois do colapso, vem uma época de crise e escassez, o aumento da dívida pública tem um papel terapêutico, pois dá alguma energia à economia arruinada.

Para encerrar o assunto da dívida pública e do seu papel nas sociedades de mercado, creio ser importante que você imagine a dívida como “o fantasma do drama econômico”. Assim como a consciência determina a pessoa e a torna “humana”, diferenciando-a por completo de um robô, a dívida pública funciona nos bastidores como o “espírito” ou o “fantasma” do drama econômico que se desenrola todos os dias à nossa volta. O papel básico da dívida pública, em combinação com o Banco Central, é o de, por um lado, estabilizar as sociedades de mercado, permitindo que os poderosos continuem a sê-lo (ao mesmo tempo que usufruem tanto do Estado como da dívida pública), e, por outro lado, atuar como um amortecedor que suaviza os solavancos dos colapsos e das crises que se seguem.

Dívidas, riqueza, Estado: um resumo

A dívida é a matéria-prima nas sociedades de mercado. O que se produz com essa matéria-prima? O lucro, que é a forma que o superávit assume nas sociedades de mercado. Com o lucro são feitas duas coisas: primeiro, investe-se em novas tecnologias (as bicicletas de fibra de carbono de Miguel, por exemplo) ou criam-se postos de trabalho e novos produtos; segundo, gera-se riqueza para os que têm acesso ao lucro, que são aqueles que vão acumulando dinheiro.

Se a invenção da agricultura há doze mil anos foi uma revolução que criou o superávit, mas também grandes desigualdades (como narramos no [capítulo 1](#)), o nascimento das sociedades de mercado, às vésperas da Revolução Industrial, aumentou tanto os superávits como as desigualdades (explicarei isso no capítulo seguinte). Ao mesmo tempo, surgiu um novo tipo de Estado, ao qual foi atribuído o papel necessário de mediador. Vejamos por quê: o “milagre” das sociedades de mercado depende da magia do sistema bancário, que tende para a magia negra da mesma maneira que as moscas são atraídas para a

luz. O resultado é que os colapsos e as crises econômicas estão sempre à espreita e exigem do Estado intervenções extraordinárias:

- Intervenções que não são, em absoluto, neutras ou imparciais.
- Intervenções que aumentam as desigualdades.
- Intervenções que aumentam o poder dos banqueiros sobre os empresários e a sociedade em geral.
- Intervenções que reduzem sistematicamente o poder social daqueles que não possuem nem bancos nem empresas e cuja vida depende exclusivamente do trabalho pelo qual cobram (ou, mais exatamente, qual esperam poder cobrar, se tiverem sorte).

Cada sociedade tem as suas lendas. A sociedade de mercado não é exceção. São quatro as lendas fundamentais da nossa época:

1. A dívida privada é algo prejudicial, e as pessoas sensatas fogem dela como o Diabo foge da cruz.
2. Os banqueiros emprestam dinheiro dos depósitos das poupanças.
3. O lucro é produzido de forma individual pelos particulares, e o Estado deve redistribuí-lo em favor dos mais necessitados.
4. O Estado é parasitário e um rival em potencial do setor privado, dos empresários.

Como todas as lendas, estas também têm algo de verdade, mas uma verdade muito escondida. Julgo que a cada uma delas corresponde uma verdade completamente diferente:

1. A dívida privada é a matéria-prima necessária do lucro privado.
2. A dívida privada conduz ao colapso financeiro e à crise, porque os bancos concedem empréstimos partir do nada ou, em outras palavras, porque quanto mais valor de troca transferem do futuro para presente, mais ganham.
3. Nas sociedades *de* mercado o superávit se produz de maneira coletiva. Depois, aqueles que detêm mais poder na sociedade apropriam-se dele com a ajuda do Estado.
4. Os bancos são, por definição, parasitas, ao passo que o Estado desempenha um papel de regulador necessário, tanto para gerir as crises produzidas pelo setor privado como para ajudar os ricos a não perder regalias.
5. Os poderosos das sociedades de mercado exigirão a criação da dívida pública, se é que esta já não criada, e o monopólio estatal sobre o dinheiro. (E, se atualmente argumentam contra a dívida pública e o Banco Central, fazem isso sem arriscar nada.)

Em resumo

Dívida, lucro, riquezas, colapso financeiro, crise. Tudo isso faz parte de um mesmo drama que beira o absurdo quando, depois das crises que resultam dos excessos dos poderosos (sobretudo dos banqueiros), são eles mesmos que recusam a ideia de um Estado mediador que ajude os mais necessitados, ao mesmo tempo que exigem que o Estado injete dinheiro quando são eles que têm problemas. Trata-se de um quebra-cabeças complicado, um enigma que você pode resolver com a ajuda da lógica, tratando-o como se fosse uma caça ao tesouro na qual o terreno de jogo é o planeta inteiro, com pistas dispersas por toda parte, em cada canto do mundo onde as pessoas trabalham duro, se preocupam e sonham.

Máquinas enfeitiçadas



A síndrome do dr. Frankenstein

Em uma noite escura do século XIX, Mary Shelley e o seu grupo de amigos, entre os quais se encontrava o poeta Lord Byron, estavam reunidos em uma casa de campo em uma região da Suíça. Durante toda a noite, os raios e a chuva caíram sem parar. À luz das velas que cintilavam, e ao som dos ruídos estranhos da casa no meio do temporal, o grupo de escritores e poetas decidiu fazer uma competição: cada um escreveria uma história de terror e depois votariam para ver qual delas era a mais assustadora.

Shelley inventou a história do dr. Victor Frankenstein, um médico de bom coração que desejava vencer a morte em uma época em que ela espreitava por toda parte. A cólera, a gripe e a má nutrição estavam dizimando grande parte da humanidade. Victor, um grande médico, começa a fazer experiências com cadáveres, dos quais aproveita as partes mais bem conservadas (os órgãos, a cabeça, as mãos etc.) para criar um novo ser. Por fim, recorre ao poder mágico da eletricidade para dar vida à sua criação.

De repente, a “criação” do dr. Frankenstein “ganha vida”, levanta-se e, pesadamente, começa a andar sem ajuda. Ao contrário de Prometeu, que tinha apreço por suas criações, Victor sente medo e repulsa pelo ser que criou, abandona-o e foge correndo.

O monstro, que os outros não aceitam, acaba assassinando muitas pessoas, incluindo a mulher de Victor, para se vingar do abandono e da solidão insuportável a que o seu criador o condenou. No fim, também acaba matando Victor, que o perseguiu até o polo Norte para destruí-lo, arrependido de ter criado uma criatura tão perigosa para a humanidade.

Que relação tem essa história com tudo que contei a você sobre economia? Muita! Na época em que Mary Shelley a escreveu, poucos anos antes da guerra pela independência da Grécia, surgia na Europa a sociedade de mercado e começava a Revolução Industrial (como vimos no [capítulo 2](#)). O triunfo dos valores de troca resultante da comercialização do trabalho e da terra abriu caminho para a mercantilização da produção. A produção baseava-se cada vez mais nas máquinas, a começar pelas máquinas a vapor. Por quê? Porque, como vimos no [capítulo 3](#), o lucro tinha se convertido pela primeira vez em um fim em si mesmo, já que os empresários pioneiros tiveram primeiro de contrair dívidas para depois colocar a produção em andamento. Sem o lucro, eles se tornariam escravos do banco que lhes emprestara o dinheiro, como o doutor Fausto em relação a Mefistófeles, lembra?

Por isso, a engenharia mecânica, a eletricidade, o magnetismo etc. adquiriram um valor de troca maior, à parte do seu valor intangível (pela satisfação do invento e pela criação de um novo conhecimento). As máquinas que eram fabricadas com base em métodos científicos e de pesquisa aumentavam a produção do trabalhador, reduziam os custos e, assim, permitiam que os empresários sobrevivessem. Ora, se encararmos essa questão da perspectiva da sociedade em conjunto, veremos que pouco a pouco a humanidade começou a construir máquinas que trabalhavam para ela sem protestar, permitindo-nos viver melhor e sonhar com uma sociedade sem trabalho, ou sem aqueles trabalhos não desejados — uma sociedade como a de *Star Trek*, na qual todas as pessoas exploram o espaço e se dedicam a manter conversas filosóficas, enquanto os alimentos que consomem saem automaticamente de um buraco na parede, assim como tudo o mais de que necessitam: roupas, ferramentas, instrumentos musicais, joias etc.

No entanto, as máquinas que encontramos nas fábricas, no campo, nas lojas, nos escritórios, em toda a parte, não acabaram com a pobreza, a fome, a desigualdade ou a preocupação com a sobrevivência, nem sequer puseram fim aos trabalhos mais duros ou reduziram as horas das jornadas de trabalho. Muito pelo contrário: o fato de as máquinas fabricarem cada vez mais produtos não nos facilitou a vida, pois agora sofremos mais de estresse, a qualidade do nosso trabalho piorou, a insegurança é maior, assim como é maior a angústia por perdermos aquilo que temos ou pela necessidade de encontrar um trabalho novo que nos garanta o pão de cada dia. Parecemos *hamsters* em uma roda na qual, por mais depressa que corram, não vão a lugar nenhum. No final das contas, em vez de as máquinas trabalharem para nós, parece que somos nós que trabalhamos para mantê-las.

Nesse sentido, o romance de Mary Shelley teve o objetivo preciso de ser uma alegoria que nos avisa

que, se não tivermos cuidado, a tecnologia pode criar um monstro que nos escravizará e destruirá, em vez de servir à humanidade; de ser uma realização do espírito humano, como o triunfo do dr. Frankenstein ao conseguir criar vida a partir de um cadáver, que, no entanto, se vira contra o seu criador, com resultados trágicos.

Matrix como documentário

Não é por acaso que a literatura e o cinema apresentam o medo dos seres humanos diante das suas criações. O conto *O mingau doce*, dos irmãos Grimm, o *Aprendiz de feitiçeiro*, de Goethe, e, obviamente, filmes como *Blade Runner* ou *O exterminador do futuro* têm por base esse medo. No entanto, há uma obra de ficção científica que é uma digna sucessora do *Frankenstein* de Mary Shelley, pelo menos no que diz respeito à tendência das sociedades de mercado a utilizar a tecnologia de uma maneira que nos escraviza em vez de nos libertar: a trilogia de filmes *Matrix*, sobretudo o primeiro episódio, realizado em 1999 pelos irmãos Wachowski.

Em *Matrix*, a revolta das nossas criações é algo mais do que um caso de “homicídio do criador”. Ao contrário do monstro que Victor Frankenstein criou a partir de pedaços de cadáveres, que atacava os seres humanos por pura ansiedade existencial, e ao contrário das máquinas da saga cinematográfica *O exterminador do futuro*, que querem exterminar os seres humanos para dominar o planeta, em *Matrix* vemos uma sociedade na qual as máquinas já dominaram os seres humanos e só os mantêm vivos para utilizá-los como... geradores elétricos orgânicos.

O que aconteceu? Depois de se esgotarem as fontes de energia do planeta (petróleo, carvão, gás natural), os seres humanos se envolveram em uma guerra fratricida, chegando ao extremo de utilizar armas nucleares que destruíram as cidades e envolveram o planeta em uma nuvem negra que não deixa sequer que a energia solar chegue à superfície da Terra. Nessa altura, as máquinas — as nossas criações — ganharam consciência, chegaram à conclusão de que éramos como um vírus idiota que destrói o “organismo” (a Terra) em que vive e decidiram dominar o planeta. No entanto, como já não restavam fontes de energia para se alimentarem, as máquinas resolveram nos escravizar, convertendo-nos em geradores elétricos. Como? Encerrando os nossos corpos em cápsulas, nas quais somos alimentados como se fôssemos plantas, ao mesmo tempo que o calor do nosso corpo é canalizado para as fábricas de produção de energia solar que fazem funcionar a sociedade das máquinas.

De acordo com o roteiro do filme, no mundo da *Matrix* as almas das pessoas aprisionadas não suportavam o isolamento nem a total falta de liberdade. Os corpos morriam e a economia das máquinas corria o risco de entrar em uma... crise energética. Foi por isso que as máquinas criaram a *Matrix*: uma realidade virtual que era projetada nos cérebros dos corpos escravizados dos seres humanos por meio de cabos que ligavam as cabeças das pessoas à rede da *Matrix*. Essa realidade virtual evitava que as pessoas tomassem consciência da situação de escravidão e exploração absoluta em que se encontravam. Em outras palavras, criava a ilusão de uma vida atraente, humana, ao mesmo tempo que os corpos continuavam funcionando como geradores elétricos sem vida, em proveito da sociedade das máquinas.

Os irmãos Wachowski conceberam o filme *Matrix* como uma alegoria futurista de ficção científica, como aconteceu com *Frankenstein*. Porém, tal como o *Frankenstein* de Mary Shelley, o filme pode ser encarado como um... documentário, como uma radiografia do presente, em vez da expressão de um medo futuro. Se um dia assistir ao filme *Tempos modernos*, que Charles Chaplin realizou em 1936, talvez entenda o que quero dizer. A partir da Revolução Industrial, quando as máquinas começaram a participar ativamente da produção, tivemos que optar entre: (a) adaptarmo-nos às necessidades de mecanização da produção, convertendo-nos em acessórios das máquinas, das redes, das necessidades de produção, ou (b) ficarmos entre os esquecidos do mercado de trabalho.

E não são apenas os trabalhadores que se transformam em acessórios das máquinas. Aqueles que os empregam, os empresários, também se confrontam com a complicada escolha entre: (a) esmagar qualquer resistência do empregado à comercialização da sua alma e à mecanização do seu corpo, ou (b) ir à falência, uma vez que os concorrentes vão roubar-lhes a clientela (aproveitando a redução do custo de trabalho para baratear os seus preços). Em resumo, seja como trabalhadores, seja como empregadores, tendemos a nos tornar escravos das nossas criações. Acessórios das máquinas. Geradores elétricos da

Matrix.

Desse ponto de vista, o filme *Matrix* não passa de uma versão extrema daquilo que escreveu Karl Marx, o revolucionário mais famoso do século XIX, consideravelmente influenciado pelo *Frankenstein* de Mary Shelley. Marx afirmou que as máquinas de produção eram o “poder ao qual teremos de sucumbir...”. Não só como trabalhadores, mas também como empregadores. Como pessoas que se submetem e ficam a serviço das suas criações mecânicas.

Entende agora por que digo que *Matrix* é mais interessante visto como um documentário do presente do que como ficção científica de um futuro lamentável?

O segredo do valor de troca

A aproximação da ficção científica que eu pretendia ao lhe contar a história do dr. Frankenstein e de *Matrix* ajuda a entender não o futuro, mas o que acontece hoje à nossa volta. Revela-nos um espírito, um fantasma, que vive nas entranhas das sociedades de mercado e as desestabiliza. Que fantasma? O *trabalho humano*.

Para que você compreenda por que faço uma afirmação tão estranha como essa de que o trabalho das pessoas desestabiliza as sociedades de mercado, deixe-me explicar uma coisa muito simples: as máquinas que dominaram a Terra no filme *Matrix*, aquelas que usam os corpos humanos como geradores elétricos, obviamente criaram, de acordo com o roteiro do filme, uma economia própria, elaborada. À medida que a trilogia de *Matrix* vai avançando, percebe-se isso no fato de as máquinas novas serem obtidas a partir das antigas: umas produzem matérias-primas para a fabricação de acessórios e peças sobressalentes, outras trabalham para conceber e aperfeiçoar a tecnologia (o que também significa que as máquinas estão sempre se aprimorando). Assim, uma legião inteira de máquinas (virtuais) vigia a realidade virtual da Matrix (que se projeta na mente dos humanos-escravos), e outra legião (real) de máquinas se encarrega de exterminar os poucos seres humanos que escapam e resistem etc.

Mas essa “economia” das máquinas pode ser considerada algo equivalente à sociedade de mercado? Essas máquinas produzem valor de troca?

A pergunta está feita. Como é normal, a resposta depende de como definimos a sociedade e o valor de troca. Mas, sobretudo, de como distinguimos o conceito de *valor* do conceito de *função*.

Pegue, por exemplo, um velho relógio mecânico. Cada uma das molas e das minúsculas engrenagens no seu interior funciona separadamente, mas também todas juntas para “dar” a hora certa. Assemelham-se a um organismo, pela perfeição com que as peças funcionam em conjunto umas com as outras. Mas será que formam uma sociedade? Produzem valor? Como você não deve ter visto muitos relógios mecânicos, pense no seu computador: o seu complicado *software* faz com que a máquina funcione, dá vida a ela e permite, por exemplo, que baixe vídeos do YouTube quando lhe dá ordens nesse sentido. Mas será que produz valor por si mesmo, independentemente de você, ou seja, do utilizador humano?

O funcionamento tanto de um relógio mecânico como de um computador é realmente complexo. No entanto, não tem nada daquilo que caracteriza uma sociedade ou um mercado, ou uma sociedade de mercado, porque o conceito de valor de troca não faz sentido em um sistema mecânico que carece do fator humano.

Quando os relojoeiros estudam as anilhas, as engrenagens e as peças sobressalentes dos relógios que tentam consertar, referem-se ao seu funcionamento. Quando os profissionais da informática discutem sobre os sistemas automatizados dos computadores, não têm motivo para utilizar a palavra *valor* a fim de descrever a capacidade de trabalho do microprocessador... Também falam de funcionamento, de exportação e importação de dados etc. Em todas essas circunstâncias, o termo *valor* é inútil e vazio de conteúdo. De fato, seria totalmente absurdo falar do valor de troca de uma mola (ou de um microprocessador) em relação a outro componente dentro da mesma unidade mecânica que estamos estudando.

Levando em conta o que acabo de dizer, permita-me uma conclusão simples: não há nenhuma razão para usar um conceito tão difícil como *valor de troca* aplicado a um sistema no qual faltam as pessoas,

sobretudo quando temos uma palavra mais simples como *funcionamento*. Precisamente pela mesma razão, é um disparate confundir uma rede mecânica, um sistema ou um organismo com o conceito de *sociedade*. Em um mundo sem pessoas (ou um mundo no qual as pessoas perderam por completo o controle da própria mente, como em *Matrix*), os conceitos de *sociedade de mercado* e de *valor de troca* ficam fora de tempo e de lugar.

Concluindo, o segredo do valor de troca e aquilo que faz dele um conceito tão útil é... o fator humano; o livre arbítrio dos seres humanos que têm consciência de si mesmos.

Mas o que distingue uma pessoa com iniciativa própria de um robô sofisticado? O que exatamente diferencia a “sociedade” das máquinas de *Matrix* da sociedade dos seres humanos? E, de um ponto de vista econômico, o que essas duas sociedades nos explicam acerca dos valores de troca e dos preços (em euros, dólares ou reais)?

O que nos torna humanos?

No filme *Blade Runner*, o protagonista, Rick Deckard (interpretado por Harrison Ford), tem a difícil missão de encontrar robôs com aparência humana (androides ou *replicantes*, de acordo com o roteiro) que fugiram das fábricas nas quais seus proprietários os obrigavam a trabalhar e acabar com eles (abatendo-os com uma pistola especial). Estamos em um futuro no qual a tecnologia se desenvolveu tanto que é difícil distinguir um androide de um ser humano real. Na verdade, a última geração de androides começou a ter sentimentos e quer ser livre, por isso a missão de Rick tornou-se... desumana.

Na realidade, o filme *Blade Runner* procura definir o que é um ser humano. Que partes de você devem ser substituídas por componentes mecânicos para que deixe de ser humana? Uma pessoa com um pé amputado ou um surdo de nascimento não deixam de ser humanos se passam a usar uma perna ortopédica ou um implante coclear (um ouvido biônico). Imaginemos agora que uma pessoa substitua um órgão após o outro: coração mecânico, pulmões mecânicos, pés mecânicos, fígado e rins artificiais. Essa pessoa continua a ser humana? Claro que sim! E se chegarmos ao cérebro? Por exemplo, o que acontece se colocarmos um microchip em um ponto estratégico do cérebro, como já se faz com alguns doentes que sofrem de Parkinson? A pessoa continuará a ser humana.

Para não me alongar, direi que, a certa altura, será substituído “algo” que fará com que essa pessoa se torne um androide antropomorfo, como os de *Blade Runner*. Uma sociedade desses androides será mais parecida com a *Matrix* do que com uma sociedade de seres humanos. Deixará de produzir valores de troca. Funcionará como uma rede de computadores, capaz de construir cidades impressionantes, mas incapaz de produzir valores de troca e de ser considerada “sociedade de mercado”. Essas cidades serão mais semelhantes a colmeias do que a sociedades, e os seus membros serão mais parecidos com abelhas do que com cidadãos.

É provável que não consigamos definir qual é a “peça” que, ao ser substituída dentro de nós, faria com que nos tornássemos androides. No entanto, não é preciso definir qual é essa “peça”, esse “algo” que nos torna humanos: basta sabermos que existe e que sem ela não se pode conceber o conceito de valor de troca ou de sociedade de mercado.

A resistência do trabalho humano à comercialização

O sonho de qualquer empregador, o sonho de todos os empresários, é uma legião de androides, que trabalhariam de sol a sol não só em tarefas manuais, mas também como arquitetos, desenhistas de outras máquinas e inventores. Sem exigir nada (a não ser os requisitos técnicos, como manutenção regular, lubrificação, energia etc.), sem problemas psicológicos, sem necessidade de férias, sem ter opinião acerca da empresa e, é claro, sem nenhuma inclinação para o... sindicalismo.

No entanto, a concretização do sonho de todo empregador significaria a destruição da sociedade de mercado. Você se lembra de quando eu disse que não pode haver valores de troca sem o fator humano de produção? Se a produção ficasse nas mãos dos androides, nenhum dos produtos fabricados por eles teria valor de troca. Os produtos seriam vendidos em quantidades ilimitadas até que o seu preço, o seu valor

de troca, tenderia a zero. Exatamente como acontece na sociedade tecnológica de *Matrix*, ou no interior de um computador, onde vemos uma produção imensa, milhares de circuitos em funcionamento, mas *nenhum* preço, *nenhum* valor de troca. Em uma versão menos pessimista, uma revolução tecnológica desse tipo talvez propiciasse a abolição dos valores de troca sem abolir a sociedade humana, como acontece em *Star Trek*, em que as máquinas produzem enquanto as pessoas exploram o universo e discutem o sentido da vida...

Se não estou equivocado, e a produção de valor exige a participação de seres humanos, então temos uma contradição interessante escondida na base das sociedades de mercado atuais. É a seguinte: por um lado, as grandes empresas, que fabricam grandes quantidades de produtos que todos desejamos, se esforçam para mecanizar o seu processo de produção a fim de reduzir custos (se visitar as fábricas modernas de automóveis ou de computadores, verá montes de robôs mecânicos trabalhando com o mínimo de intervenção humana); por outro lado, contudo, ao mesmo tempo que as empresas conseguem substituir os trabalhadores por robôs e mecanizar o comportamento deles, o valor dos seus produtos passa a tender a zero.

Resumindo: quanto mais êxito as grandes empresas tiverem na substituição de trabalhadores por máquinas e quanto mais mecânico for o trabalho humano, menor será o valor dos produtos fabricados pela nossa sociedade e menores serão os lucros das empresas.

Como disse a você, é o sonho de qualquer empresário que, ao se concretizar, deixa de ser um sonho e se torna um pesadelo. Como dizem os ingleses: “Tema o deus que lhe concede o que mais deseja!”

A essa altura você já entendeu por que comecei este capítulo falando de maravilhas da ficção científica como *Frankenstein*, *Matrix* e *Blade Runner*, que, aparentemente, não têm nenhuma relação com a economia. Mas têm. Eles têm muito a ver com a economia, sobretudo com as crises que afetam as sociedades de mercado.

Devido à forte concorrência entre elas, as grandes empresas sentem-se obrigadas a fazer com que os seus trabalhadores, na medida do possível, pareçam máquinas produtivas. E a contratação de um trabalhador também passa a se assemelhar mais ao aluguel de um gerador elétrico ou de um androide. Não obstante, por mais que os empresários tentem, isso é impossível. O ser humano, mesmo que não o queira, nunca perderá a sua capacidade de se surpreender (com a sua engenhosidade ou com a sua inclinação para a autodestruição), de se revoltar, de ter um comportamento imprevisível (e, portanto, diferente do comportamento dos geradores elétricos) e de superar aquilo para o que está “programado” (de uma maneira que um androide jamais poderia compreender).

O estranho dessa história é que o fracasso das empresas em vencer a resistência dos trabalhadores e convertê-los em androides dóceis é o que salva as sociedades de mercado. Por quê? Porque, se conseguissem, os valores de troca, os preços e os lucros das empresas desapareceriam, destruindo a base das sociedades de mercado: o lucro.

Este é, para mim, o significado da última cena de *Blade Runner*: o protagonista, Rick Deckard, apaixonado por uma das androides que desenvolveu sentimentos, foge com ela (em vez de destruí-la) e deixa de perseguir essas criaturas cuja trajetória acaba por se mostrar precisamente o oposto da dos trabalhadores atuais. Enquanto hoje os trabalhadores resistem a ser convertidos em androides — resistência que permite a sobrevivência das sociedades de mercado —, os androides de *Blade Runner* conseguiram deixar de ser androides, superar a sua natureza mecânica e tornar-se humanos, dando-nos esperança de que o progresso da tecnologia não conduza necessariamente à realidade pessimista de *Matrix*, mas, antes, a algo mais próximo da utopia de *Star Trek*.

Crise de lucros: a resistência das sociedades humanas de mercado a...

Matrix

No capítulo anterior falei da “linha do tempo” e de como os banqueiros a atravessam para transferir valores futuros para o presente; isto é, criam uma dívida enorme que, nas sociedades de mercado, é o requisito para a produção de grandes superávits, da tecnologia mais avançada e de uma imensa riqueza, mas também de desigualdades insanáveis e, claro, crises inevitáveis, uma vez que os banqueiros têm bons motivos para trazer do futuro cada vez mais valores que, em algum momento, o presente não

poderá devolver.

Neste capítulo descobrimos outra razão que provoca as crises, além da insolência dos banqueiros que provoca o castigo dos colapsos financeiros. Que razão é essa? A tendência das empresas a mecanizar o processo de produção. Uma tendência que, a princípio, significa um grande impulso para as sociedades de mercado. Quando o proprietário de uma fábrica, ao tentar reduzir os custos e aumentar a produção, encomenda uma nova máquina a vapor (no século XIX) ou um novo sistema robótico (hoje), dá início, sem querer, a uma reação em cadeia.

A empresa que fabrica as máquinas contrata empregados para atender a encomenda. Esses empregados recebem salários com os quais compram casas, automóveis, vão a restaurantes etc. As receitas dos construtores civis, dos fabricantes de automóveis e dos donos dos restaurantes aumentam. Também eles passam a fazer investimentos, e assim sucessivamente. Mesmo quando o progresso tecnológico elimina postos de trabalho (como, por exemplo, quando o automóvel substituiu o cavalo, eliminando os trabalhos de ferradores, cavaleiros, fabricantes de carruagens), cria muitos outros postos em novos setores (por exemplo, na construção de ruas, em postos de gasolina, na indústria de automóveis). Trata-se do círculo vicioso desencadeado pela combinação da concorrência entre os empresários com o progresso tecnológico, que cria novas máquinas fantásticas.

No entanto, ao mesmo tempo que o círculo se desenvolve, a semente da crise começa a germinar dentro dele. Ao mesmo tempo que as máquinas, esses escravos mecânicos criados pelo ser humano, fabricam produtos necessários e criam mais postos de trabalho, sem nos darmos conta o fantasma da crise começa a pairar sobre nossas sociedades. Como você vê, a mecanização progressiva do processo de produção aproxima as nossas sociedades de Matrix, de uma situação na qual as máquinas fabricam produtos mas também outras máquinas. Sozinhas, sem precisar de nós, as pessoas.

Você se lembra do que dissemos sobre a economia da Matrix? Dissemos que fabrica produtos incríveis, constrói cidades impressionantes, mas não pode produzir uma coisa: valor de troca. Quanto mais se mecaniza a produção, ou seja, quanto mais a sociedade de mercado se aproxima da Matrix, mais os valores de troca tendem para zero. Além disso, essa é a razão pela qual o iPod que você comprou este ano foi mais barato do que o primeiro que comprei para você há cinco anos, no aeroporto de Cingapura. Foi feito por robôs e com muito menos participação de trabalho humano durante a sua fabricação.

Quanto mais a mecanização da produção faz baixar os valores de troca, mais diminuem os preços e os lucros das empresas por cada unidade de produção, por cada iPod. Em um determinado momento, a empresa mais fraca vê os seus lucros se tornarem negativos e não consegue pagar as suas dívidas. Fecha e manda os empregados embora. Em seguida, estes reduzem as suas despesas e, conseqüentemente, baixam as receitas de outros negócios. Os negócios menos resistentes também acabam fechando as portas. Mais trabalhadores são despedidos e, desse modo, começa uma reação em cadeia de falências, desemprego e recessão.

Quando as nuvens negras da crise começam a aparecer no horizonte, os empresários entram em pânico. A primeira coisa que fazem é cancelar as encomendas de novas máquinas, pela simples razão de preverem que a crise reduzirá a demanda por seus produtos e as novas máquinas que encomendaram ficarão ociosas, acumulando pó, ao mesmo tempo que eles terão de continuar a pagar regularmente os empréstimos que fizeram para comprá-las. Não é lógico que cancelem os pedidos?

Esse cancelamento de pedidos de máquinas devido à crise iminente provoca duas coisas: primeiro, antecipa a crise e a amplia, uma vez que os fabricantes de máquinas também começam a mandar funcionários embora e a cancelar os pedidos que fizeram aos seus fornecedores; segundo, impede que as sociedades de mercado se convertam em economias do tipo Matrix, porque nada trava com mais eficácia a mecanização de uma sociedade do que uma crise econômica.

É como se as sociedades de mercado, pouco antes de se excluir o fator humano da produção, sofressem um espasmo muito forte e doloroso, que evita o triunfo final da Matrix sobre a humanidade...

Recuperação ou ponto morto?

E quando chega a crise, o que acontece?

No “melhor” dos casos, a recuperação ocorre por si só, quando a mecanização da sociedade perde

terreno. Está vendo? Quando a crise se agrava e o desespero se generaliza, os trabalhadores ficam dispostos a trabalhar por uma miséria. De um momento para o outro, o trabalho humano fica mais barato do que o “trabalho” das máquinas. Ao mesmo tempo, como várias empresas fecharam, muitas máquinas começam a ser vendidas por preços muito baixos (por empresas que fecharam e que também estão à venda), os preços dos imóveis desabam e a concorrência diminui (uma vez que muitas empresas deixaram de funcionar). Além disso, os empresários que sobreviveram à voracidade da crise se dão conta de que já não têm concorrência: a maior parte dos seus concorrentes... fechou. Embora o capital do setor em que operam — mas também o superávit da sociedade em geral — seja menor do que antes, a parte que corresponde às poucas empresas que sobreviveram aumenta, ao mesmo tempo que as suas despesas diminuem.

Esse é outro grande paradoxo das sociedades de mercado: de maneira geral, quanto pior estiverem as coisas e quanto mais empresas estiverem mal, mais depressa... aumenta a rentabilidade daquelas que sobreviveram. O ditado “a sua morte é a minha vida” transforma-se em “a sua falência é a minha rentabilidade”. Em linhas muito gerais, esse grande paradoxo da rentabilidade consiste no fato de que, nos períodos de desenvolvimento e euforia, a rentabilidade tende a baixar, uma vez que as sociedades de mercado convergem para a economia da Matrix. Em contrapartida, durante uma crise há um momento (não imediatamente, claro) em que a rentabilidade das empresas que sobreviveram começa a aumentar.

O que você acha que vai fazer um empresário que, enquanto observa à sua volta as ruínas que a crise provocou, vê a sua rentabilidade crescer, vê os desempregados implorarem por trabalho, vê as máquinas à venda por um décimo do seu valor e vê ainda que a concorrência desapareceu? Não acha que é muito provável que pense: “Devo aproveitar essa situação porque me dá a oportunidade de assumir o controle do setor em que atuo”? E como você acha que ele vai fazer uma coisa dessas? Comprando muitas das máquinas “inativas”, contratando desempregados e, em geral, estabelecendo a sua posição dominante, fazendo tudo que for preciso para que outra empresa concorrente não se atreva a entrar de novo no setor, ou seja, aumentando a sua produção e dominando esse setor.

Essa é a versão boa da história. Se tudo correr bem e muitos empresários fizerem o mesmo em diferentes setores da economia, as receitas totais aumentarão, a economia voltará a funcionar e, pouco a pouco, virá a recuperação. No entanto, também existe o contrário, a versão má da história.

A versão negativa ocorre se, antes da crise, antes do “espasmo” da sociedade contra a convergência em direção à Matrix, a arrogância dos banqueiros tiver feito com que toda a sociedade (cidadãos e Estado) tenha contraído uma dívida descomunal. Como já vimos, cada crise significa que o presente não pode pagar ao futuro o valor que o sistema bancário retirou deste último. Ora, quando o presente não pode pagar ao futuro, só há uma solução: perdoar a dívida, ou seja, esquecê-la. Não se trata de uma questão ética, não se trata de saber se é correto e adequado não liquidar as dívidas de alguém para com outro ou do presente com o futuro. É uma questão prática: quando aquele que deve vai à falência, não tem condições de liquidar a sua dívida e ponto final.

Os banqueiros, contudo, não aceitam facilmente essa dura realidade. Mexem todos os pauzinhos, movem céus e terras para influenciar os políticos no sentido de não perdoarem as dívidas dos cidadãos, das empresas e do Estado para com eles. E isso apesar de terem sido eles os responsáveis pela retirada irracional de valor do futuro para conceder empréstimos, ou seja, pela transferência para o presente de valores que o presente em algum momento será incapaz de devolver ao futuro. Preste bem atenção, porque é muito importante essa tentativa dos banqueiros de fingirmos, como sociedade, que as nossas dívidas para com o futuro podem ser pagas.

Se os banqueiros conseguem evitar o perdão das dívidas que, aconteça o que acontecer, não poderão ser pagas, essas dívidas ficam na contabilidade dos bancos *como se* pudessem ser pagas (quando isso não é possível). Então, as empresas que sobreviveram à crise, mesmo que queiram (pela razão que expliquei antes), não podem contratar ou fazer investimentos. Por quê? Por três razões:

- Primeiro, porque os bancos não lhes emprestam dinheiro, uma vez que eles próprios se baseiam em dinheiro de que não dispõem, ou seja, nas dívidas de particulares e do Estado para com eles, que não serão pagas.
- Segundo, porque as empresas que sobreviveram, como já devem muito, não têm interesse em pedir mais empréstimos; e o mesmo se aplica às famílias muito endividadas, que não se atrevem a começ;

consumir, mesmo que as suas receitas aumentem ligeiramente.

- Terceiro, porque o Estado, que também é deficitário e está endividado, se vê obrigado a ajudar os bancos para que não fechem, aplicando impostos às empresas já em dificuldades e às famílias endividadas (a favor dos bancos); esses novos encargos são um obstáculo aos investimentos das empresas e ao consumo das famílias.

Assim, fica claro por que esta é a versão negativa. Nessas circunstâncias, embora as empresas que sobreviveram a uma crise profunda tendam a aumentar a sua rentabilidade, o poder dos banqueiros sobre a sociedade (e sobre os políticos) pode impedir a recuperação e deixar a sociedade de mercado atolada no pântano da recessão permanente. Só pode haver melhorias se a sociedade se sublevar e exigir uma mediação política coordenada para cancelar essas dívidas. Só desse modo é possível livrar o ambiente da névoa da dívida e pôr em marcha o processo de recuperação. Claro que também há um caso pior, o de uma guerra, que obrigaria os políticos a cancelar as dívidas, destruiria máquinas e edifícios (juntamente com milhares de pessoas) e, assim, “mataria” a crise em um piscar de olhos.

Epílogo: máquinas escravas ou máquinas chefes?

O homem civilizou-se por meio da produção de ferramentas. As máquinas são a forma mais elevada de ferramenta, e os robôs inteligentes são a expressão mais elevada das máquinas. Assim como o dr. Frankenstein desejava libertar o homem do medo da morte, as máquinas que fabricamos são a resposta ao nosso desejo compreensível de nos libertar das tarefas que nos impedem de escrever poesia de manhã, filosofar à tarde, ir ao teatro à noite e passar horas jantando com a família e os amigos.

O ideal seria que a nossa capacidade de inventar e produzir escravos mecânicos nos libertasse e nos aproximasse de uma sociedade do tipo *Star Trek*, na qual todas as pessoas se dedicam às suas preocupações existenciais enquanto as máquinas realizam as tarefas desagradáveis. No entanto, quando as máquinas pertencem a um reduzido número de privilegiados que as utilizam como ferramentas para obter lucros, ao passo que a maioria cobra apenas pelo seu trabalho, então as máquinas acabam por ser os chefes de todos: dos seus proprietários e daqueles que trabalham ao lado delas.

Em vez de nos aproximar da utopia de *Star Trek*, a mecanização das sociedades de mercado aproxima-nos de *Matrix*, fazendo com que as máquinas se pareçam mais com o monstro que o dr. Frankenstein criou. Gerações inteiras são sacrificadas em virtude das crises com que a sociedade de mercado reage bruscamente ao triunfo das máquinas. Enquanto progredimos, alimentamos inconscientemente a semente da próxima crise e, ao mesmo tempo, estragamos o ambiente em que habitamos, envenenamos a água que bebemos, poluímos o ar que respiramos, desgastamos o solo sobre o qual vivemos. E, se o financiamento da produção de maquinaria se faz com a extração, por parte dos banqueiros, de quantidades descontroladas do valor de troca futuro, então as crises inevitáveis sacrificam mais de uma geração de trabalhadores, até que uma derrocada política ou uma guerra cancelem a dívida e comecemos tudo do princípio, mas mais miseráveis, mais divididos, mais desumanizados e numa Terra biologicamente mais empobrecida.

Pode a sociedade escapar a esse círculo vicioso que nos aproxima de *Matrix*, que nos faz sofrer o espasmo da crise que leva ao desespero milhões de pessoas e, depois, nos leva a retomar o caminho rumo a *Matrix*, até o próximo espasmo?

Podemos exorcizar os fantasmas que fazem com que as nossas criações se convertam em chefes inflexíveis do nosso destino?

Existe a possibilidade de utilizarmos a tecnologia a nosso favor e a favor do planeta que destruímos a cada dia?

Temos alguma resposta para aquilo que, no filme *Matrix*, uma das máquinas diz ao protagonista Neo (uma das poucas pessoas que escaparam e iniciaram a rebelião contra o mundo fictício da *Matrix*)?

“Todo mamífero neste planeta desenvolve instintivamente um equilíbrio natural com o seu ambiente. Mas vocês, os seres humanos, não, vocês são exceção... Existe outro organismo neste planeta que tem o mesmo comportamento que vocês. Sabe qual é? O vírus. Vocês, seres humanos, são uma doença, um câncer para o planeta. São uma epidemia e nós, as máquinas, somos a cura”, diz a Neo a tal máquina

(que se autodenomina agente Smith) depois de prendê-lo.

Talvez a máquina tenha razão quanto à maneira como nos comportamos até agora. Do mesmo modo que tinha razão a criação do dr. Frankenstein ao odiar os seres humanos temerosos, sobretudo a pessoa que a criou. No entanto, sou otimista e acredito que a sua geração poderá desmentir o agente Smith. Desde que não dê por certa a sociedade de mercado nem a ideia de que os escravos mecânicos têm que pertencer a alguns, em vez de a toda a humanidade.

**Dois mercados
edipianos**



Fausto sem Mefistófeles

Em 1989, o meu amigo Vassílis, recém-doutorado em Economia, esforçava-se por arranjar um trabalho, mas não conseguia. A cada mês que passava, Vassílis baixava um pouco a sua pretensão, de maneira que ia aspirando sempre a um posto de trabalho pior do que o anterior. Em determinado momento, quando já estava completamente desesperado, escreveu-me na Austrália, onde eu vivia, o seguinte: “O pior que pode acontecer a alguém, caro Yanis, é ficar tão desesperado que, mesmo querendo vender a alma ao diabo, ele não queira comprá-la”.

É exatamente assim que se sentem os desempregados quando, sob a pressão da “extrema necessidade”, imploram por um posto de trabalho, horrível e mal pago, que, ainda por cima... os empregadores lhes negam. Espero que você nunca se veja nessa situação, mas quero que saiba que bilhões dos seus semelhantes se encontram nela. Espero, além disso, que não se deixe influenciar por alguns dos meus colegas de profissão, economistas, que negam obstinadamente a existência de pessoas nessa situação. Como podem negar?

Para que entenda como pensam aqueles que se recusam a acreditar que existam desempregados (chamo essas pessoas de *negacionistas do desemprego*), tenho de dizer que pensam o mesmo que eu pensei em uma conversa com Andreas, outro amigo meu. Andreas queixava-se de não conseguir vender sua casa de campo em Patmos. Eu respondi que comprava a casa por dez euros. Ele riu ao perceber a diferença entre (a) não conseguir vender e (b) não conseguir vender pelo preço que queria. É precisamente assim que pensam aqueles que negam a existência de desemprego, ou seja, os economistas que se negam a admitir que Mefistófeles talvez não queira comprar a alma de Fausto ou, o que dá no mesmo, que talvez não exista empregador que queira pagar pelo trabalho de Vassílis. Os negacionistas do desemprego pensam assim:

Se o trabalho do desempregado pode produzir algum valor para quem lhe paga, então este último estará disposto a pagar *algo* para contratá-lo. Assim como você ofereceu pagar dez euros a Andreas por sua casa em Patmos, um empregador daria cem euros por mês a seu outro amigo, Vassílis, para contratá-lo. Contudo, nem Andreas quer vender a casa por um preço tão baixo, nem Vassílis quer receber uma quantia tão baixa pelo seu trabalho. Isso significa que Andreas não encontra comprador? Não. Ou que Vassílis não encontra empregador? Também não. Significa, simplesmente, que nem Andreas nem Vassílis encontram compradores dispostos a pagar-lhes o preço que *eles* exigem. O problema é deles. Estão no seu direito de não vender a casa ou de não querer aceitar um trabalho. Você também poderia querer vender a sua casa ou o seu trabalho por bilhões, mas os outros não têm culpa se não encontrar clientes. É culpa da sua estúpida ganância. Baixe o preço ou o seu salário até encontrar clientes. Até fazer isso, não pode dizer que a sociedade de mercado fracassou em encontrar compradores para você. O seu amigo Andreas acredita, simplesmente, que o valor de troca da sua casa é superior àquele que a sociedade de mercado calcula que deve ter. O mesmo se passa com o seu amigo Vassílis: avalia o valor de trabalho do seu trabalho acima daquilo que a sociedade de mercado considera apropriado. Está no seu direito. Mas que nenhum deles venha queixar-se de que é... vítima do mercado ou desempregado.

Resumindo, os negacionistas do desemprego negam, como você acaba de ver, que existam desempregados, isto é, pessoas que querem cobrar pelo seu trabalho mas não podem. Acha que todos os Vassílis são como Andreas, que não vende a casa de campo porque considera que o preço que lhe ofereceram é insuficiente. Em outras palavras, os negacionistas do trabalho consideram que os Vassílis *escolhem* ser desempregados e, portanto, não são desempregados, uma vez que a palavra *desempregado* designa a pessoa que quer trabalhar mas permanece inativa contra a sua vontade. Já ouvi colegas economistas afirmarem: “Se fossem limpar para-brisas de automóveis nos semáforos poderiam conseguir um salário mínimo”.

Esse argumento parece ter uma certa lógica. O fato de que encontrará *algum* trabalho *desde que* baixe

as suas exigências parece sensato, embora ninguém garanta que o salário determinado pelo mercado de trabalho seja suficiente para viver de maneira digna. Você vai me dizer: “Sim, mas no que diz respeito ao meu trabalho, tenho que ganhar dinheiro suficiente para comer, vestir-me e pagar o aluguel. Se o salário que consigo encontrar não dá para cobrir essas poucas despesas, não posso me considerar desempregada?” Concordo. No entanto, o problema dos negacionistas do desemprego é mais profundo.

No referido mercado de trabalho, se Vassílis começa a baixar o preço do seu trabalho (o salário que pede ao empregador), é muito possível que não encontre trabalho por mais que o baixe — ao contrário de Andreas, que com certeza encontrará um comprador para a sua casa, desde que baixe o preço para... 10 euros. Em outras palavras, é provável que o desempregado comece a se parecer com um Fausto que vai pedindo a Mefistófeles um preço cada vez mais baixo para lhe vender a alma, mas Mefistófeles, em vez de começar a pensar em comprá-la, deseja-a cada vez... menos.

O veado, as lebres e o poder do otimismo

Antes de ver o que acontece com a casa de Andreas (ou seja, que é provável que seja vendida se o preço baixar bastante) e com o meu amigo economista Vassílis (que não encontra trabalho apesar de baixar sua pretensão salarial), vou contar uma história inventada há dois séculos pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau.

Imagine um grupo de caçadores em uma selva da África. Equipados apenas com redes, arcos e flechas, saem para caçar um grande veado a fim de o levar ao acampamento e partilhá-lo com as famílias. Eles avistam um veado em uma clareira e decidem cercá-lo, rápido e sem fazer barulho, para não assustá-lo. A estratégia deles consiste em formar um círculo e jogar as redes sobre o animal; quando estiver preso nas redes, eles o matam com as flechas (porque de longe suas flechas, que são muito fracas, não servem para matar um animal tão grande e forte).

O problema é que essa “tentativa” vai durar um dia inteiro e, se chegar o entardecer e não tiverem capturado o veado, passarão fome, tanto eles como as famílias. Além disso, sabem que basta um dos caçadores se distrair e deixar escapar o veado pela sua parte do círculo para fracassarem; ou seja, um elo fraco na corrente que cerca o animal é suficiente para destruir o trabalho de todos e condená-los a uma noite de fome. Por sorte, nessa região há muitas lebres, que podem ser facilmente abatidas com as flechas. No entanto, mesmo que seja necessário apenas um caçador para caçar lebres, sem ele, a estratégia de cercar o veado torna-se impossível. Além disso, a lebre que ele caçar não será suficiente para alimentar o grupo todo, que passará fome.

É aqui que reside o dilema dos caçadores: gostariam muito de caçar o veado em grupo, desfrutar de um jantar perfeito e alegre e dormir felizes, com a barriga cheia. Só trabalharão em equipe e cada um deles fará o mesmo se tiverem confiança uns nos outros, se estiverem convencidos disso. Porém, se *alguns* caçadores duvidarem de *outros* ou tiverem medo de que algum deles se distraia, serão dominados pelo pessimismo (quanto às chances de capturar o veado) e optarão por caçar... lebres, cada um por sua conta — mesmo que seja apenas para não voltarem ao acampamento de mãos vazias. No entanto, isso os condena como grupo a não capturar o veado, que mataria a fome a todos.

Preste atenção ao mais importante:

- Todos os caçadores preferem trabalhar em grupo na caça ao veado, em vez de cada um caçar lebres conta própria.
- Todos os caçadores se concentrariam na caça ao veado se tivessem certeza de que os outros fariam o mesmo (ou seja, nenhum deles se ocuparia das lebres se todos estivessem confiantes de que o grupo caçaria o veado unido).
- No final, a captura do veado dependerá do estado de otimismo dos caçadores quanto... a caçar o ve.

Este último ponto demonstra o poder do otimismo, mas também o poder diabólico do pessimismo. Se os caçadores forem otimistas e acreditarem que são capazes de caçar o veado, significa que todos acreditam que ninguém do grupo deixará o veado para caçar lebres e, portanto, conseguirão capturar o

veado. Ao contrário, se houver o menor vestígio de pessimismo, alguns caçadores recarão que o veado escape. Ao mesmo tempo, terão medo de que os caçadores mais pessimistas achem que não é possível capturar o veado e, para não passar fome, ficarão totalmente focados na caça às lebres. Então, a cadeia humana que deveria cercar o veado será rompida e o animal... escapará.

Este é o principal ensinamento da alegoria de Rousseau: de modo geral, a possibilidade de que nossos esforços coletivos atinjam seu objetivo dependerá do grau de otimismo do grupo ou da sociedade a que pertencemos. Acreditar que é possível obter qualquer coisa ajuda a fazermos todo o possível para que isso se torne realidade. E então as nossas previsões otimistas se cumprirão. O mesmo se aplica à situação oposta: se pensarmos que uma coisa é muito difícil de obter, não faremos todo o possível para conseguí-la e as previsões pessimistas se confirmarão.

Por que contei a história do veado e das lebres? Porque ajudará você a perceber a diferença entre o caso de Andreas, que não conseguia vender a sua casa, e o de Vassílis, que não encontrava trabalho.

O desemprego e o poder diabólico do pessimismo (ou por que o trabalho é diferente de casas e tomates)

Você se lembra dos negacionistas do desemprego? Não acreditavam que o meu amigo Vassílis estivesse realmente desempregado, pois consideravam que o trabalho que procurava não era diferente da casa que o meu amigo Andreas queria vender, e que se reduzisse o seu preço (o seu salário), Vassílis encontraria algum empregador que o contratasse. Os negacionistas do desemprego, contudo, não têm razão, pelo simples motivo de não perceberem que *uma coisa* é a casa de Andreas e *outra coisa* é o trabalho de Vassílis. Não entendem que:

- O que acontece com os automóveis (que, se o preço de uma Ferrari vermelha baixar para mil euros, alguém a comprará) não acontece com os serviços de um engenheiro.
- O que acontece com o tomate (que, se o preço baixa, como ao meio-dia na feira, será vendido), não acontece com o trabalho assalariado.

Ora, por que o trabalho de Vassílis, e dos desempregados em geral, é diferente das Ferraris e dos tomates? A resposta é dada pela alegoria do veado e das lebres de Rousseau.

Alguém quer a casa de Andreas para morar nela ou passar lá os fins de semana, e está disposto a pagar uma determinada quantia em dinheiro para comprá-la. Quando, no futuro, alguém a comprar, a quantia que for paga refletirá o valor intangível ou mesmo o valor de troca da casa. Seja como for, a casa de Andreas será vendida, desde que ele reduza bastante o preço até alcançar o valor correspondente ao de se viver nela. O mesmo acontecerá com a Ferrari: poderá ser vendida se houver alguém que tenha prazer em dirigi-la (ou que tenha prazer em que os outros o vejam no carro), desde que o proprietário baixe o preço que está pedindo por ela. O mesmo se passa com o tomate: se não estiver estragado e houver pessoas que o apreciem, será vendido, desde que o preço baixe consideravelmente.

No entanto, isso não acontece com o trabalho do desempregado Vassílis. Nenhum empregador quer o trabalho dele em si. Tomemos por exemplo Maria, que tem uma empresa de produção de geladeiras e poderia contratar Vassílis. A única razão para Maria contratar Vassílis seria se acreditasse que, uma vez que o contratasse para produzir mais geladeiras, haveria compradores para essas geladeiras que estariam dispostos a pagar por elas uma quantia superior ao seu custo — um custo que inclui não só o salário de Vassílis, mas muitas outras coisas (matérias-primas e peças para a fabricação de geladeiras, eletricidade, despesas com telefone, aluguel etc.).

E do que depende que se cumpram as condições para que Maria contrate Vassílis? A resposta é bastante simples: da expectativa de Maria de que, a partir do momento em que comecem a ser fabricadas novas geladeiras, haja compradores dispostos a pagar um preço que supere o seu custo, mesmo que seja mínimo, para que Maria não saia no prejuízo.

Imagine Maria antes de tomar a decisão de contratar Vassílis (e mais alguns Vassílis, ou seja, desempregados) para fabricar mais geladeiras. Não está convencida de que deve tomar essa decisão. Se contratar os desempregados e fabricar novas geladeiras, mas elas não forem vendidas (ou se for obrigada

a vendê-las por um preço muito baixo), então será a sua ruína. Por outro lado, se contratar alguns Vassílis e as novas geladeiras forem vendidas a um bom preço, ela terá lucro e os desempregados ficarão satisfeitos por terem voltado ao mercado de trabalho e por terem conseguido ganhar a vida com dignidade, e com eles as suas famílias.

“O que devo fazer?”, pensa Maria, angustiada. “Devo contratá-los?”, se pergunta. “E se for à falência?”, continua a pensar. Diante desse dilema, sabe que a venda das geladeiras dependerá do clima geral da sociedade de mercado. Se o clima é bom, a atividade econômica aumenta; se reina o otimismo entre os consumidores, muitos comprarão geladeiras, além de outros bens que se compram quando “as coisas vão bem”. No entanto, se o clima econômico é negativo, se predomina o pessimismo, se os consumidores poupam dinheiro porque temem o desemprego ou a crise, então as geladeiras de Maria cairão no esquecimento e ela perderá muito dinheiro, podendo até falir.

De que depende o fato de as coisas correrem bem ou mal? De que as geladeiras de Maria encontrem compradores dispostos a pagar um preço que permita à empresa sobreviver? Depende de que outros empresários como Maria acreditem que as coisas correrão bem. Porque, se um número suficiente de empresários for otimista, eles investirão em novos contratos, novas máquinas, novas instalações. Então aumentará a renda dos trabalhadores e dos fornecedores. E essa renda será gasta na compra de geladeiras e outros aparelhos nas lojas e nos supermercados. Desse modo, as Marias da sociedade verão como as sociedades de mercado confirmam as suas previsões otimistas, recompensando-as substancialmente por isso.

Em contrapartida, se as Marias forem pessimistas e, portanto, os empresários como um todo não contratarem os Vassílis desempregados, então a atividade econômica se estagnarará, os empregadores que tiverem contratado desempregados perderão dinheiro e o pessimismo da maior parte dos empresários se confirmará... sem fundamento.

É por isso que a alegoria do veado e das lebres de Rousseau é importante, porque reflete a essência do mercado de trabalho, mas também da sociedade de mercado no seu todo. Assim como o pessimismo dos caçadores reduz as suas possibilidades de capturar o veado, o pessimismo dos empresários aumenta o desemprego, a recessão, a crise da sociedade de mercado, sobretudo quando uma elevada porcentagem deles acredita ou teme que “as coisas não vão correr bem”. Em contrapartida, se os empresários se mostrarem otimistas, contratarão mais pessoas como Vassílis, o que se traduzirá em um bom resultado para a sociedade de consumo. O mesmo efeito seria obtido se os caçadores capturassem o veado, em vez de cada um deles se dedicar a caçar lebres sozinho.

Maria pensa em tudo isso durante a noite e a ansiedade não a deixa dormir, pois é um dilema contratar Vassílis e outros como ele. Mas imaginemos que, uma noite, Maria ouça no rádio, que fica ligado até ela adormecer, que o sindicato dos trabalhadores comunicou que eles estão dispostos a trabalhar por metade, ou seja, que se dispõem a ver o seu salário reduzido em pelo menos cinquenta por cento. Como ela reagirá?

Dirá: “Ótimo! Amanhã bem cedo vou contratar Vassílis e outros como ele para dar início à produção de muitas novas geladeiras”? Ou pensará algo completamente diferente, como: “Fico contente, desde já, que os salários baixem, pois assim também se reduzem os custos de produção. Mas como as coisas devem estar mal, para que os empregados estejam dispostos a trabalhar pela metade do salário. Mesmo que muitos empresários como eu os contratem, com salários tão baixos, quantos terão dinheiro para comprar as minhas geladeiras?”.

Como no caso dos caçadores de veados, os empresários como Maria estão sob a tirania das expectativas coletivas, ou seja, quando no grupo (ou, melhor, no rebanho) reina o otimismo, esse sentimento se espalha (se retroalimenta) e acaba por se confirmar, ao passo que, em um rebanho pessimista, esse mesmo pessimismo acaba se confirmando.

Sabe o que isso significa? Significa que é muito provável que os salários baixem e que as Marias (os empresários) interpretem essa redução como sinal de um período de baixa atividade econômica e, portanto, despeçam os seus empregados, em vez de contratar os Vassílis desempregados.

Entende por que o trabalho se diferencia radicalmente das casas, dos automóveis e dos tomates? Porque pode acontecer de o preço do trabalho (o salário) baixar e isso por sua vez reduzir, em vez de aumentar, a demanda de trabalho.

Duas mercadorias diabolicamente diferentes das restantes: o trabalho e o dinheiro

As grandes crises econômicas, como a que eclodiu em 1929 e a mais recente, de 2008, ensinaram que as sociedades de mercado estão “possuídas” por dois demônios que se escondem em dois importantes mercados: um demônio no mercado *do dinheiro* (o mercado financeiro) e outro no mercado *de trabalho* (o mercado laboral).

Do demônio do mercado laboral acabamos de falar há pouco: é aquele que levou a empresária Maria a ser capaz de despedir empregados quando o preço do trabalho deles... baixou. Ao contrário do que acontece com a compra de tomate, casas, geladeiras ou automóveis, no mercado de trabalho “a quantidade” que os compradores-empregadores procuram pode facilmente diminuir *porque* o “preço” (o salário) baixou. Só um demônio escondido nesse mercado poderia conseguir uma coisa assim.

Contudo, não é apenas o mercado de trabalho que está possuído por um demônio. Também existe o mercado financeiro. “Mercado financeiro?”, você vai me perguntar. “É o mercado que compra ou vende dinheiro?” A resposta é que no mercado financeiro ninguém vende dinheiro, apenas o aluga, quer dizer, o empresta (como no caso do mercado laboral, no qual os trabalhadores não vendem a sua força de trabalho, apenas alugam o seu tempo). E por que esse mercado empresta dinheiro? Porque assim ganha juros.

Naturalmente, como vimos nos capítulos anteriores, os bancos emprestam as quantidades “importantes” atravessando a “linha do tempo”, retirando valor do futuro para emprestar às Marias, isto é, aos diferentes empresários, e cobrando juros por isso. O problema é que as Marias têm de querer pedir esses empréstimos, para contratar mais trabalhadores, comprar máquinas e começar a produzir, reforçando assim os rendimentos totais da sociedade, o emprego e a prosperidade geral. É algo que talvez você já tenha ouvido dizer: que os empresários, como Maria, pedem empréstimos para fazer “investimentos”, que, por sua vez, permitirão o “desenvolvimento”.

Se considerarmos que o dinheiro que Maria pensa pedir emprestado é como uma mercadoria que não se distingue do tomate, então ficamos presos à ideia de que quanto mais baixo for o preço do dinheiro, mais dinheiro ela decidirá pedir emprestado (da mesma maneira que comprará mais tomate se o preço deste baixar). E qual é o preço do dinheiro emprestado? É a taxa de juros; quanto mais alta ela estiver, maior será o custo do empréstimo (os juros que Maria terá que pagar ao banco).

Vimos que no mercado laboral o preço do trabalho (o salário) não era razão suficiente para Maria decidir contratar mais trabalhadores. Também vimos que em períodos de recessão (depressão econômica) Maria pode facilmente despedir empregados se ouvir dizer que os salários vão baixar. O mesmo acontece no caso do mercado financeiro: o anúncio de uma baixa das taxas de juros (o preço do dinheiro emprestado) pode levar Maria a pedir *menos* dinheiro emprestado, e não mais. Por quê?

Porque Maria sabe que só vale a pena contrair um empréstimo para investir na produção de novas geladeiras se a economia registrar uma melhoria geral. Ora, para que essa recuperação econômica aconteça, é preciso que não só ela invista, mas também muitos outros empresários, sobretudo as grandes empresas, aquelas que os “jogadores” menores costumam imitar, como peixes-piloto que seguem os tubarões para se alimentar dos restos. De fato, uma onda de investimentos por parte das grandes empresas aumentaria a demanda de dinheiro e trabalho em toda a economia. Mas o que leva as grandes empresas a desejar investir? A resposta é: o otimismo.

Voltemos então à história do veado e das lebres. Como acontece com o grupo de caçadores de Rousseau, nas sociedades de mercado os empresários investirão o dinheiro emprestado em trabalho e máquinas, impulsionando a produção e a economia em geral, mas apenas se o otimismo predominar. É por isso que a redução do preço do trabalho e do dinheiro (dos salários e dos juros) pode facilmente agravar a crise, aumentar o desemprego e reduzir os empréstimos que as empresas contraem para investir. É precisamente a mesma razão que pode levar Maria a adotar uma postura mais pessimista em relação ao clima econômico geral ao ouvir dizer que o Estado vai baixar as taxas de juros ou que os trabalhadores estão dispostos a trabalhar por um salário menor. Ela pode pensar: “Se o Estado e os banqueiros vão baixar as taxas de juros é porque esperam que a atividade econômica se contraia de forma desesperadora. O fato de os trabalhadores estarem dispostos a trabalhar por uma miséria significa

que, mesmo que arranjem emprego, não terão dinheiro para gastar e, portanto, não poderei vender-lhes os meus produtos”. É assim que se reforça o pessimismo de Maria e dos outros empresários. Consequentemente, a redução dos salários e das taxas de juros resultará em mais desemprego, menos investimentos e uma crise mais profunda.

Você vê agora por que os negacionistas do desemprego estão errados ao considerar que não podem existir desempregados de verdade? Como estão enganados ao considerar que aquilo que ocorre com a casa de Andreas também ocorre com o trabalho de Vassílis? Entende por que digo que, nas profundezas desses mercados importantes, do dinheiro e do trabalho, vivem demônios que trabalham febrilmente para produzir e reproduzir crises econômicas?

Os complexos de Édipo do mercado de trabalho e do mercado financeiro

Tenho certeza de que você já deve ter ouvido falar de *Édipo Rei*, a famosa tragédia de Sófocles. Baseia-se na lenda de Édipo, que matou o rei de Tebas e se casou com a mulher dele, Jocasta, sem saber que, na verdade, eles eram os seus pais. O elemento-chave dessa história é o *poder da profecia*.

Explico: Laio, rei de Tebas, descobre que a mulher, Jocasta, está grávida e pede ao oráculo que prediga o futuro do filho. O oráculo responde-lhe com uma profecia terrível, segundo a qual Laio será morto pelo filho que Jocasta espera. Aterrorizado, Laio ordena a Jocasta que mate o filho logo que nascer. No entanto, ela não consegue matar o próprio filho, então o entrega a um criado para que este o sacrifique. O criado também não tem coragem de matar um bebê e o abandona em uma montanha, para que morra de fome e frio. Mas acontece que um pastor encontra o pequeno Édipo e o leva para Corinto, onde ele é adotado pelo rei, que não tem filhos.

Anos depois, Édipo, desconfiando que o rei de Corinto não é o seu pai biológico, pede ao oráculo que lhe diga alguma coisa acerca dos seus pais verdadeiros. O oráculo responde com uma segunda profecia terrível: “Você se casará com a sua mãe”. Horrorizado, ele decide partir para longe de Corinto, a fim de evitar tal destino. Durante a viagem, passa perto de Tebas, onde encontra, por acaso, o rei Laio em um cruzamento, onde acabam por lutar para ver qual deles passará primeiro. Durante a luta, Laio morre assassinado pelo próprio filho, cumprindo-se assim a primeira profecia.

Mais tarde, Édipo salva Tebas de um monstro chamado Esfinge, resolvendo um enigma que determinava que a pessoa que o solucionasse não só salvaria a cidade, como também se tornaria o seu rei. Foi assim que Édipo se tornou rei de Tebas e, como era tradição naquela época, casou-se com a viúva de Laio, a rainha Jocasta, sua mãe, cumprindo-se assim a segunda profecia.

Que relação tem essa lenda com os mercados de trabalho e econômico? Muita! Pense: a primeira profecia “se autocumpriu”, pois Édipo nunca teria matado Laio se não tivesse existido a primeira profecia. Sem a primeira profecia, Laio não teria ficado aterrorizado, não teria dado ordens para que matassem o filho, que teria crescido no palácio de Tebas, teria conhecido o pai e não o teria matado. Passa-se exatamente o mesmo com a segunda profecia: se o oráculo não tivesse profetizado que Édipo se casaria com a mãe, ele não teria deixado Corinto, não teria matado o pai, não teria ficado em Tebas, salvando-a da Esfinge, e não teria se casado com a sua mãe.

É o mesmo que acontece, em tempos de crise, com o mercado de trabalho e o mercado financeiro: quando Maria e os outros empresários “profetizam” que a crise continuará e que a atividade econômica permanecerá contraída, evitam pedir dinheiro emprestado aos bancos para contratar mais trabalhadores, fazendo assim com que a profecia se cumpra. Quando a crise reduz os preços do trabalho e do mercado (os salários e as taxas de juros), em vez de o emprego e os investimentos aumentarem, acontece exatamente o contrário, uma vez que essas reduções reforçam o pessimismo, e este se retroalimenta.

Epílogo: da caça ao veado a Édipo, passando por Fausto e pelos negacionistas do desemprego

O trabalho e o dinheiro são engrenagens necessárias do motor das sociedades de mercado. Ao mesmo

tempo, funcionam como demônios que as assombram. A razão pela qual não podem funcionar como engrenagens “prudentes” (como acontece, por exemplo, com o tomate, os motores elétricos, as matérias-primas etc.) é o fato de serem radicalmente diferentes das outras mercadorias. Para dizer de forma mais simples: nenhum empresário os quer de verdade.

Na realidade, os empresários odeiam tanto o fato de terem empregados como o fato de terem que contrair empréstimos. Nenhum empresário quer ter dívidas. E todo empregador sonha com o momento em que a tecnologia lhe permitirá despedir os seus empregados e substituí-los por robôs que não se queixam, não fazem greves nem ficam doentes. Se pudessem, os empregadores não alugariam força de trabalho e não pediriam empréstimos. E não por custarem dinheiro, mas porque, ao contrário da eletricidade (que podem comprar sem grandes negociações com o seu produtor), o trabalho e o capital (empréstado) impõem ao empresário uma relação social, uma relação de poder (com empregados e banqueiros) que ele preferiria não ter.

Nesse sentido, os empréstimos e o trabalho são males necessários, por cujos serviços os empresários pagam para ganhar mais dinheiro. No entanto, só pode haver lucro se o nível da futura demanda de mercadorias for alto. Da mesma maneira que os caçadores de Rousseau só permanecem focados na caça ao veado quando o otimismo prevalece entre eles, os empresários só investem o dinheiro emprestado em pessoas e máquinas se entre eles predomina a crença otimista de que a maior parte deles... será otimista.

E ao contrário: se forem pessimistas, o pessimismo se confirmará, e a redução dos salários e das taxas de juros vai reforçá-lo ainda mais, pois consideram isso um oráculo que prevê que a demanda futura por seus produtos vai diminuir ainda mais, em vez de deixá-los mais otimistas porque os seus custos vão se reduzir. Com os empresários em tempos de crise acontece o mesmo que aconteceu com Laio e Édipo: as profecias pessimistas têm o poder de se autocumprir (ou seja, uma vez feita a previsão, isso se torna em si mesmo a causa de ela se tornar realidade).

Em conclusão, e contra a comovedora crença dos negacionistas do desemprego de que a redução de salários bastaria para que conseguissem trabalhar aqueles que realmente querem trabalhar, os desempregados se assemelham a Fausto, que não consegue convencer Mefistófeles a comprar a sua alma... por mais que baixe o preço de venda.

Vírus idiotas?



Vírus megalomaniaco

Se dermos uma olhada nas três grandes religiões monoteístas — o judaísmo, o cristianismo e o islamismo —, chegaremos à conclusão de que os seres humanos se têm em alta conta. Gostamos de acreditar que fomos feitos “à imagem e semelhança” de Deus, do Perfeito, do Único. Que somos semideuses, senhores da Terra, os únicos mamíferos com o dom da razão, e que dispomos da capacidade de adaptar o entorno às nossas necessidades, em vez de nos adaptarmos ao entorno, como fazem os demais seres vivos.

Por isso nos surpreendemos quando uma máquina que nós mesmos criamos fala conosco como o agente Smith (que, na realidade, é o reflexo dessa máquina na mente de Neo, no filme *Matrix*). Recordo as palavras que mencionei no final do [capítulo 5](#), na fala do agente Smith:

Todo mamífero neste planeta desenvolve instintivamente um equilíbrio natural com o seu ambiente. Mas vocês, os seres humanos, não, vocês são uma exceção... Existe outro organismo neste planeta que tem o mesmo comportamento que vocês. Sabe qual é? O vírus. Vocês, seres humanos, são uma doença, um câncer para o planeta. São uma epidemia e nós, as máquinas, somos a cura.

O pior é que, no fundo, tememos que o agente Smith tenha razão, para não dizer que suspeitamos que talvez esteja sendo benevolente demais conosco, pois somos piores do que muitos vírus que evitam matar os organismos que os acolhem. Para onde quer que olhemos na natureza podemos ver as marcas da destruição que deixamos à nossa passagem.

Desde que surgiram as sociedades de mercado, destruimos dois terços de todas as florestas do planeta, provocamos as chuvas ácidas que envenenaram os lagos, drenamos os rios por completo, aumentamos a acidez dos oceanos, erodimos a terra, extinguímos animais e plantas, a tal ponto que o equilíbrio da nossa biosfera, que é o nosso único refúgio, se alterou. Como se tudo isso não bastasse, produzimos cada vez mais gases (como o dióxido de carbono ou o metano) que elevam a temperatura do planeta, o que provoca o degelo dos polos, a elevação do nível do mar e a desestabilização do clima da Terra, de tal maneira que povos inteiros correm o risco de desaparecer. Quem pode duvidar que o agente Smith tenha razão? Por acaso não somos parecidos com o vírus do ebola, que se autodestrói ao matar o organismo que o acolhe?

Você vai me dizer, com razão, que o agente Smith não existe. Que é um produto da imaginação de um roteirista, um esforço humano para despertar as nossas consciências. Como também acontece com Fausto e Frankenstein, personagens fictícios que Christopher Marlowe e Mary Shelley utilizaram para nos alertar sobre os males que trouxera a então recém-criada sociedade de mercado. Talvez esses avisos por meio da literatura, da arte ou do cinema demonstrem que ainda há esperança de que não nos tornemos uma epidemia, um câncer ou um vírus que ameaça o planeta.

Os vírus, os tumores malignos e as bactérias não têm consciência; nós temos. E essa é a nossa melhor oportunidade de desmentir o agente Smith. No entanto, para isso, temos que ser críticos e nos proteger da nossa criação mais importante, mas também a que mais contribui para a destruição do meio ambiente: a sociedade de consumo, que, pouco a pouco, começou a se tornar o nosso chefe e, ao mesmo tempo, o pior inimigo do planeta Terra.

Valores de troca contra o planeta Terra

As sociedades de mercado apareceram quando os valores de troca triunfaram sobre os valores experienciais. Essa foi uma das primeiras coisas que eu disse a você no [capítulo 2](#) deste livro. Também vimos que esse “triunfo” produziu, ao mesmo tempo, uma riqueza e uma infelicidade enormes. Embora tenha tornado possível a mecanização da sociedade, aumentando muito rapidamente o número de produtos que a humanidade era capaz de produzir, também converteu os seres humanos em escravos, em vez de chefes, das máquinas. Chegou o momento de vermos como e por que a vitória absoluta dos

valores de troca colocou o planeta Terra no caminho de um colapso ecológico.

É verão. De repente, por cima da nossa casa em Egina, passam três aviões de combate a incêndios na direção do Peloponeso. Olhamos ao longe, para onde se dirigem, e então vemos a fumaça negra que se ergue por cima do monte Parnonas como uma serpente enfeitada, ocultando pouco a pouco o sol e transformando o meio-dia em um entardecer estranho e antinatural. Não é preciso esperar pelas notícias para nos darmos conta da grande catástrofe que está acontecendo diante de nossos olhos.

Pois bem, você sabia que essa catástrofe aumenta os valores de troca da nossa sociedade? Que, da perspectiva dos valores de troca, o incêndio aumentou, em vez de reduzir, a riqueza contabilizável da nossa sociedade em termos de valores de troca totais? Sei que isso parece ridículo. No entanto, é a mais pura verdade: para começar, as árvores que pegam fogo não têm nenhum valor de troca. O mesmo vale para todos os passarinhos, todas as lebres e todos os animais e plantas que vivem na floresta. Portanto, por mais árvores que sejam queimadas, por mais que a paisagem se tinta de negro, por mais animaizinhos que sofram uma morte horrorosa em meio às chamas, não se perde nenhum valor de troca. Até mesmo o valor de troca das casas queimadas só é minimamente reduzido, uma vez que estão seguradas ou o Estado ajudará os proprietários a reconstruí-las. No que diz respeito às recordações dos que nelas viviam (da bela floresta, do quadro com o retrato da avó que se queimou etc.), nenhuma delas tinha valor de troca, “apenas” um valor intangível.

Ao contrário, os aviões de combate a incêndios que vimos sobrevoando a nossa casa consomem querosene, que tem muito valor de troca, que se soma às receitas do comerciante que o distribui. O mesmo vale para o combustível que os veículos dos bombeiros utilizam e que é consumido quando eles correm para a floresta em chamas a fim de tentar impedir a destruição dos nossos valores intangíveis. E quando chega o momento da reconstrução das casas incendiadas, ou dos postes de eletricidade danificados, os salários dos trabalhadores e o custo dos materiais usados são valores de troca que nasceram das chamas do incêndio, e que se somam à renda nacional.

Acho que agora você está começando a enxergar a essência do problema: as sociedades de mercado valorizam exclusivamente os valores de troca, que, portanto, triunfam sobre os valores intangíveis. Consequentemente, as atividades das pessoas que criam valores de troca são reforçadas, em detrimento das atividades daquelas que só produzem valores intangíveis. Tomemos como exemplo o esporte. Em outros tempos, a única coisa que interessava era a alegria do futebol, a glória que representava uma vitória nos Jogos Olímpicos ou o bem-estar que o exercício físico proporcionava. Porém, quando os recordes e as medalhas começaram a adquirir valor de troca, o esporte se comercializou, da mesma maneira que se comercializaram o trabalho e a terra na Grã-Bretanha.

Hoje, a televisão atrai a atenção do público e depois “vende” essa atenção aos publicitários, para que eles a “utilizem” a fim de vender todo tipo de produtos, desde automóveis até hambúrgueres, ao público que gosta de esporte. Portanto, o valor de troca de uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos ou de um gol na Copa do Mundo é determinado pelo valor de troca dos automóveis ou dos hambúrgueres que o anunciante vende aos telespectadores, da mesma maneira que, no século XVIII, o valor de troca de um acre de terra era determinado pelo valor de troca da lã das ovelhas que viviam dentro desse acre.

Ao mesmo tempo, esse triunfo do valor de troca do esporte implica a desvalorização do valor intangível ou experiencial, uma vez que os campeões se veem obrigados (a fim de maximizar o valor de troca do seu esforço) a fazer coisas que reduzem a ilusão e o bem-estar que o esporte proporciona (por exemplo, competir lesionados ou tomar medicamentos proibidos que, em médio prazo, podem provocar danos à saúde). De modo geral, qualquer coisa que atraia a atenção do público, que o transforme em uma presa mais fácil para os publicitários, adquire maior valor de troca, à custa de destruir valores mais importantes para as pessoas, como os valores experienciais.

Na televisão, o avanço dos valores de troca transformou os Jogos Olímpicos em um circo romano no qual as empresas farmacêuticas (cujos preparados transformam os esportistas em marionetes sobre-humanas) disputam e, de modo geral, corroem a nossa civilização ao pôr em evidência que aquilo que chama a atenção do público (por exemplo, um *reality show*) não deixa as pessoas demasiado desconcertadas. Não foi por acaso que Rupert Murdoch, o magnata australiano dos meios de entretenimento e “comunicação”, disse esta grande frase: “Você nunca perderá dinheiro se menosprezar a inteligência do público!”. O verdadeiro significado dessas palavras é: *Para maximizar os valores de troca dos seus produtos, você tem que menosprezar os valores experienciais.*

No entanto, o verdadeiro drama tem lugar na natureza. Aí o triunfo dos valores de troca não degrada apenas a nossa civilização, mas dinamita o planeta que nos dá o direito à vida. Seria inteligente por parte dos astronautas envenenar o oxigênio da sua nave espacial? Ora, é exatamente isso que nós, seres humanos, estamos fazendo. E o fazemos há trezentos anos, desde que apareceram as sociedades de mercado, quando os valores de troca triunfaram sobre os valores experienciais e o lucro (isto é, a “mais-valia”) adquiriu um poder único e absoluto sobre as almas e as ações dos seres humanos.

Indivíduos, quer dizer, *idiotas*

O homem, como todos os animais caçadores, sempre teve tendência a destruir a fauna e a flora de que necessita. Hoje, na Ilha de Páscoa, só “prosperam” as estátuas enormes que os seus habitantes deixaram para trás, antes de terem desaparecido devido ao corte irracional das árvores, que deixou a terra sem proteção, de maneira que ela foi escoando para o mar, provocando a fome e a extinção dos habitantes.

Apesar disso, não são muitos os exemplos de sociedades humanas que, antes do triunfo das sociedades de mercado, atuassem como vírus idiotas. A acusação do agente Smith não teria razão de ser antes da Revolução Industrial, que levou ao triunfo dos valores de troca sobre os valores experienciais. Tomemos como exemplo os aborígenes da Austrália, com os quais comecei a minha narração no [capítulo 1](#). Na realidade, os aborígenes exterminaram todos os grandes mamíferos do continente australiano milhares de anos antes da chegada dos ingleses. No entanto, conseguiram encontrar um equilíbrio com a natureza, por meio da proteção das florestas e da limitação do número de peixes que pescavam todos os dias, conseguindo viver bem sem muito esforço e, ao mesmo tempo, conservando perpetuamente intocado o “capital” da natureza (peixes, pássaros e plantas).

Contudo, quando os colonizadores ingleses chegaram e lhes tiraram a terra, que ficou sujeita às duras “leis” da sociedade de mercado, bastaram cem anos para que três quintos das florestas já tivessem sido destruídos. Hoje a terra da Austrália está profundamente danificada pelas minas, erodida pela agricultura intensiva, os leitos dos rios estão secos e cobertos de sal, que empobrece a terra, enquanto os belos corais do norte do continente diminuem a cada ano. Como também acontece na Europa e na América do Norte, as sociedades de mercado, que atuam apenas em função dos valores de troca, destroem o planeta.

Por que isso acontece? O exemplo do incêndio na floresta demonstra que vivemos em sociedades que menosprezam de maneira clara e criminosa o valor do ambiente. Quando uma árvore ou um micro-organismo não têm valor de troca, a nossa sociedade (que só pensa em termos de mercado) comporta-se como se essa herança do planeta, com o seu valor infinito para a vida, não tivesse absolutamente nenhum valor. Isso significa que a nossa sociedade nos incentiva a nos comportar como se para nós não valesse um centavo — no sentido literal e metafórico — a manutenção do equilíbrio natural do planeta.

Tomemos um exemplo simples, que vem se juntar ao do incêndio na floresta. Imaginemos que haja um rio onde vivem trutas. Se todas forem pescadas, desaparecerão para sempre. Se as pescamos pouco a pouco, haverá sempre trutas, pois elas se reproduzirão ano a ano. Vejamos agora o que acontece quando a pesca deixa de se guiar pelos usos e costumes de uma sociedade de seres humanos que compreendem o equilíbrio frágil do rio e, ao contrário, passa a ser regida pelas leis da sociedade de mercado, isto é, pelos valores de troca e pelo lucro.

Digamos que o valor de troca de cada truta seja de cinco euros. Se cada pescador atuar em função dos seus interesses, continuará a pescar todos os dias até que o último peixe que pesque lhe “custe” um pouco mais do que o seu valor de troca. Qual é o custo do pescador? O valor de troca do tempo que ele gasta pescando. Suponhamos que a cada hora que passa na pesca ele “perca” dez euros, o dinheiro que ganharia se trabalhasse na fábrica ao lado. Se pescar pelo menos dois peixes por hora, será mais vantajoso se dedicar à pesca do que trabalhar na fábrica.

Como sabem aqueles que já pescaram pelo menos uma vez na vida, o número de peixes que se pescam é inversamente proporcional ao número de pescadores e à intensidade com que cada um deles pesca. Para explicar de maneira mais simples: se apenas um pescador estiver no rio, é mais fácil que pesque muitas trutas na primeira meia hora. Basta lançar a rede à água para apanhar rapidamente cinco ou seis. No entanto, quanto mais pescar, mais difícil será apanhar a truta seguinte, porque a quantidade delas terá diminuído. *Além disso*, se houver mais pescadores, serão mais pessoas a pescar menos trutas.

Contudo, se funcionassem como uma sociedade de pescadores, de forma coletiva, poderiam combinar que cada um pescaria apenas uma hora por dia, de forma que pescariam duzentas trutas, por exemplo, que seriam compartilhadas. No entanto, na sociedade de mercado, cada um atua por conta própria, como um pequeno empresário contra todos os outros. Assim, continuam a pescar, cada um por si, até que acabam por pescar menos de duas trutas por hora. (Você se lembra de que o custo do trabalho por hora era de dez euros quando a truta tinha um valor de troca de cinco euros, e que o lucro aumentava por cada hora de pesca quando o pescador pescava pelo menos duas trutas por hora?). Sendo que cada pescador pode pescar durante não uma, mas dez horas por dia.

No princípio, o resultado da pesca pode ser elevado, devido ao grande esforço dos pescadores. Porém, logo as trutas começarão a escassear. Não tardará muito até que haja tão poucas trutas no rio que, apesar de haver muitas pessoas pescando durante muitas horas, juntando todas não conseguirão nem duzentas trutas. Repare no absurdo de tudo isso: se cada um pescasse apenas uma hora por dia, todos juntos apanhariam duzentas trutas e, o mais importante, restariam muitas trutas no rio para que a pesca pudesse continuar sempre. No entanto, quando cada um busca apenas o seu próprio lucro, os pescadores trabalham muito mais horas por dia, apanham muito menos peixe e levam as trutas à extinção, o que significa que... acabam com os seus próprios lucros.

Isso acontece quando aceitamos as leis da sociedade de mercado sem protestar, como se fossem sábias e perfeitas. Corremos não só o risco de acabar como Fausto e Frankenstein (lembre-se das histórias dos capítulos anteriores), como também o de repetir o drama dos habitantes da Ilha de Páscoa, mas dessa vez em âmbito planetário.

O exemplo das trutas é apenas a ponta do *iceberg*. Assim como os pescadores do exemplo têm um interesse particular que os leva a continuar pescando até que as trutas do rio desapareçam, as indústrias têm os seus interesses que as levam a poluir o ambiente (uma vez que, para a empresa, a poluição não tem valor de troca negativo), os motoristas têm os seus interesses que os levam a inundar as ruas de automóveis, os proprietários de terrenos têm os seus interesses que os levam a derrubar árvores e construir prédios com grande valor de troca e a humanidade como um todo tem os seus interesses que a levam a lançar dióxido de carbono na atmosfera até que o nosso planeta comece a parecer um forno.

Na Grécia Antiga, aqueles que se negavam a pensar em função do bem comum, do “público”, chamavam-se *ιδιώτης*, ou *idiótes* (indivíduos, particulares). Os antigos gregos pensavam que os *idiótes* agiam sem medida, sem pensar no bem dos outros.^[1] No século XVIII, os eruditos ingleses, admiradores dos antigos gregos, atribuíram à palavra *idiótis* (indivíduo) o significado de “idiota” ou “tonto” (*idiot*, em inglês). De acordo com esse ponto de vista, a sociedade de mercado nos transformou em *idiotas*, em vírus estúpidos que matam o planeta em que vivem. Algo parecido com os astronautas que envenenam o oxigênio da sua nave espacial.

É possível “casar” o interesse privado com o interesse do planeta?

Claro que sim! Os aborígenes fizeram isso muito bem. Eles conseguiram colaborar para que cada um pescasse e caçasse pouco para obter muito, o que lhes deixava tempo livre para se dedicar a rituais, à narração das Lendas do Tempo dos Sonhos etc. Tanto os indivíduos como as comunidades que procuraram viver em harmonia com a natureza conseguiram aliar o interesse próprio ao interesse do planeta.

O mesmo acontecia na Europa antes do estabelecimento da sociedade de mercado, quando as pessoas, mesmo que fossem muitas mais que os aborígenes, conseguiam respeitar a natureza e dar a ela a devida importância. O que colocou o planeta Terra no caminho da catástrofe foi a comercialização de tudo, a privatização da terra, o triunfo dos valores de troca sobre os valores experienciais, o predomínio do lucro privado sobre o benefício coletivo. Se a salvação do planeta nos interessa, aparentemente a solução passa por encontrarmos uma maneira inteligente de recuperar a capacidade que os seres humanos têm de agir e decidir coletivamente, para que deixem de “ser *idiotas*”, ou seja, de olhar apenas para os seus interesses particulares.

Uma solução seria decidir que algumas coisas não passarão pelos mercados, submetidas ao seu valor de troca. Por exemplo, poderíamos decidir que ninguém pescará trutas mais de uma hora por dia ou que

as florestas ficarão sob proteção do Estado como se fossem patrimônio inestimável de todos, independentemente do seu valor de troca. No entanto, a grande pergunta é: Como poderemos compatibilizar essa responsabilidade comum com uma sociedade na qual as máquinas trabalham incansavelmente para produzir valores de troca dos quais os proprietários tiram proveito depois, sendo que, ainda por cima, esses proprietários são apenas uma minoria da população?

A resposta depende do interesse de cada pessoa. Quem não for proprietário de terras ou máquinas dirá facilmente: “A solução consiste em acabar com o monopólio, com a oligarquia da minoria de proprietários sobre o uso das máquinas, bem como com o poder deles para decidir como devem ser empregadas as forças produtivas do planeta”. Existem muitas maneiras de impor limites a esses monopólios. Limites à poluição, à frequência com que a terra é cultivada, à pesca nos oceanos e nos rios, à produção de gases do efeito estufa que provocam o aumento da temperatura global etc. Outro tipo de intervenção seria a redistribuição dos direitos de propriedade sobre a terra, sobre as matérias-primas e sobre as próprias máquinas, para que os seus proprietários e administradores não sejam exclusivamente os “particulares”, mas as comunidades de pessoas com uma consciência coletiva sobre os danos que a humanidade causa ao planeta e a si mesma.

Por outro lado, quem pertence à minoria que possui a maior parte da terra e das máquinas não quer nem sequer ouvir essas ideias, uma vez que a sua aplicação significaria menos força, menos riqueza e menos poder. Sustenta que: “Para impor limites à poluição e à exploração imprudente das riquezas naturais é necessária a intervenção do Estado”. E o que é o Estado? Será, por acaso, a expressão objetiva do interesse comum? “Não!”, gritaria. “O Estado atende aos interesses daqueles que o administram, dos políticos e dos burocratas, interesses que em nenhum caso coincidem com os da maioria ou com os do planeta”, diria em uma tentativa de evitar o embargo de “seus” bens. E se lhe perguntássemos: “O que propõe para salvar o planeta?”, responderia:

“Mais mercado, por favor!”

Para não ceder à maioria nem um dos seus “direitos” sobre a terra ou sobre as máquinas que controla, diria que:

A razão pela qual a sociedade de mercado fracassa na gestão adequada das riquezas naturais do planeta é o fato de que essa riqueza só tem valor intangível, mas nenhum valor de troca. Tomemos como exemplo a bela floresta que se incendeia. Não pertence a ninguém em particular, mas a todos. Ninguém pode obter valor de troca ou dinheiro com ela. Por isso, nós, os membros da sociedade de mercado, não lhe damos o valor que deveríamos dar. O mesmo acontece com as trutas no rio. Não pertencem a ninguém, por isso cada pescador pesca quantas quiser, de maneira que as trutas do rio acabam por desaparecer. O mesmo se verifica com a atmosfera: não pertence a ninguém, de modo que cada um tira proveito dela até que fica envenenada. Fazer com que o Estado controle tudo isso não trará nenhum resultado, porque ele está nas mãos de políticos e de burocratas em quem não devemos confiar, por isso proponho a seguinte solução: deem tudo para mim. Tudo! Florestas, rios, até a atmosfera. Verão como administrarei tudo muito bem!

Essa ideia pode parecer paranoica: uma pessoa que propõe à sociedade que lhe conceda direitos de propriedade sobre quase todo o planeta. O mal dessa proposta é não carecer totalmente de embasamento lógico. É verdade que, se o rio e todas as trutas que nele nadam lhe pertencessem, você teria todo o interesse do mundo em protegê-los. Em fixar um preço de entrada para quem quisesse pescar e bombardear com multas quem ultrapassasse os limites impostos. O mesmo valeria para a atmosfera e as florestas. Se lhe pertencessem, poderia cobrar pela sua utilização (por exemplo, as empresas pagariam pelo direito de emitir resíduos ou seria cobrada uma “entrada” das famílias que quisessem fazer um piquenique na “sua” floresta). Desse modo, o uso seria razoável e a saúde do planeta melhoraria.

Obviamente, a grande pergunta é: qual é a diferença entre isso e o que acontecia no tempo do feudalismo, quando a terra (juntamente com os animais, as plantas e as pessoas que nela viviam) pertencia ao senhor? É verdade que, naquele tempo das pré-sociedades de mercado, a natureza não sofria

como agora. Quer dizer então que, para salvar o planeta, temos que voltar ao feudalismo e à autocracia e viver sujeitos à vontade de uma única pessoa? É evidente que não. Por essa razão, aqueles que sob nenhum pretexto queriam deixar que o Estado os privasse do direito de fazer uso da terra e dos seus recursos inventaram o seguinte argumento: em vez de dar o rio, a floresta e a atmosfera a uma única pessoa, eles poderiam ser “cortados” em vários pedaços e vendidos, por meio de mercados especialmente “fabricados”, a milhares de candidatos à sua compra.

Ora, como é que se cortaria “em pedaços” uma floresta ou a atmosfera do planeta? A resposta é: seriam impressas n ações, ou seja, um número n de papeizinhos, na proporção de uma ação por $1/n$ da propriedade do rio, da floresta ou da atmosfera. Desse modo, as árvores, os rios, toda a natureza passaria a ter de uma só vez muitos proprietários e valor de troca (igual ao valor financeiro das ações n) e evitaríamos ficar sujeitos a um senhor a quem a natureza pertencesse, pois os proprietários seriam tantos quanto os acionistas.

Em suma, o que se propõe é encontrar a via inteligente para a criação de mercados para a riqueza natural nos quais os valores de troca pudessem triunfar, pois assim até o oxigênio que respiramos teria um preço que o protegeria, para não ser desperdiçado como se fosse um bem gratuito.

Mercados “de males”

As sociedades de mercado foram sendo construídas com base nos valores de troca dos bens (por exemplo, o algodão, a lã, o sal, o carbono, o aço, os alimentos etc.). Por mais distante que esteja o valor simbólico de um diamante ou de um tomate do seu valor de troca, pelo menos sabemos que esses dois valores são positivos (desde que haja quem goste de diamantes ou de tomate, o preço deles será positivo).

No entanto, o argumento segundo o qual para salvar o planeta temos que ampliar o reino dos valores de troca privatizando a atmosfera, os rios e as florestas, esbarra em um problema técnico: Como é possível que um *mal*, como, por exemplo, um contaminante tóxico emitido por uma fábrica ou o tubo de escapamento de um automóvel, adquira valor de troca positivo? Quem quer comprar uma coisa que vai envenená-lo? Como se cria um mercado que determina o valor de troca de poluentes que ninguém quer? Em circunstâncias normais, esse valor de troca, o seu preço, deveria ser negativo, ou seja, seria preciso que nos pagassem para que os comprássemos. A sociedade deveria recompensar quem quisesse ficar com o dióxido de carbono que provoca o efeito estufa e que, por sua vez, ameaça alterar o clima da Terra. Visto dessa perspectiva, o problema é que ninguém iria querer ações de metano ou de dióxido de carbono que as pessoas liberam na atmosfera, a não ser que alguém lhes pagasse para comprá-las.

A única maneira de os “males” adquirirem valor de troca é por meio da intervenção estatal, que tem o poder de inverter o valor desses contaminantes de negativo para positivo. Por exemplo, se o Estado conceder a cada um de nós o direito de emitir na atmosfera x quilos de gases “maus”, mas também o direito de vender esse direito a outros que precisam emitir uma quantidade de gases “maus” superior aos x quilos, teremos criado um mercado para esses gases “maus”. Nesse cenário, as empresas fabricantes de automóveis, energia etc., que lançam toneladas de gases “maus” na atmosfera, adquiririam o nosso direito de emissão daqueles x quilos que não precisamos emitir, estabelecendo assim um preço para esses gases que as empresas poluentes pagariam, da mesma maneira que pagam as suas outras despesas (salários, matérias-primas etc.).

Soa bem e parece uma ideia inteligente, mas preste atenção em onde está o problema. Em primeiro lugar, é absurdo, pois a razão pela qual deveríamos encontrar uma solução de mercado para o problema da poluição era o fato de alguns não confiarem no Estado. E digo que é absurdo porque essa solução exige a intervenção constante do Estado. Se não, como se imporá à empresa do sr. José, ou a você, a obrigação de comprar o direito de poluir a atmosfera com x quilos de alguém que polui menos? Só o Estado pode controlar a todos: cada um de nós, cada empresa, cada agricultor, cada pescador, cada fábrica, cada ônibus ou automóvel. E quem decidirá qual será o limite de quilos de gases poluentes permitidos por pessoa? De novo, o Estado. Deduz-se, portanto, que a razão pela qual alguns propuseram a privatização absoluta da atmosfera, dos rios, das florestas etc., não foi por se oporem ao Estado, mas por se oporem, pura e simplesmente, às intervenções estatais que reduzem os seus direitos de propriedade, ao passo que apoiam aquelas que ampliam ou mantêm os seus direitos.

A única solução: democracia diante dos valores de troca

Eu tinha prometido a você que neste livro falaria sobre economia e que, contra a minha natureza, não iria aborrecê-la com outros assuntos. Por isso não falei até agora de política, democracia etc. No entanto, tendo chegado a este ponto, tenho que falar brevemente sobre a ideia de democracia. A razão é simples.

Vimos que, para salvar o planeta das sociedades humanas de mercado, o Estado é necessário: tanto para que os cidadãos se encarreguem da gestão da riqueza natural que os mercados, os particulares, cada um no âmbito privado desperdiçam de maneira estúpida e criminosa, como para criar mercados artificiais de “males”, ou seja, para privatizar a riqueza natural e conceder direitos privados de propriedade sobre ela àqueles que possuem recursos com que pagar esses direitos, em função do dinheiro de que disponham.

O problema da privatização das coisas “comuns” é duplo: primeiro, é muito difícil que funcione na prática. Como pode o Estado decidir antecipadamente e de maneira justa o limite máximo de emissão de poluentes que corresponde a cada um? Como conseguirá esse mercado artificial fixar um preço para um determinado poluente que leve as empresas e os cidadãos a atuar a favor da humanidade e do planeta? Uma coisa assim não é realista. Os mercados não foram criados para gerir males, e apenas no caso dos bens podemos esperar que funcionem bem — e, assim mesmo, nem sempre, como já vimos com os exemplos dos mercados de trabalho e de dinheiro nos capítulos anteriores. Seria mais prudente exigir que o Estado imponha regras, limites e restrições ao uso dos recursos sensíveis do nosso planeta. Algo simples assim.

Também existe um segundo problema no que diz respeito à privatização dos recursos naturais que afeta diretamente a democracia. Deixe-me explicar: tanto nos mercados como nas democracias, nós votamos. Quando você compra um sorvete, é como se estivesse votando a favor daquela determinada marca de sorvete, daquele determinado tipo de sorvete. Se ninguém comprar esse sorvete, a empresa deixará de produzi-lo. Se muitos como você “votarem” nele com os seus euros, então, obviamente, a sua produção aumentará. O mesmo acontece nas eleições: quanto mais votos um partido ou uma opinião em um referendo obtém, maior poder terá na cena política.

Qual é a diferença? A diferença é que, enquanto na democracia todos dispomos de um único voto, que garante a nossa *liberdade de expressão*, nos mercados o número de votos de que dispomos depende da nossa riqueza. Quantos mais euros, dólares, reais alguém tem, mais importante será a sua opinião nos mercados de que participa. Por exemplo, em uma sociedade anônima, se você tiver cinquenta e um por cento das ações, tem a maioria absoluta. Sozinha, é a chefe absoluta. Digo isso para que veja por que os poderosos, os ricos da Terra, defendem a solução da privatização dos recursos naturais: porque têm a possibilidade de comprar a maior parte das ações e de decidir sozinhos o futuro do planeta.

Você vai me dizer: “Que importância tem isso, uma vez que vivemos todos no mesmo planeta? Por que os ricos vão querer qualquer coisa que não seja boa para esta nave espacial chamada Terra, da qual somos todos passageiros?”. Para responder, vou lhe dar um exemplo: suponhamos que hesitamos entre reduzir drasticamente os gases de efeito estufa e deixar que as geleiras derretam, o que faria subir o nível dos oceanos de forma que milhões de pessoas que vivem no litoral de países pouco montanhosos, como Bangladesh ou as ilhas Maldivas, perdessem suas casas. Suponhamos, além disso, que privatizamos a atmosfera e que, para os acionistas dos gases de efeito estufa, o custo da redução desses gases é superior ao da compra de uma nova aldeia a uma altitude suficiente para não ser afetada pela elevação do nível das águas do mar. Então, utilizando o seu direito de decidir como acionistas majoritários da atmosfera, e não como simples cidadãos que só dispõem de um voto cada um, eles decidirão, com todo o direito, que não se reduza a produção de gases de efeito estufa, mesmo que isso implique que milhões de casas sejam inundadas e milhões de pessoas fiquem sem ter onde morar.

Entende por que insisto em que o voto dos acionistas nunca protegerá o planeta como o faz a liberdade de expressão dos cidadãos? O fato de nossas democracias serem imperfeitas ou corruptas, por vezes em níveis repulsivos, e de permitirem que se cometam crimes à custa das pessoas mais desprotegidas e do nosso frágil ambiente, não refuta o fato de que a democracia continua a ser a nossa única oportunidade de não nos tornarmos vírus estúpidos no planeta Terra. É a nossa única esperança de demonstrar que o agente Smith não tinha razão.

Dinheiro



Prisioneiros de guerra e arbitragem

Durante a Segunda Guerra Mundial, as autoridades alemãs só respeitaram os prisioneiros de guerra dos países ocidentais. Enquanto exterminaram impiedosamente os soldados eslavos, os ciganos e, claro, os judeus, respeitaram os prisioneiros britânicos, canadenses, americanos e franceses, cumprindo o espírito e o texto da Convenção de Genebra.

Em 1941, o oficial do exército britânico Richard Radford foi detido pela *Wehrmacht* (o exército alemão) e acabou em um campo de prisioneiros de guerra ocidentais. Depois de terminado o conflito, Radford relatou um fenômeno econômico muito interessante, tal como o viveu no campo de prisioneiros onde permaneceu até o final.

No seu acampamento, prisioneiros de diversas nacionalidades viviam em barracões diferentes por entre os quais, de maneira geral, podiam movimentar-se livremente. Como acontecia com todos os prisioneiros de guerra oficiais, a Cruz Vermelha (da sua base na Suíça) inspecionava as suas condições de vida e abastecia-os regularmente com pacotes de alimentos, cigarros, um pouco de café, chá e, de vez em quando, chocolate etc.

Para os prisioneiros, o dia em que recebiam os pacotes da Cruz Vermelha era dia de festa. De acordo com Radford, os embrulhos eram todos iguais, mas as preferências dos prisioneiros não eram as mesmas. Os primeiros que viram nisso uma oportunidade de ganhar algo estabelecendo trocas sistemáticas de bens entre os prisioneiros de diferentes nacionalidades foram alguns franceses “espertos”. Pensaram em aproveitar o fato de a maioria dos franceses adorar café, ao passo que os ingleses, de modo geral, não podem viver sem chá.

Sempre que recebiam os pacotes da Cruz Vermelha, os franceses, hábeis “comerciantes”, aproximavam-se dos seus compatriotas, pediam-lhes emprestado o chá que havia nos seus pacotes, prometendo-lhes uma quantidade de café; iam ao barracão dos prisioneiros britânicos e trocavam o chá pelo café, que depois entregavam aos seus compatriotas franceses, como haviam prometido. Por que faziam isso? Porque ficavam com uma “comissão” do chá ou do café, por exemplo, de cinco por cento pelos “serviços” que ofereciam.

Na linguagem dos economistas, o que os “comerciantes” franceses faziam chama-se *arbitraje* (arbitragem), ou seja, comprar mais barato do que se vende. No nosso exemplo, a verdade é que os astutos franceses tomavam dos ingleses mais café do que aquele que entregavam aos seus compatriotas em troca do chá que tinham tomado de empréstimo: era como se comprassem o chá dos seus compatriotas mais barato (aproximadamente cinco por cento mais barato) do que o vendiam aos britânicos. Desse modo, ficavam com um lucro (mais-valia) da ordem de cinco por cento.

Obviamente, quanto mais comerciantes se dedicassem a essa troca, maior seria a concorrência entre eles e, conseqüentemente, mais baixa a porcentagem do seu lucro. Pense no seguinte: para que o prisioneiro Pascal, que entrou tarde no mercado do café e do chá, convencesse os compatriotas a darem o chá a ele (e não a outros “comerciantes”), teve que lhes oferecer mais café do que os outros “comerciantes” pela mesma quantidade de chá. Isso equivalia a oferecer-lhes um “preço” mais alto pelo seu chá (medido em gramas de café), o que reduzia o seu lucro pessoal.

Do mesmo modo, nas grandes bolsas de valores do mundo, tal como acontecia no campo de prisioneiros de Radford, a concorrência entre os intermediários reduz a margem da arbitragem.

Os cigarros como medida de valores de troca

Não tardou muito para que as transações no campo de prisioneiros se estendessem a outros bens. Quase todos os prisioneiros de guerra começaram a participar desse mercado espontâneo multinacional, no qual cada um tentava adquirir o máximo de mercadorias que podia dentro das condições adversas do campo.

Com o desenvolvimento do comércio entre os companheiros de prisão, atingiu-se rapidamente um equilíbrio entre os preços relativos. Embora no princípio cada um negociasse sozinho — um trocava uma

barra de chocolate por dez gramas de café, enquanto outro podia trocar no mesmo momento uma barra de chocolate por quinze gramas de café —, não demorou muito até que os preços relativos se equiparassem mais ou menos em todo o campo.

Para a equiparação dos valores de troca, ou dos preços relativos, contribuíram anúncios escritos à mão, afixados à entrada dos barracões com ofertas do tipo: “Vendo cem gramas de café por dez barras de chocolate”. Portanto, os preços de negociação tornaram-se públicos, exatamente como hoje acontece com as telas instaladas nas bolsas de valores, nas quais aparecem em tempo real todos os preços das ações, dos títulos de dívida etc. Devido a essa transparência, e dado que nenhum prisioneiro queria comprar a um preço superior ao mínimo oferecido, os preços dos bens se estabilizaram em todos os barracões, independentemente da nacionalidade e das preferências dos seus “inquilinos”.

Como as transações incluíam muitos bens diferentes, tornavam-se cada vez mais complicadas. Por exemplo, um canadense oferecia cem gramas de café em troca de dez barras de chocolate. Um francês que queria o café mas não tinha chocolate podia dizer: “Quero o seu café, mas não tenho chocolate; tenho chá. Conheço um escocês no barracão C5 que troca quinze gramas de chá por uma barra de chocolate. Assim, se eu lhe der cento e cinquenta gramas de chá, você me dá cem gramas de café?”. As coisas se davam assim no princípio, mas também não tardou a surgir uma alteração importante: estabilizou-se uma *unidade monetária* que simplificou as transações.

Um dos bens que mais êxito tinha no campo eram os cigarros. Por um lado, os fumantes davam tudo o que tinham para conseguir cigarros (devido ao vício da nicotina); por outro, os não fumantes, que também recebiam cigarros (que para eles não possuíam valor de uso), trocavam-nos por chocolate ou qualquer outra coisa que os fumantes lhes oferecessem. Consequentemente, e embora só tivesse valor de uso para os fumantes, os cigarros adquiriram o mesmo valor de troca para todos.

Foi apenas uma questão de tempo até que por todo o campo os cigarros se estabelecessem como unidade de medida dos valores de troca, ou dos preços relativos. Por que o vendedor iria oferecer dez gramas de café por uma barra de chocolate quando era possível que aqueles que tentavam comprar café não dispusessem de chocolate, mas de outra coisa do mesmo valor? Por exemplo, podia acontecer de, em vez de chocolate, aqueles que queriam comprar café possuírem chá, artigo que o vendedor de café não queria. Era mais fácil que o vendedor de café expressasse o preço relativo, ou seja, o valor de troca, que oferecia em termos de “outro” produto que:

- a) fosse resistente (isto é, não secasse como o pão);
- b) fosse fácil de transportar e não ocupasse muito espaço;
- c) fosse clara e facilmente divisível;
- d) tivesse valor de troca estável em todo o campo (devido à sua relativa escassez).

Que produto preenchia todos esses requisitos? Os cigarros, claro. Além disso, não é por acaso que os cigarros se destacam como unidade monetária extraoficial em todas as prisões do mundo. Assim, de acordo com Radford, os cigarros se tornaram um simples — e cancerígeno — “bem”, um bem “especial”, cujo valor de troca superou o seu valor intangível ou de uso. Naquele momento, um cigarro tinha as três qualidades seguintes:

- a) era uma fonte de nicotina (algo que lhe conferia valor intangível ou de uso aos fumantes, apesar do impacto negativo na saúde);
- b) funcionava como meio de transação e como medida de comparação rápida de preços;
- c) constituía um meio de armazenamento da “riqueza” dos prisioneiros.

A última qualidade, (c), que respalda a conversão de um bem em unidade monetária, conduz a uma mudança radical do caráter do sistema econômico. A razão é simples.

Antes que um bem se converta em unidade monetária, temos aquilo que se denomina *troca*; por exemplo: eu lhe dou chá se você me der café. Em condições de troca, *cada transação constitui ao mesmo tempo uma compra e uma venda* (pois ambas as partes vendem algo uma à outra). No entanto, em uma

economia na qual um bem funciona como unidade monetária, como os cigarros no campo de Radford, isso deixa de acontecer. Alguém pode facilmente comprar café utilizando cigarros para pagar a um não fumante, que não “gasta” imediatamente os cigarros. Ao contrário, ele os guarda com o intuito de utilizá-los em uma futura compra, ou para emprestá-los a alguém e cobrar juros. Por essa razão, os cigarros que cobrou servem-lhe como meio de poupança, como uma ferramenta que o ajudará a acumular valor de troca.

Por que isso é importante? A razão é que, com a introdução do dinheiro em uma economia, criam-se novas e enormes oportunidades, mas também riscos. Um exemplo das oportunidades é a possibilidade de poupança a que acabo de me referir. Além disso, quando alguém tem a possibilidade de poupar, adquire, por sua vez, a possibilidade de emprestar, de criar dívida. Quanto aos riscos, imagine a situação do prisioneiro de guerra que poupa cigarros no intuito de realizar uma grande compra mais tarde (um exemplo de poupança) quando, de repente, a Cruz Vermelha envia aos prisioneiros toneladas de cigarros e estes perdem o valor de troca que tinham, porque desse momento em diante eles não são mais tão difíceis de obter. Todos os seus sacrifícios iriam por água abaixo!

Entende por que a criação de moeda facilita as transações mas exige confiança, fé em que o valor de troca da moeda vai se manter? Não é por acaso que a palavra νόμισμα (*nómisma*), “moeda”, deriva etimologicamente da mesma raiz que o verbo νομίζω (*nomízo*), “acreditar” (pois um sistema financeiro desmorona se os cidadãos deixam de *acreditar* que a moeda manterá o seu valor de troca) e o substantivo νόμος (*nómos*), “lei” (porque sempre foi necessária uma mediação legal para ajudar os cidadãos a acreditar que a sua moeda manteria realmente o seu valor de troca).

O valor de troca do dinheiro: inflação e deflação no campo de prisioneiros

Quando eu tinha a sua idade, havia uma coisa que não conseguia entender de maneira nenhuma. Contaram-me que fazer uma nota de mil dracmas, a moeda que tínhamos na Grécia antes do euro, custava vinte dracmas. “Então por que vale mil dracmas se custa apenas vinte?”, eu perguntava. A única coisa que eu entendia um pouco era que, apesar de custar apenas vinte dracmas, só o Estado podia fabricar (cunhar) moeda, daí por que algo que custava vinte tinha um valor de troca de mil unidades monetárias. A chave para esse enigma é a diferença entre o valor de troca e o valor de uso da moeda, e o monopólio do Estado sobre o direito de emitir dinheiro.

Encontramos uma resposta mais elaborada à minha pergunta na seguinte observação de Radford: às vezes, a Cruz Vermelha punha mais cigarros nos pacotes, mas nunca mais chocolate, café ou chá. Então acontecia o seguinte: cada cigarro “comprava” menos café, chocolate ou chá. Isso tem a sua lógica: como havia mais cigarros em relação ao total de café e chá no campo, a cada cigarro correspondia menos café ou menos chá. E o contrário: quanto mais escassos fossem os cigarros em relação ao restante dos bens, maior seria o valor de troca, ou o valor aquisitivo de cada cigarro. Com efeito, Radford contou a seguinte história, que é bastante reveladora e interessante.

Uma noite, aviões aliados bombardearam implacavelmente a região onde ficava o campo. As bombas caíam cada vez mais perto, até que algumas explodiram dentro do campo. Os prisioneiros passaram a noite inteira se perguntando se estariam vivos ao amanhecer. No dia seguinte, o valor de troca dos cigarros disparou. Por quê? Porque durante aquela longa noite, e devido à ansiedade, os prisioneiros, sob o estrondo das bombas, fumaram cigarros sem parar. De manhã, o total de cigarros em relação ao resto dos bens diminuíra e o valor de troca dos cigarros restantes aumentara consideravelmente.

Em resumo, o bombardeio provocou a chamada... *deflação*, ou seja, um aumento do valor de troca das unidades monetárias provocado pela redução da proporção da quantidade de dinheiro em relação à quantidade dos bens restantes. Em outras palavras, o oposto daquilo a que chamamos *inflação*, isto é, a redução do valor de troca das unidades monetárias quando a proporção das unidades monetárias aumenta em relação à quantidade do resto dos bens. Em períodos de inflação, são necessárias cada vez mais unidades monetárias para comprar o resto dos bens. Em outras palavras: os preços de todos os bens, em termos de cigarros, sobem. Em contrapartida, a deflação conduz à redução de preços, em termos de cigarros, do resto de todos os bens.

Taxas de juros: o preço do dinheiro no campo de prisioneiros

Durante o ano de 1942, quando o curso da guerra ainda era imprevisível e os prisioneiros temiam que talvez se passassem anos até que pudessem voltar às suas casas, os preços dos bens no campo (em cigarros) eram relativamente estáveis. O sistema econômico básico do campo inspirava confiança aos seus membros. Nessa época, aqueles que tinham mais espírito comercial começaram a atuar como banqueiros. Quando aparecia alguém sem café e sem cigarros suficientes para comprar mais café, o “banqueiro” lhe emprestava dez cigarros na condição de que, no mês seguinte, quando recebesse o pacote da Cruz Vermelha, lhe devolvesse doze cigarros.

Em outras palavras: o empréstimo ultrapassara os limites da amizade e convertera-se em comércio. “Eu lhe dou dez cigarros agora. Separo-me deles e *ainda por cima* corro o risco de não voltar a vê-los. A minha taxa é de vinte por cento ao mês.” Por que aquele que contrai o empréstimo aceita essa transação? Ele a aceitará sempre que preferir dez cigarros agora (ou os bens que correspondam a dez cigarros agora) e doze a menos no mês seguinte, em vez de nenhum hoje e doze a mais no mês seguinte.

As coisas mudaram quando os preços dos bens, em cigarros, começaram a subir e a baixar. Então a taxa de juros também passou a subir e a baixar. O que determinava o *juro* que o “banqueiro” cobraria, por exemplo, o dos cigarros a mais ao mês, que correspondem a uma taxa de juros mensal de vinte por cento sobre o empréstimo? Se o “banqueiro” cobrasse, por exemplo, uma taxa de juros de cinquenta por cento (isto é, mais cinco cigarros no mês seguinte), será que o companheiro que não tinha cigarros a aceitaria?

Quando os “banqueiros” esperavam que no mês seguinte chegasse ao campo uma grande quantidade de cigarros, que faria baixar o valor de troca, essa expectativa fazia com que eles aumentassem a taxa de juros que estavam dispostos a exigir. Por quê? Porque tinham medo de que, no mês seguinte, o valor de troca dos cigarros baixasse. Ou seja, que os preços em cigarros subissem, e que um mês mais tarde os seus cigarros equivalessem a menos café, biscoitos etc. Resumindo: que houvesse inflação. De modo que esse era mais um motivo para converterem os seus cigarros em outros bens imediatamente, ou antes que perdessem o seu valor.

Para que, apesar de esperar inflação, aquele que emprestava os cigarros cobrando juros aceitasse *não* converter os seus cigarros em outros bens em seguida, mas emprestá-los a outro (que lhe devolveria uma determinada quantidade de cigarros no prazo de um mês), aquele que contraía o empréstimo tinha que concordar em dar-lhe uma quantidade maior de cigarros no mês seguinte, ou seja, ambos tinham que concordar que a taxa de juros seria mais alta, a fim de anular a esperada perda de valor dos cigarros devido à inflação.

Como pode ver, o custo do dinheiro emprestado, a taxa de juros, depende das expectativas em relação ao nível de preços, a inflação ou a deflação. Quando o “banqueiro” prevê que o valor de troca de cada cigarro baixará, por exemplo, dez por cento (ou seja, que haverá uma inflação, ou um aumento dos preços dos outros bens, de dez por cento, em cigarros), pede uma taxa de juros mais alta. Quando estava disposto a emprestar dez cigarros agora em troca de doze cigarros em um mês, se dá conta de que esses doze cigarros em um mês valeriam menos do que ele esperava, por isso exige mais de doze cigarros em um mês em troca de dez cigarros agora. Calcula que, como os cigarros perderão dez por cento do seu valor, uma taxa de juros mensal de vinte por cento aumentará o seu poder aquisitivo no mês seguinte em apenas $20\% - 10\% = 10\%$. Assim, a verdadeira taxa de juros foi reduzida em dez por cento (de vinte por cento) devido à subida esperada de preços por causa da inflação.

Portanto, se antes estava disposto a emprestar cigarros na condição de aumentar o seu valor em vinte por cento dentro de um mês, agora que espera uma inflação mensal de dez por cento já não quer emprestar com a mesma taxa de juros (vinte por cento). Qual seria a taxa de juros que ele aceitaria? A resposta é trinta por cento ao mês, pois sabe que os cigarros que vai cobrar do “cliente” em um mês terão se desvalorizado em dez por cento. Então, só se a taxa mensal for de trinta por cento, a sua verdadeira taxa mensal será, de novo, de $30\% - 10\% = 20\%$.

A conclusão é que a taxa de juros tende a subir em períodos de inflação e a baixar em períodos de deflação. Com efeito, em períodos de crise (como nos dias atuais), cai a zero. Mas repare que, mesmo nesse momento, em que a taxa de juros é zero, a verdadeira taxa de juros é... positiva. Por exemplo,

quando os preços *baixam* dez por cento, uma taxa de juros nula significa o seguinte: quem contrai o empréstimo recebe dez cigarros hoje, devolve dez cigarros ao “banqueiro” depois de um mês, mas no mês seguinte esses dez cigarros têm mais valor de troca do que agora. Esse aumento do valor de troca que o “banqueiro” cobrou é uma *taxa de juros real* positiva, que é igual à diferença entre a taxa de juros e a inflação. Assim, quando a taxa de juros é zero e temos uma deflação de dez por cento (isto é, temos inflação de -10%), a taxa de juros real é igual a zero menos -10% . Ou seja, $0 - (-10\%) = +10\%$!

Entende por que, em tempos de crise, devido à deflação, as verdadeiras taxas de juros nunca podem ser zero? Essa é uma das razões pelas quais a crise se retroalimenta pela expectativa da deflação: o custo dos empréstimos sobe em meio a uma crise, apesar das taxas de juro nulas, e os empresários evitam pedir empréstimos para fazer investimentos, tornando a crise mais... profunda e duradoura.

Grandes expectativas

Ao contrário da natureza, para a qual não importam a nossa visão nem as nossas expectativas a respeito dela (por exemplo, o tempo e o restante dos fenômenos naturais se sucedem independentemente do que pensamos sobre eles), na economia as nossas expectativas têm um papel determinante. O campo de prisioneiros de Radford, como acabamos de ver, é um exemplo muito bom, que se junta ao dos mercados edipianos do capítulo anterior.

As notícias vindas da frente de combate tinham um impacto especial na economia de troca do campo. Quando os prisioneiros ouviam — normalmente utilizavam aparelhos de rádio que eles mesmos fabricavam, às escondidas dos guardas alemães — que o exército alemão estava marchando em direção à Rússia, calculavam que iam permanecer prisioneiros por muito mais tempo; com isso, os preços dos bens tendiam a se estabilizar. Quando, porém, começaram a perceber que se aproximava o final da guerra, que se traduziria na sua libertação e no fim da sua economia de troca, as taxas de juro dispararam como um rojão, uma vez que ninguém queria investir em um futuro incerto, ou seja, ninguém queria poupar cigarros para emprestá-los aos outros.

A certa altura, quando a frente de combate se aproximou das fronteiras da Alemanha, os pacotes da Cruz Vermelha deixaram de chegar. Os prisioneiros fumaram os cigarros que tinham acumulado e as dívidas que alguns tinham para com os “banqueiros”... viraram fumaça (ou seja, como diríamos atualmente, ocorreu um perdão total da dívida) e a economia de troca do campo ruiu. É óbvio que uma economia monetária não pode funcionar, nem sequer de maneira elementar, em condições de miséria e insegurança profundas. Só a previsão de um colapso é capaz de gerar o... colapso.

Dos cigarros ao dinheiro político: a diferença entre economia do campo e economias monetárias

Tal como nos campos e nas prisões, também na sociedade alguns bens funcionam como unidades monetárias desde a Antiguidade. Esses bens tinham que ser relativamente resistentes, fáceis de armazenar e de transportar. Deviam possuir características “químicas” que fascinassem as pessoas (como o ouro, que, ao contrário de outros metais, não oxida, ou os cigarros, que contêm nicotina viciante). Além disso, deviam ser relativamente escassos e ter um valor de uso importante, independente do seu valor de troca (como os cigarros nas prisões ou o ouro que brilha e atrai os olhares).

Os bens que possuíam essas qualidades eram na sua maioria metais. Os metais mais escassos (como o ouro ou o ferro, que, na época em que foram descobertos eram raros) foram rapidamente partidos em pedaços do mesmo tamanho, em geral circulares (para não serem perigosos ao tato), e se converteram no primeiro material de que foram feitas as moedas. Outros metais (ou ligas de metais) foram usados como unidades monetárias de menor valor.

Já na Antiguidade, os Estados ou os governantes sentiram necessidade de proteger os seus cidadãos das moedas falsas. Na Grécia Antiga havia provadores oficiais encarregados de controlar a qualidade das moedas nos portos e nos mercados. Se alguém fosse pego passando moedas falsas, recebia uma

condenação muito severa (desde o flagelo até a execução). No entanto, como prevenir é melhor do que castigar, não tardou para que as próprias cidades se encarregassem de cunhar as moedas. Para dificultar ao máximo a fabricação de dinheiro (e a sua falsificação utilizando ligas que contivessem metais mais baratos), as autoridades monetárias decidiram gravar desenhos complicados nas moedas, que se tornaram os símbolos do poder da cidade, do tirano ou do Estado.

As notas, que acabaram por substituir as moedas metálicas (pelo menos para grandes quantidades), começaram como faturas de papel que cada proprietário tinha à sua disposição e guardava em um cofre (o do ourives do bairro, por exemplo) juntamente com as moedas de ouro ou prata. Para pagar ao vendedor de um cavalo ou de uma ferramenta, em vez de tirar essas moedas do cofre, o que era perigoso, dava-lhe simplesmente uma prova de papel, que convertia o vendedor em proprietário das moedas metálicas — que continuavam guardadas na caixa-forte. Nesse caso, também surgiu o problema da autenticidade dessas faturas de papel (as antecessoras das notas), dada a habilidade com que os falsificadores as copiavam.

Assim, desde muito cedo os governos assumiram a responsabilidade de criar entre as pessoas um clima de confiança em relação ao dinheiro. As autoridades encarregaram-se da estabilização do valor da moeda (enquanto, como vimos, no campo de prisioneiros ela era garantida automaticamente porque o número de cigarros e, portanto, o seu valor, se mantinha relativamente estável devido à escassez em que viviam). É claro que as autoridades fizeram isso pensando no seu próprio benefício, pois aproveitaram a oportunidade que o poder sobre o dinheiro lhes oferecia para lançar impostos sobre os cidadãos. Foi assim que o dinheiro se politizou e se associou inseparavelmente à dívida e aos impostos, quase desde o dia em que nasceu.

Aqui reside a grande diferença entre os cigarros do campo de Radford e o dinheiro que as primeiras sociedades desenvolveram. Como disse a você no [capítulo 1](#), o dinheiro metálico não apareceu para facilitar as transações (como aconteceu com os cigarros no campo de Radford), mas para que fossem registradas as dívidas que os mais fracos tinham para com os poderosos. Como os mais poderosos entre os poderosos obtinham cada vez mais poder da possibilidade de se apoderar do superávit que os demais produziam, era natural que, gerindo e “garantindo” o dinheiro da sociedade, conseguissem ampliar o seu poder e usufruir da maior parte do superávit que a coletividade tinha produzido.

No campo de Radford, o dinheiro era apolítico. No restante das sociedades, é profundamente político. Por quê? Porque no campo de Radford não havia produção. Não havia trabalho. Havia apenas transações com bens já produzidos, que caíam do céu graças à Cruz Vermelha. Quando o dinheiro coexiste com a produção, porém, converte-se automaticamente em uma ferramenta política. Só em economias de pura troca, no âmbito das quais não se produz nada, o dinheiro tem um papel apolítico, “técnico”, de medida dos valores de troca relativos de outros bens.

Além do campo de Radford, ocorre a você outro caso de economia de troca? Vou dar um exemplo da sua geração: as “comunidades” de jogadores de jogos eletrônicos, nas quais alguns bens (escudos, capacetes, espadas etc.) adquirem o papel que tinham os cigarros no campo de Radford, ajudando os jogadores a criar amplas economias de troca.

Bitcoin: uma tentativa moderna de criar dinheiro apolítico

Agora daremos um salto para a frente no tempo, até o ano de 2008, quando uma grande crise econômica fez com que se espalhasse pelas sociedades ocidentais uma fúria sem precedentes contra os magnatas do dinheiro, tanto os banqueiros particulares como os políticos que geriam o dinheiro político, quer dizer, público. Essa crise, que começou nos bancos em 2008 e se alastrou, adotando diferentes formas por todo o mundo, deu a muitas pessoas motivos para sonhar com uma moeda que se assemelhasse aos... cigarros do campo de Radford: uma moeda não estatal, apolítica e fora do alcance dos poderosos da Terra. Uma moeda criada *pelos* cidadãos *para* os cidadãos. Uma moeda que não estivesse submetida à vontade de nenhum banqueiro, nem pudesse atuar contra a sociedade dos usuários. Uma moeda sem um Estado que pudesse manipulá-la e que as raposas do sistema financeiro não conseguissem sabotar.

“Mas quem vai imprimir esse dinheiro, se for de papel?”, “Quem vai cunhar esse dinheiro, se for metálico?”, “Quem controlará a qualidade e a quantidade do dinheiro no lugar do Estado?” A revolução

digital e, sobretudo, a internet deram a resposta a essas perguntas. O novo dinheiro seria digital. Não teria presença física, existindo apenas nos nossos computadores e celulares. Dinheiro com valor de troca, mas sem valor intangível ou de uso, ao contrário do dinheiro metálico ou dos cigarros, ou mesmo das notas para colecionadores em potencial.

O sonho de novas moedas digitais, internacionais e não sujeitas ao controle estatal é tão antigo como a internet. No entanto, o problema com as moedas digitais é o seguinte: como todos os “objetos” digitais (uma fotografia, uma canção etc.) são um conjunto de dígitos (ou de informação), se dispusermos de pelo menos uma unidade de moeda digital, quem vai nos impedir de copiar/colar essa unidade como se cada um de nós cunhasse o seu próprio dinheiro eternamente? Aconteceria algo desse gênero se todos os prisioneiros do campo de Radford tivessem uma quantidade ilimitada de cigarros. Nesse caso, a inflação dos cigarros tenderia ao infinito, de maneira que eles teriam um valor de troca nulo.

Algumas semanas depois do início da grande crise, um *e-mail* datado de 1º de novembro do 2008 dava uma resposta a esse enigma. O e-mail era assinado por Satoshi Nakamoto, pseudônimo de uma pessoa cuja verdadeira identidade ninguém conhece. No seu *e-mail*, Nakamoto descreveu um algoritmo brilhante (isto é, um programa de computador, algo semelhante a um *app*) que serviria de base para uma nova moeda digital, chamada *bitcoin*: uma nova moeda com valor experiencial zero, que teria valor de troca porque ninguém a poderia copiar, falsificar ou usurpar à custa dos outros que a utilizassem.

Antes do e-mail de Nakamoto, todas as propostas incluíam a participação de instituições fora da rede, que deveriam vigiar as transações digitais, impedindo a hiperinflação que a possibilidade de copiar/colar “garantiria”. Que instituições? Um banco que concede cartões de crédito (como a Visa ou a Mastercard), autoridades públicas etc. Um dinheiro digital “controlado centralmente” continuaria a ser extremamente político e não se pareceria em nada com os cigarros do campo de Radford.

A maravilha do algoritmo de Nakamoto estava no fato de não ser necessária nenhuma “autoridade” para vigiá-lo, nem pública, nem privada. A própria comunidade dos utilizadores de *bitcoin* vigiaria as transações, como acontecia com os cigarros no campo, onde todos os prisioneiros participavam igualmente da gestão da sua moeda (os cigarros).

Mas como isso seria possível na internet? Fazendo com que as “marcas” de cada transferência de *bitcoins* realizada por uma pessoa ou por uma conta na rede para outra pessoa ou conta ficassem visíveis para todos os utilizadores de *bitcoins* nas suas transações. Assim, pelo computador, quem quisesse disporia do poder de ajudar a “comunidade” a ter uma imagem completa daquilo que aconteceu a cada *bitcoin*, para garantir que ninguém copiasse e colasse os *bitcoin* de que dispunha, possibilitando a vigilância do novo sistema financeiro apolítico.

No entanto, como acontece muitas vezes, o *bitcoin* acabou por ser vítima do seu próprio êxito. Embora ninguém tenha conseguido manipular ou alterar o algoritmo de Nakamoto, a verdade é que os “espertalhões” sabem muito bem o que devem fazer quando se trata de ficar com a riqueza dos outros: à medida que o valor de troca do *bitcoin* aumentava, muitos possuidores de grandes quantidades de *bitcoins* começaram a ter medo de que algum *hacker* invadisse o seu computador e roubasse, digitalmente, o dinheiro. Foi então que alguns “empresários” da rede começaram a oferecer serviços eletrônicos de proteção aos *bitcoins* (em um dos seus servidores seguros), em troca de uma pequena quantia, até que alguns deles desapareceram com milhões de *bitcoins*.

Essa história tem grande importância, pois nos lembra os motivos pelos quais o dinheiro tem que ser controlado pelo Estado, uma vez que só este pode garantir que, se alguém levar o nosso dinheiro: (a) o dinheiro roubado nos será devolvido e (b) o ladrão será perseguido e castigado. Podemos detestá-lo, mas, afinal, o Estado constitui a nossa única esperança de viver de forma civilizada e em segurança. Falta apenas encontrar uma maneira de controlá-lo coletivamente para não deixarmos que se torne um agente a serviço de interesses particulares.

A perigosa fantasia do dinheiro apolítico

Assim que a Revolução Industrial permitiu a criação de empresas gigantescas e conglomerados industriais (como Edison e Ford, no início do século XX, e Google e Apple, atualmente), as sociedades de mercado uniram os seus destinos, permitindo que ocorresse um aumento repentino e importante da

dívida. Já expliquei a você, a partir do [capítulo 2](#), que a “explosão” de riqueza que a sociedade de mercado representou seria impossível sem a dívida que os banqueiros criaram estendendo a sua longa mão até o futuro, tomando um valor que ainda não tinha sido gerado e transferindo-o para o presente na forma de empréstimos destinados aos empresários. Ora, para construir essas empresas gigantes (Edison, Ford, Google, Apple etc.), foi preciso criar uma dívida muito grande do presente... com o futuro.

Uma coisa dessas seria impossível em um sistema financeiro como o dos cigarros do campo de Radford. Lá, os “banqueiros” emprestavam os próprios cigarros, que estavam em suas mãos. No entanto, para construir a indústria pesada, as enormes redes de produção e distribuição de energia, as ferrovias etc., não bastavam os “cigarros” existentes nas sociedades de mercado (as moedas existentes), o valor de troca das notas em circulação. Foi por essa razão que os banqueiros desenvolveram aquilo sobre o que falamos nos capítulos anteriores: a capacidade de emprestar dinheiro, um dinheiro de que nem eles nem outros dispunham, um dinheiro que criavam do nada, colocando-o na conta do devedor-empresário em um piscar de olhos. É aquilo que descrevi alegoricamente como empréstimo de valor futuro...

Mesmo quando os Estados (na década de 1920, por exemplo) se batiam para manter uma quantidade de dinheiro estável e proporcional à quantidade de ouro de que o governo dispunha nas suas reservas (em uma tentativa de manter o valor de troca do dinheiro estável e evitar a inflação), os bancos encontraram a maneira de criar dinheiro virtual suficiente para alimentar os gigantes industriais. Sem necessidade de pedir emprestado a ninguém para, por sua vez, emprestar ao sr. Ford ou ao sr. Edison, os banqueiros limitaram-se a conceder crédito a esses senhores com dinheiro que não existia naquele momento, transferiram o empréstimo para as contas dos fornecedores e empregados, os fornecedores e os empregados financiavam as contas das lojas onde compravam bens e serviços, a produção aumentava, assim como a receita, e quem pegava empréstimo adquiria dinheiro que os banqueiros tinham criado do nada. Ainda por cima, com o juro que os banqueiros deviam cobrar.

Assim, a partir do presente fazia-se empréstimo de valores que ainda não tinham sido gerados, e eles eram postos para “trabalhar”, na esperança de liquidar a dívida do futuro, mais os juros, utilizando para isso a riqueza gerada. O problema dessa prática, como comentamos em capítulos anteriores, é que ela acaba por ser vítima do seu êxito, pois os banqueiros tendem a se exceder e a retirar mais valor do futuro do que podem produzir no presente. Então se sucedem as crises, a infelicidade, o desemprego. Por isso os Estados tentam controlar os banqueiros, algo que não é fácil para os políticos que têm uma relação muito próxima com eles, uma vez que são eles que normalmente financiam as suas campanhas eleitorais.

Voltando à década de 1920, chegamos à conclusão de que, se os Estados tivessem impedido que os bancos criassem novo dinheiro do nada, o milagre industrial que mudou o mundo não teria sido possível e as sociedades de mercado teriam se estagnado. Por outro lado, ao deixá-los atuar sem nenhum controle, produziu-se tanto dinheiro novo que, além das novas fábricas e dos arranha-céus, foram criadas enormes bolhas cuja explosão, em 1929, levou a humanidade a um colapso. Quase a mesma sequência de acontecimentos afetou de novo a humanidade em 2008.

Agora voltemos ao *bitcoin* e ao sonho de criar dinheiro apolítico: uma vez que a construção do *bitcoin* é uma simulação digital que se baseia na ideia de que a quantidade de dinheiro se manterá estável aconteça o que acontecer (mais ou menos como acontecia com a quantidade de cigarros no campo de Radford), se a nossa sociedade adotasse hoje o *bitcoin*, enfrentaria em seguida os dilemas da década de 1920.

Uma possibilidade seria que o sistema bancário encontrasse maneiras de criar mais *bitcoins* do que os que realmente existem (por exemplo, por meio do abono em contas, como se fazia na década de 1920, ou por meio de truques complicados como os que utilizavam os banqueiros na década de 1990 e no início do século XXI). Outra possibilidade seria não financiar demasiadamente as empresas, embora, como vimos no [capítulo 5](#), intitulado “Máquinas enfeitadas”, dessa maneira a sociedade tenderia a se estagnar. Em resumo, estamos entre a cruz e a caldeirinha.

A razão pela qual o dinheiro não pode ser outra coisa senão dinheiro político e pela qual uma entidade estatal deve controlar a sua quantidade é que só assim poderemos ter uma esperança mínima (sem nenhuma garantia) de evitar confrontos, por um lado, com o monstro das bolhas da dívida e do desenvolvimento não viável e, por outro, com o monstro da deflação e da crise. E, como as inevitáveis mediações políticas quanto à quantidade e à gestão do dinheiro público são, por definição, políticas (uma vez que afetam os diversos grupos e classes sociais de maneira diferente), a nossa única esperança é a

seguinte: o *controle democrático dos que gerenciam, para a sociedade, o dinheiro inevitavelmente político*.

Você se lembra de que tínhamos chegado a uma conclusão semelhante no capítulo anterior a propósito das possibilidades que a humanidade tinha de evitar a destruição do planeta? Nada é por acaso: a democracia, por mais que hoje funcione de maneira inaceitável, continua a ser a única esperança da humanidade no que diz respeito ao meio ambiente, ao trabalho humano e, como vimos neste capítulo, à gestão do dinheiro.

Dinheiro intangível, máquinas enfeitiçadas e mercados edipianos

As primeiras moedas, assim como os cigarros no campo de Radford ou o ouro, desenvolveram-se como as nossas sociedades: a princípio, a maior parte delas tinha valor intangível, mas, pouco a pouco, foram predominando os valores de troca. Os cigarros são viciantes e proporcionam uma alegria estranha, doentia, aos fumantes. No entanto, transformaram-se muito rapidamente em unidades monetárias com valor de troca independentemente das “alegrias” doentias que proporcionavam àqueles que os consumiam. Hoje o dinheiro que usamos não tem quase nenhum valor experiencial, uma vez que agora tende a ser digital, intangível, sem qualquer outro uso.

Se as nossas sociedades fossem parecidas com o campo de prisioneiros de Radford, a natureza e o funcionamento do dinheiro seriam equivalentes ao sistema dos cigarros no campo. Não obstante, as sociedades de mercado se distinguem radicalmente da economia de troca do campo de Radford. O que faltava no campo de Radford se o compararmos com as sociedades de mercado? Produção e, portanto, mercado de trabalho. Em outras palavras, faltavam tanto os *mercados edipianos* do [capítulo 6](#) como as *máquinas enfeitiçadas* do [capítulo 5](#). Essa falta total de produção e de mercado de trabalho faz com que os cigarros do campo sejam bastante diferentes dos euros da Zona do Euro, dos dólares dos Estados Unidos ou dos ienes japoneses. Qual é a essência dessa diferença? A resposta é dupla.

Primeiro, devido à natureza estranha do trabalho ([capítulo 5](#)), o dinheiro nunca pode ser apolítico nas sociedades de mercado, como era no campo de Radford. Segundo, a tendência das sociedades de mercado de produzir crises a partir do seu interior (ao contrário daquilo que ocorria no campo de Radford, onde as crises eram provocadas por acontecimentos exteriores, como os bombardeios ou a notícia de que a guerra iria terminar) significa que temos que gerir o dinheiro coletivamente com o fim de, se não evitar a crise, pelo menos aliviar a sociedade depois que ela termina.

O uso de máquinas, a distribuição do superávit social e a preservação do meio ambiente requerem mais controle demo-crático-coletivo e não admitem soluções técnicas ou apolíticas. O mesmo vale para o dinheiro: enquanto não o gerirmos coletivamente, ou seja, politicamente, atendendo ao interesse comum, os poderosos continuarão a dilapidá-lo e usá-lo de maneira a aumentar as crises, que, por sua vez, provocam ainda mais desgaste nas sociedades.

Epílogo do último capítulo

Quando terminei de escrever este capítulo, perguntei ao seu avô, o meu pai, se nos campos de concentração nas ilhas gregas de Makronissos e Icária, onde passou anos no exílio antes e depois da Guerra Civil da Grécia (1946-1949), os cigarros se tornaram unidades monetárias, como no campo de Radford, e ele me respondeu que não. “Nós dividíamos os pacotes que cada um recebia. Uma vez, embora eu não fumasse, pedi à minha tia que me enviasse cigarros. Quando chegaram, eu os reparti entre os que fumavam, sem esperar nada em troca. Era assim que fazíamos. Ajudávamos uns aos outros.”

Não tenho nada mais eloquente para acrescentar. A não ser lembrar a você que as trocas de mercado representam uma das formas de troca em que se baseia o tecido social, e que nem sempre são as melhores ou as mais atraentes. Uma coisa é certa: elas têm predominado nas sociedades de mercado, produzindo muita riqueza e, ao mesmo tempo, muita infelicidade, uma enorme desigualdade e crises catastróficas.

Epílogo



À guisa de epílogo: a pílula vermelha

No começo do filme *Matrix*, cuja história constituiu a estrutura do [capítulo 5](#), o desprevenido protagonista Neo encontra Morpheus, que o coloca diante do dilema apresentado no seguinte diálogo:

MORPHEUS:

Imagino que agora você esteja se sentindo um pouco como Alice... caindo pela toca do coelho, hein?

NEO:

Pode-se dizer que sim.

MORPHEUS:

Vejo isso nos seus olhos. Você tem o semblante de um homem que aceita o que vê porque espera acordar. Ironicamente, isso não está muito longe da realidade. Acredita no destino, Neo?

NEO:

Não.

MORPHEUS:

Por que não?

NEO:

Porque não me agrada a ideia de não controlar a minha vida.

MORPHEUS:

Sei exatamente o que quer dizer. Deixe-me dizer por que você está aqui. Está aqui porque sabe algo. Não consegue explicar o que sabe, mas sente. Sentiu durante toda a sua vida. Há alguma coisa errada com o mundo. Você não sabe o que é, mas está lá, como uma pedra no sapato... e isso o está enlouquecendo. Foi essa sensação que o trouxe até mim. Sabe do que estou falando?

NEO:

Da Matrix?

MORPHEUS:

Gostaria de saber o que é? A Matrix nos rodeia; está por toda a parte, inclusive aqui, nesta sala. Você pode vê-la quando olha pela janela, ou quando liga a televisão. Pode senti-la quando vai para o trabalho, quando vai à igreja, quando paga os impostos. É o mundo que foi posto diante dos seus olhos para esconder a verdade.

NEO:

Que verdade?

MORPHEUS:

Que você é um escravo, Neo. Como todas as outras pessoas, você nasceu em cativeiro, nasceu em uma prisão que não consegue cheirar, saborear nem tocar. Uma prisão para a sua mente. Infelizmente, não se pode explicar a ninguém o que é a Matrix; você tem de vê-la com seus próprios olhos. Esta é a sua última oportunidade. Depois, não poderá voltar atrás.

Morpheus mostra a Neo uma pílula azul que tem na mão esquerda.

MORPHEUS:

Se tomar esta pílula azul, a história acaba; você acorda na sua cama e acredita no que quiser acreditar.

Morpheus abre a palma da mão direita, onde está uma pílula vermelha. Olha para ela e continua a falar.

MORPHEUS:

Se tomar a pílula vermelha, permanecerá no País das Maravilhas e eu mostrarei a você até onde vai a toca do coelho.

Neo se inclina sobre a mão direita e pega a pílula vermelha. Antes que ele a engula, Morpheus avisa:

MORPHEUS:

Não se esqueça: só estou lhe oferecendo a verdade. Nada mais.

Neo se detém por um momento e toma a pílula. Recusa as mentiras enganadoras da Matrix, da realidade virtual que esconde a verdade amarga, e escolhe uma vida difícil e perigosa, mas verdadeira.

Cuidado com os economistas e as suas pílulas azuis

Em certo sentido, este livro é a minha própria versão da pílula vermelha. No primeiro capítulo fiz a você a seguinte pergunta: “Como os governantes conseguiram manter o seu poder e continuar a distribuir o superávit da forma que lhes convinha, sem enfurecer a maioria da população?”

A resposta era: “Por meio do desenvolvimento de uma ideologia legitimadora que convencia a maioria de que os governantes o eram por direito. De que as coisas deviam permanecer assim...”.

Além disso, falei sobre o clero, que geria a ideologia dominante que legitimava o senhor, estabelecia a sua autoridade, e convencia as vítimas da exploração de que não havia exploração, de que o sofrimento as levaria ao paraíso e de que querer o que os senhores tinham era pecado.

Antes do surgimento das sociedades de mercado, no final do século XVIII, a ideologia dominante assumia sempre uma forma religiosa. A desigualdade, o despotismo, a violência daqueles que detinham o poder eram legitimados como algo natural pela graça de Deus. Contudo, depois do triunfo dos valores de troca favorecido pelas sociedades de mercado, a ideologia dominante adquiriu a forma de... teoria econômica.

Há bastante tempo, os manuais de economia — a forma dominante da teoria econômica —, os suplementos econômicos da imprensa e os comentaristas de assuntos econômicos que aparecem na mídia tentam nos convencer de que as questões econômicas são técnicas demais para que os simples mortais tenham uma opinião sobre elas, por isso é melhor que as deixemos para os banqueiros, tecnocratas e “especialistas”. Toda essa exposição sobre a economia faz lembrar a Matrix descrita por Morpheus: uma realidade virtual, uma prisão para as nossas mentes cujo objetivo é esconder permanentemente a verdade amarga.

Que verdade?

- A verdade de que nós, seres humanos, acabamos nos tornando escravos das máquinas que inventam para que nos servissem.
- A verdade de que, em vez de serem os mercados a nos servir, nós é que acabamos por nos tornar não apenas seus criados, mas também escravos de mercados impessoais e desumanos.
- A verdade de que construímos as nossas sociedades de maneira que alguns, muitos, nos fazem lembrar o Fausto sem Mefistófeles, e outros, poucos, o dr. Frankenstein, que criou monstros que ameaçavam sua vida.
- A verdade de que passamos a vida adquirindo coisas que, na realidade, não queremos e das quais não precisamos, apenas porque a Matrix do marketing e da publicidade conseguiu representá-las na nos

mente.

- A verdade de que nos comportamos como vírus idiotas que matam o organismo, o planeta em que vivemos.
- A verdade de que as nossas sociedades não são apenas injustas, mas também tremendamente ineficazes devido à maneira como desperdiçam as nossas possibilidades de produzir riqueza real.
- A verdade, por fim, de que aqueles que enfrentam essa verdade, e o dizem, são castigados de maneira impiedosa por uma sociedade que não suporta encarar a si mesma no espelho da lógica e do pensamento crítico.

Assim como Neo, também você, minha querida Xênia, é confrontada com o duro dilema de escolher entre a pílula azul e a vermelha.

Tome a pílula azul e viverá na mentira enganadora em que vivem todos aqueles que acreditam no que dizem acerca da nossa sociedade os manuais econômicos, os analistas econômicos “sérios”, a Comissão Europeia, os anunciantes de êxito. Se tomar a pílula azul, não enfrentará o despotismo sádico da ideologia dominante. A sua vida será isenta de sofrimento, de complicações, em harmonia com as expectativas dos que exercem o poder.

Tome a pílula vermelha que lhe oferece o espírito e a visão deste livro, e uma vida difícil e perigosa estará esperando por você. Como Morpheus disse a Neo: A única coisa que prometo a você é a verdade. Nada mais.

Teologia com equações

Muitas pessoas vão lhe dizer que o seu pai não sabe o que diz. Que os tratados de economia, a teoria econômica, são uma ciência. Que, tal como a física é a ciência que analisa a natureza de maneira metódica utilizando a matemática, a economia também combina a matemática, a estatística e a lógica para analisar de maneira *científica* os fenômenos socioeconômicos. Isso é um disparate!

Os estudos de economia podem utilizar modelos matemáticos e métodos estatísticos, mas se assemelham mais à astrologia do que à astronomia. Ao contrário da física, na qual a natureza constitui o juiz imparcial dos assuntos dos físicos, a economia não pode funcionar assim, uma vez que não existe a possibilidade de criar um laboratório no qual seja possível controlar assuntos importantes como, por exemplo, de que maneira teria evoluído a economia grega em 2010 se, em vez de aceitar o empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Estado grego tivesse declarado uma suspensão de pagamentos.

A total impossibilidade de controlar empiricamente as teorias econômicas faz com que a economia, o pensamento econômico, não possa ser comparado com as ciências exatas. Por isso, como economistas, podemos escolher entre fingir que somos científicos e admitir que estamos mais próximos dos filósofos, que, por mais lógicos e sábios que sejam os seus argumentos, não conseguem convencer uns aos outros acerca do significado da vida.

Infelizmente, a esmagadora maioria dos meus colegas de trabalho, os economistas, opta por fingir que são cientistas, e assim acabam por se parecer mais com os astrólogos ou os teólogos que ostentam provas matemáticas da existência de Deus, ou seja, com um clero que fomenta a ignorância e o preconceito das pessoas, que vivem em um clima de ansiedade pela sobrevivência e medo quanto ao futuro.

O auge da pílula azul

Durante a década de 1930, o antropólogo inglês E. E. Evans-Pritchard (1902-1973) passou algum tempo estudando a sociedade dos azandes, um povo africano do Alto Nilo, no Sudão do Sul. Enquanto viveu entre eles, observou que davam muita importância aos seus oráculos, aos feiticeiros, aos quais pediam previsões exatamente como os gregos da Antiguidade pediam ao oráculo de Delfos.

Evans-Pritchard colocou a seguinte pergunta: dado que, com bastante frequência, as profecias do

clero, dos oráculos ou dos feiticeiros fracassavam estrondosamente, como os feiticeiros conseguiam manter o seu poder imperturbável entre os membros “crentes” do seu povo?

A explicação de Evans-Pritchard para a fé inquebrantável dos azandes na feitiçaria, nos oráculos e nos exorcismos, bem como na infalibilidade dos sacerdotes, é a seguinte: “Assim como nós, os azandes acreditam que o fracasso das profecias dos oráculos deve ser explicado. Porém, como as suas ideias são muito místicas, têm que recorrer ao misticismo para entender os fracassos das profecias. A contradição entre uma noção mística e os acontecimentos observados resolve-se recorrendo a outros conceitos místicos com os quais também têm afinidade”.

Acontece exatamente o mesmo com a chamada “ciência econômica”. Como ocorre na maior parte das vezes, quando os economistas falham na previsão de algum fenómeno econômico importante (por exemplo, a crise que eclodiu em 2008 e que perdura na atualidade), para explicar o seu fracasso, recorrem aos mesmos conceitos místicos que falharam na previsão da crise.

Dou um exemplo: durante a década de 1980, quando o desemprego aumentou apesar dos prognósticos dos economistas do sistema (por exemplo, dos que trabalhavam para os grandes bancos, para o Fundo Monetário Internacional etc.), os negacionistas do desemprego (dos quais já falei) inventaram o conceito místico do *desemprego natural*. Ora, assim que o batizaram como desemprego natural, consideraram que... já não era necessário explicá-lo!

Desse modo, perante os mercados que não conseguem absorver o desemprego, convencem-se a si mesmos de que o desemprego é uma prova de que a nossa sociedade está ameaçada pelo “pecado” da concorrência imperfeita, algo que, para ser resolvido, precisa do filtro mágico da liberalização do mercado por meio de privatizações, por exemplo. E, se a magia da liberalização não faz o seu milagre (por exemplo, se o desemprego, em vez de diminuir, aumenta), o segredo, concluem, são mais privatizações, mais cortes nos salários e nos subsídios, nas pensões etc. No caso de esses exorcismos também fracassarem, consolam-se com a ideia de que isso não se deve à política de austeridade nem às privatizações, mas à “bruxaria” dos sindicatos, dos salários mínimos e dos subsídios de desemprego, que não permitem que o filtro mágico atue de modo conveniente. Exatamente como os adivinhos dos azandes!

Em certo sentido, talvez a pílula azul que Morpheus ofereceu a Neo empalideça diante da capacidade dos economistas de construir invenções ideológicas de aparência tão científica que conseguem ocultar com eficácia a verdade acerca do funcionamento e dos segredos das sociedades de mercado. Ora, na medida em que os valores de troca dominaram por completo o planeta Terra (desde a terra e o trabalho humano até a composição genética de micro-organismos), as teorias dos economistas tecem uma Matrix que não permite que você veja a verdade da sociedade.

Se a verdade lhe interessa, a pílula vermelha é a sua única esperança.

A nossa pílula vermelha

Infelizmente, não existe uma pílula vermelha que você possa engolir com um copo de água, como Neo fez. O que existe é o pensamento crítico e a persistência em não aceitar algo só porque outros dizem ou porque essa é a opinião dos poderosos, da maioria, dos “outros”. Neste livro tentei demonstrar como você pode combinar a perseverança na procura pela verdade com o pensamento crítico, a fim de poder discernir as realidades básicas, e tantas vezes tristes, daquilo que nos rodeia.

Não há dúvida de que muitas vezes você vai se arrepender de não ter tomado a pílula azul. No entanto, uma vez que decida pela pílula da verdade amarga, haverá momentos em que conseguirá desmascarar as mentiras dos poderosos, revelando a sua feiura e a sua estupidez. Essa será a sua recompensa.

1. Como o autor é grego, a moeda usada nos exemplos foi o euro. (N. da E.)

1. O autor faz aqui um jogo de palavras com a etimologia de “economia”, do grego οικονομία, que deriva de οἶκος (casa) e νέμω (gerir, distribuir o trabalho). Daí o significado: “a gestão da casa”, “do lar”. (N. do T.)

1. *Hybris* (em grego ὕβρις) é um conceito da Antiguidade grega que se refere à desmesura, à prepotência, à soberba, à arrogância. A civilização grega desconhecia o conceito de pecado tal como o cristianismo o concebe. A moral grega dava muita importância à moderação, às boas maneiras e à sobriedade. *Hybris* era, pois, o principal crime, e era cometido quando uma pessoa queria mais do que aquilo que o destino lhe atribuíra, quando ultrapassava os limites da sua condição humana devido à arrogância. O castigo para a *hybris* era a *nêmesis* (em grego, νέμεσις). A *nêmesis* castigava a desmesura, para que ficasse claro que as pessoas não podem ultrapassar os limites da sua condição humana nem se converter em deuses, aspirando a uma felicidade e uma sorte exageradas. Por meio do castigo da *hybris* pela *nêmesis* restaurava-se o equilíbrio universal. (N. do T.)

1. O autor cita um antigo provérbio: “Εν μέτρῳ ὡς ποιητὴς, ἄνευ μέτρου ὡς ἰδιώτης”, ou seja, “Em verso (com medida métrica) como poeta, sem medida como indivíduo”. (N. do T.)

Este livro não se pretende um panfleto contra a Europa, a Alemanha ou a Grécia, ou sobre qualquer outro assunto que pudesse aborrecer... minha filha. Ele foi escrito para testar a habilidade do autor em convencer uma adolescente rebelde de que a economia é muito importante para que seja deixada só nas mãos dos economistas. Este é um livro para mostrar que a economia é muito divertida para ser tema só daqueles obcecados por finanças. Para apontar que, vista por um olhar mais penetrante, que atravesse jargões e teorias, ela é um tema onde pode brilhar um fascinante debate sobre ansiedades humanas que só poetas, dramaturgos e músicos conseguiram traduzir com algum grau de eficiência.

Teria escrito eu este livro exclusivamente pensando na minha filha? Não exatamente. Eu o escrevi também para testar os limites do meu entendimento do tema. Se eu falhasse na tentativa de explicar para uma adolescente os temas centrais da economia, a minha incapacidade refletiria falhas na minha compreensão sobre eles. Na realidade, a incapacidade de inspirar os mais jovens a se preocuparem sobre a riqueza, a pobreza e as forças econômicas (e sua distribuição na sociedade) revela a falta de entendimento de cada um daquilo que faz os ponteiros de nosso mundo social andarem.

Com relação à minha filha, é correto dizer que ela desempenhou um papel central no livro. Sendo ela a minha mais dura crítica, cada vez que eu completava um capítulo eu me questionava se ela me olharia com repugnância quando os lesse. Nada motiva mais um autor do que tamanho terror.”

YANIS VAROUFAKIS, na introdução da edição alemã deste livro



© Kostas Koutsaftikis

YANIS VAROUFAKIS (Atenas, 1961) é economista e escritor. Doutor em Economia pela Universidade de Essex (Reino Unido), foi professor das universidades de Sydney (Austrália), Cambridge (Reino Unido) e Austin (EUA). É autor de artigos e de livros importantes sobre a crise do euro, como *O minotauro global*. Durante a primeira metade de 2015, foi o ministro das Finanças da Grécia, no governo do primeiro-ministro Alexis Tsipras.

 [PlanetaLivrosBR](#)

 [planetadelivrosbrasil](#)

 [PlanetadelivrosBrasil](#)

 [planetadelivros.com.br](#)

A ECONOMIA ENCONTRA SEU “O MUNDO DE SOFIA”

Nos últimos anos, o grego Yanis Varoufakis tornou-se um dos personagens mais conhecidos do cenário político-econômico europeu. Em parte, por sua explosiva atuação como ministro de Finanças de seu país, em um momento agudo da história da Grécia. Em outra medida, pela coragem com a qual enfrentou pressões de alguns dos políticos mais poderosos do mundo, pelo conhecimento sólido da economia que apresentava e, ainda, pela informalidade com que conduzia suas ações no governo. Dispensava a gravata e se destinava a reuniões com os líderes econômicos da Europa pilotando a sua moto e vestindo casaco de couro. Em *Conversando sobre economia com a minha filha*, Varoufakis põe em prática uma série destes atributos que o celebrizaram. De maneira informal, “sem gravata”, ele escreve um livro que explica o funcionamento da economia numa linguagem que sua filha adolescente entenderia. Usando exemplos do cotidiano como iTunes e Amazon, referências pop como o filme *Matrix* e até as grandes histórias da mitologia grega, Varoufakis conta como criamos a economia, a escrita, a moeda, as fábricas, e seus desdobramentos mais célebres, como a desigualdade social. Um livro importante, e não só para economistas ou seus filhos.

